



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Setembro de 2021

TERCEIRA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO – COMUNICADO DE IMPRESA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR

No contexto da terceira avaliação do acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e avaliação das garantias de financiamento, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 27 de agosto de 2021, após as discussões concluídas em 7 de julho de 2021 com as autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 10 de agosto de 2021, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Corpo Técnico** com informações atualizadas sobre a evolução recente da economia.
- **Declaração do Administrador** para a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



Conselho de Administração do FMI conclui a terceira avaliação do acordo com São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- *A decisão do Conselho de Administração do FMI possibilita um desembolso imediato de cerca de 2,70 milhões de USD para São Tomé e Príncipe a fim de ajudar a atender às necessidades de financiamento do país, apoiar as despesas sociais e a recuperação após a pandemia.*
- *O excepcional apoio internacional e as ações céleres por parte das autoridades estão a ajudar a fazer face aos impactos sanitários, sociais e económicos da pandemia da Covid-19.*
- *A estabilidade macroeconómica tem sido mantida e o desempenho do programa ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) tem sido estável, embora a pandemia tenha atrasado algumas reformas estruturais.*

Washington, DC – 27 de agosto de 2021. Em 27 de agosto de 2021, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a terceira avaliação do acordo com São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. A decisão do Conselho permite o desembolso imediato de 1,90 milhões de DSE (cerca de 2,70 milhões de USD), elevando os desembolsos totais para São Tomé e Príncipe ao abrigo do programa a 9,09 milhões de DSE (cerca de 12,91 milhões de USD).

O acordo ECF com São Tomé e Príncipe, com duração de 40 meses, foi aprovado a 2 de outubro de 2019 no montante de 13,32 milhões de DSE (cerca de 18,15 milhões de USD, ou 90% da quota do país) (ver [Comunicado de Imprensa n.º 19/363](#))¹. O programa visa apoiar a agenda de reformas económicas do governo a fim de restaurar a estabilidade macroeconómica, reduzir a vulnerabilidade da dívida, aliviar as pressões sobre a balança de pagamentos e criar as bases para um crescimento mais robusto e inclusivo.

A segunda avaliação foi concluída em fevereiro de 2021, com um desembolso de cerca de 2,73 milhões de USD. A primeira avaliação foi concluída em julho de 2020, com um desembolso de cerca de 2,67 milhões de USD e, ao mesmo tempo, o Conselho de Administração do FMI aprovou um aumento do acordo ECF no montante de 2,08 milhões de USD (ver [Comunicado de Imprensa n.º 20/272](#)). Em abril de 2020, o Conselho de Administração também aprovou 12 milhões de USD em financiamento de emergência para São Tomé e Príncipe ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF, na sigla em inglês) e o alívio do serviço da dívida ao FMI ao abrigo do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT, na sigla em inglês) para satisfazer as necessidades de financiamento externo resultantes da pandemia da Covid-19 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 20/179](#)).

¹ Taxa de câmbio do USD à data da aprovação.

Avaliação do Conselho de Administração²

No seguimento da reunião do Conselho de Administração, o Sr. Bo Li, Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho, emitiu a seguinte declaração:

“As ações céleres por parte das autoridades e o apoio internacional ajudaram São Tomé e Príncipe a mitigar o impacto da crise relacionada com a pandemia. Contudo, subsistem elevadas incertezas e a implementação contínua e firme do programa e as reformas estruturais, juntamente com a vacinação adequada, são essenciais para assegurar um crescimento mais resiliente, sustentável, inclusivo e verde.

O desempenho do programa das autoridades continua a ser favorável, apesar do contexto difícil da pandemia. Será essencial atender às necessidades sociais e económicas imediatas e implementar progressivamente a consolidação orçamental para apoiar a recuperação económica e preservar a sustentabilidade da dívida. Neste contexto, a introdução do IVA em 2021, o controlo da dinâmica da despesa, em especial os gastos com pessoal, e o recurso contínuo a donativos e empréstimos altamente concessionais são cruciais.

Saúdam-se os esforços das autoridades para promover o aumento da transparência. A revisão da legislação relativa à contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos é um passo importante rumo a uma maior transparência, tal como a elaboração dos relatórios de auditoria relativos à despesa da Covid-19.

A política monetária deve apoiar o regime de paridade cambial e a recuperação. Neste contexto, é importante prosseguir com a gestão ativa da liquidez e os esforços para reforçar a capacidade de gestão dos riscos e das vulnerabilidades do setor financeiro. Um novo quadro jurídico para o banco central e o setor financeiro também deverá proporcionar a tão necessária modernização.

Tendo em conta as recentes faltas de energia, a aceleração das reformas no setor da energia contribuiria para o fornecimento mais estável e a menor custo de eletricidade, apoiaria o desenvolvimento e o potencial de crescimento do país, assim como diminuiria as pressões sobre a dívida pública e as reservas cambiais. A prossecução de amplas reformas estruturais também deverá facilitar o investimento privado, contribuir para o desenvolvimento do setor do turismo e promover um crescimento mais resiliente e inclusivo.”

² Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores e este resumo é transmitido às autoridades do país. Uma explicação de quaisquer qualificadores usados no resumo pode ser consultada aqui: <http://www.IMF.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores Económicos Seleccionados, 2017–26

(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
				2ª aval.	Proji.	2ª aval.	Proji.	Proji.	Proji.	Proji.	Proji.	Proji.
Rendimento nacional e preços												
PIB a preços constantes	3.9	3.0	2.2	-6.5	3.0	3.0	2.1	2.9	3.3	3.5	3.7	4.0
Deflator do PIB	2.0	2.6	7.0	4.0	5.6	4.0	2.7	2.0	2.8	2.9	2.9	3.9
Preços no consumidor (fim do período)	7.7	9.0	7.7	9.3	9.4	4.9	4.7	6.2	5.0	5.0	5.0	5.0
Preços no consumidor (média do período)	5.7	7.9	7.7	9.9	9.8	5.6	5.4	7.0	5.8	5.2	5.0	4.4
Comércio externo												
Exportações de bens e serviços não fatoriais	-10.8	13.9	-1.9	-47.3	-46.3	61.0	18.4	48.0	23.4	6.4	9.0	8.5
Importações de bens e serviços não fatoriais	5.5	4.3	-5.3	-7.2	-10.4	8.5	9.4	2.9	8.9	4.5	5.0	5.8
Taxa de câmbio (novas dobras por USD; fim do período) ¹	20.7	21.5	22.0	...	20.1
Taxa de câmbio efetiva real (média do período, depreciação = -)	4.9	8.8	5.3	...	5.7
Moeda e crédito												
Base monetária	-9.6	0.8	-7.4	22.6	31.0	-6.6	-10.8	1.3	13.8
Massa monetária (M3)	-0.4	14.3	-2.2	1.2	10.9	7.1	7.5	5.2	6.3
Crédito à economia	2.5	-1.6	3.2	1.9	-1.6	0.5	0.4	4.7	5.5
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	3.1	2.9	3.0	3.0	2.8	3.0	3.0	3.0	3.0
Taxa de juro de referência do banco central (%)	9.0	9.0	9.0	...	9.0
Taxa média dos emprést. bancários (%)	19.6	19.9	19.1	...	19.1
Finanças públicas (em percentagem do PIB)												
Total de receita, donativos e bónus de assin. do petróleo	24.9	24.1	22.0	28.2	25.3	21.5	25.7	24.8	24.0	23.9	23.8	23.5
<i>D/q</i> : Receitas fiscais	12.7	12.8	12.3	14.5	13.1	14.8	13.3	14.4	14.9	15.1	15.5	15.6
Receitas não fiscais	1.7	3.1	3.3	2.5	2.4	2.9	2.5	2.8	2.5	2.7	2.8	3.0
Donativos	10.5	8.3	6.4	11.2	9.7	3.8	9.9	7.6	6.6	6.1	5.5	5.0
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	27.6	26.0	22.1	25.0	23.1	23.5	27.2	24.2	25.0	24.4	24.0	23.8
Gastos com pessoal	8.3	9.3	9.0	10.9	9.3	11.1	10.0	9.8	9.6	9.5	9.5	9.5
Juros devidos	0.5	0.4	0.7	0.5	0.3	0.4	0.4	0.4	0.4	0.3	0.3	0.2
Despesa corrente excl. juros e salários	6.9	7.0	7.5	8.4	7.2	8.3	7.4	7.3	7.2	7.2	7.3	7.3
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	0.7	1.4	0.1	0.3	0.2	0.3	0.3	0.4	0.4	0.4	0.4	0.7
Despesas de investimento financiadas por doadores	11.0	7.8	4.7	1.3	3.0	1.4	7.4	6.1	7.2	6.7	6.3	5.9
Despesas de investimento relacionadas com a Iniciativa HIPC	0.2	0.1	0.1	0.2	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
Despesa Covid-19	3.5	2.9	1.7	1.5

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores Económicos Seleccionados, 2017–26 (continuação)
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

Saldo primário interno ²	-2.4	-4.2	-1.8	-5.3	-3.2	-3.9	-3.5	-2.0	-0.2	0.3	0.6	0.6
Financiamento interno líquido	1.8	3.4	-1.5	-1.7	-1.7	4.3	1.3	-0.1	-1.0	-1.0	-1.0	-1.1
Saldo global (base de compromisso)	-2.7	-1.9	-0.1	3.2	2.2	-2.0	-1.5	-0.5	-1.0	-0.5	-0.2	-0.3
Dívida pública ³	81.1	93.2	99.9	103.0	87.4	101.4	87.9	86.5	84.3	80.9	76.8	71.2
D/q: Dívida da EMAE à ENCO	19.6	23.3	28.9	31.5	24.2	32.9	26.0	29.0	29.5	29.1	27.9	26.5
Setor externo												
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)												
Incl. transferências oficiais	-13.2	-12.3	-12.1	-17.4	-14.1	-16.3	-11.3	-7.5	-6.7	-6.3	-6.0	-5.7
Excl. transferências oficiais	-24.3	-21.0	-18.5	-28.6	-23.9	-20.1	-21.2	-15.1	-13.3	-12.4	-11.5	-10.7
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	31.5	26.6	27.2	32.2	25.4	30.0	24.4	24.2	23.9	23.3	22.6	21.7
Serviço da dívida externa (percentagem das exportações) ⁴	3.8	2.6	4.5	8.5	5.0	7.5	11.6	8.4	6.8	8.7	9.0	7.4
Exportação de bens e serviços não fatoriais (milhões de USD)	86.1	98.0	96.2	50.7	51.7	81.6	61.2	90.5	111.7	118.9	129.5	140.5
Reservas internacionais brutas ⁵												
Milhões de USD	51.4	35.1	40.4	54.7	67.6	58.1	63.4	70.3	72.0	75.1	76.6	76.5
Meses de importações de bens e serviços	3.1	2.2	2.8	3.5	4.3	3.6	4.0	4.0	3.9	3.9	3.8	3.8
Meses de importação de bens e serviços não fatoriais ⁶	4.2	3.0	4.0	5.1	6.4	5.0	5.7	5.9	6.0	6.1	5.9	6.2
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	11.3	19.5	18.8	16.2	16.6	13.2	13.5	12.5	10.2	8.3	6.8	5.6
Por memória												
Produto interno bruto												
Milhões de novas dobras	8,154	8,619	9,424	8,976	10,247	9,615	10,750	11,281	11,972	12,748	13,602	14,693
Milhões de USD	375.8	415.6	430.7	418.1	477.3	478.2	533.6	572.9	616.4	662.2	711.0	771.6
Per capita (em USD)	1,842	1,989	2,022	1,918	2,190	2,144	2,393	2,524	2,657	2,794	2,938	3,002

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do banco central (BCSTP).

² Exclui as receitas relacionadas com o petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

³ Total da dívida pública e com garantia pública conforme definido na ASD, o que inclui a dívida da EMAE à ENCO (e exclui os atrasados do governo à EMAE devido à consolidação).

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

⁵ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

⁶ Importações de bens e serviços excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

TERCEIRA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

10 de agosto de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

Evolução e perspectivas macroeconómicas. São Tomé e Príncipe manteve a estabilidade macroeconómica no período desde a última avaliação da ECF (fevereiro de 2021). O apoio internacional e as ações céleres por parte das autoridades ajudaram a mitigar o impacto da pandemia até ao momento. Calcula-se que o crescimento se tenha situado em 3% em 2020, impulsionado pelas despesas com financiamento externo. O crescimento deverá abrandar para 2% em 2021, refletindo atrasos no regresso dos turistas, acelerando depois para 3% em 2022. As perspectivas económicas estão sujeitas a um elevado grau de incerteza e riscos descendentes, nomeadamente a evolução da pandemia.

Covid-19. As autoridades têm como objetivo vacinar 70% da população até meados de 2022, com o apoio da iniciativa COVAX e do Banco Mundial. Cerca de 25.600 pessoas (12% da população) já tinham recebido pelo menos uma dose da vacina até meados de julho de 2021. Considerando as novas vagas da Covid-19 a nível mundial, as autoridades estão preocupadas com o fornecimento em tempo oportuno e em número suficiente das restantes doses das vacinas. A primeira volta das eleições presidenciais realizou-se em 18 de julho sem que tenha daí saído um vencedor. A segunda volta está marcada para 5 de setembro e não se prevê que tenha um impacto no programa do FMI, que parece gozar de um apoio generalizado.

Desempenho do programa. A implementação do programa manteve-se forte, não obstante o difícil contexto da pandemia. Os critérios de desempenho quantitativos para o final de dezembro de 2020 e as metas indicativas para o final de março de 2021 relativas ao saldo primário interno, às reservas internacionais líquidas e ao financiamento interno líquido foram cumpridos, alguns deles por uma margem considerável. Contudo, a concretização de muitos indicadores de referência estruturais para o final de dezembro de 2020, incluindo em matéria de reformas legislativas, sofreram atrasos. De acordo com o cenário de base do programa, São Tomé e Príncipe continua numa situação de sobre-endividamento, mas a dívida pública e externa é considerada sustentável e a capacidade de reembolsar o FMI mantém-se adequada.

Temas de discussão. As discussões centraram-se na implementação do IVA, na contenção da massa salarial, na manutenção da despesa social, na aceleração das reformas na empresa pública de água e eletricidade, na promoção da transição para energias limpas, na

prosseção das agendas de transparência e governação, na modernização do quadro jurídico para as políticas monetárias e financeiras, assim como na manutenção dos preços e da estabilidade financeira e externa. Tendo em conta a extrema importância da introdução do IVA, foi acrescentada uma ação prévia neste domínio. Os novos prazos da condicionalidade estrutural refletem as limitações em termos de capacidade e a necessidade de construir um consenso em torno das principais reformas legislativas.

Recomendação. O corpo técnico recomenda a conclusão da terceira avaliação à luz das fortes medidas adotadas pelas autoridades para cumprir as metas do programa para o final de 2020 e março de 2021, assim como os compromissos futuros, não obstante as circunstâncias muito difíceis da pandemia.

Aprovado por
Vivek Arora (AFR) e
Anna Ilyina (SPR)

As discussões sobre a terceira avaliação do programa económico apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado do FMI foram realizadas à distância entre 7 de junho e 7 de julho de 2021. A equipa composta por E. Kvintradze (chefe), K. Nassar, L. Kolovich, K. Wang (todos do AFR), F. Bardella (FAD) e T. Wezel (MCM). Kelvio Carvalho da Silveira (OED) participou nas discussões. Weronika Synak e Vicky Pilouzou prestaram apoio investigativo e editorial para a preparação deste relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	5
EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE	6
DESEMPENHO DO PROGRAMA	8
DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS	10
A. Reforço do espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento	11
B. Aceleração das reformas estruturais no setor da energia	13
C. Apoio à paridade cambial e salvaguarda da estabilidade financeira	15
MODALIDADES DO PROGRAMA E GARANTIAS DE FINANCIAMENTO	18
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	20
CAIXAS	
1. Covid-19: Transparência das despesas e prestação de contas	13
2. Mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis	16
3. Alocação adicional de DSE	20
FIGURAS	
1. Evolução macroeconómica recente, 2010–21	23
2. A incerteza económica afetou o setor bancário	24
3. Efeitos macroeconómicos da pandemia de Covid-19	25
4. Indicadores de conectividade digital	26
5. Entraves estruturais ao crescimento sustentável e inclusivo	27
6. Um setor energético insustentável	28

TABELAS

1. Indicadores Económicos Seleccionados, 2017–26	29
2a. Operações Financeiras do Governo Central, 2017–26 (milhões de novas dobras)	30
2b. Operações Financeiras do Governo Central, 2017–26 (em percentagem do PIB)	31
3a. Balança de Pagamentos, 2017–26 (milhões de USD)	32
3b. Balança de Pagamentos, 2017–26 (em percentagem do PIB)	33
4. Síntese das Contas do Banco Central, 2017–26	34
5. Síntese Monetária, 2017–23	35
6. Indicadores de Solidez Financeira, 2020–34	36
7. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2016–24	37
8. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2020–34	38
9. Calendário Proposto de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2019–22	39
10. Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2020–2021	40
11. Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2021	41

ANEXOS

I. Modernização do Quadro Jurídico do Setor Monetário e Financeiro	42
II. Atividades de Desenvolvimento de Capacidades	44

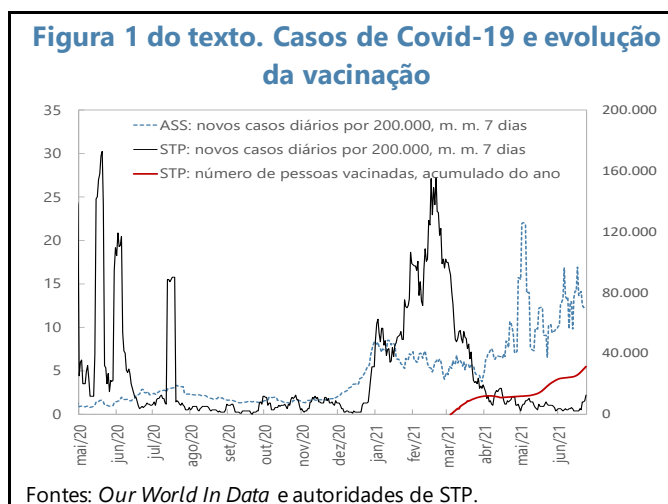
APÊNDICE

I. Carta de Intenções	45
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras Complementar para 2021–22	47
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	70

CONTEXTO

1. A pandemia da Covid-19 perturbou o frágil equilíbrio em São Tomé e Príncipe (STP), colocando vidas e meios de subsistência em risco.

As autoridades têm como objetivo vacinar 70% da população até meados de 2022, inteiramente apoiadas pela iniciativa COVAX e pelo Banco Mundial. Cerca de 25.600 pessoas (12% da população) já tinham recebido pelo menos uma dose da vacina até meados de julho de 2021. Com a propagação a nível mundial de novas variantes da Covid-19, as autoridades estão preocupadas com o fornecimento em tempo oportuno e em número suficiente das restantes doses das vacinas. O país também tem vindo a sofrer falhas de energia, que foram parcialmente superadas mediante a reparação dos gerados avariados.



2. As ações céleres por parte das autoridades e o apoio internacional ajudaram a mitigar o impacto da pandemia até ao momento. A pandemia exacerbou as vulnerabilidades sociais, tendo em conta que um terço da população ainda vive em situação de pobreza extrema. A resposta orçamental por parte das autoridades em 2020, cerca de 2,9% do PIB em despesa adicional, centrou-se no reforço dos cuidados de saúde e nos projetos públicos, na expansão do programa de transferências monetárias para as famílias vulneráveis, no aumento da distribuição de alimentos e na canalização de incentivos para o setor privado com vista à retenção dos trabalhadores (Tabela 1 do texto). A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI)¹ e o Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) do FMI proporcionaram um alívio temporário adicional.

3. As autoridades estão a promover a transparência da despesa relacionada com a Covid-19. A ECF inclui indicadores de referência estruturais contínuos em todos os compromissos relativos à transparência e prestação de contas da RCF, que estão a ser monitorizados de perto. As autoridades estão a registar progressos positivos em matéria de implementação das medidas de transparência e prestação de contas, a fim de assegurar o controlo e a supervisão adequadas da despesa relacionada com a Covid-19, embora com alguns atrasos. Os relatórios mensais de execução de despesa são publicados com alguma regularidade, juntamente com um subconjunto de contratos públicos. Está em curso a assistência técnica do Departamento Jurídico do FMI para apoiar as autoridades a efetivarem a recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos, o que implica alterações no regime jurídico (Caixa 1).

¹ As autoridades solicitaram, obtiveram e prorrogaram o adiamento do serviço da dívida junto de outros credores oficiais bilaterais nos termos da DSSI. As potenciais poupanças decorrentes da DSSI para STP equivalem a 1,6 milhões de USD (0,4% do PIB) em 2020 e 2,8 milhões de USD (0,7% do PIB) no primeiro semestre de 2021.

Tabela 1 do texto. São Tomé e Príncipe: Pacote de medidas orçamentais em resposta à Covid-19

Financiamento relacionado com a Covid-19, 2020			Despesa relacionada com a Covid-19, 2020		
	Milhões USD	% do PIB		Milhões USD	% do PIB 1/
Financiamento total	41,4	8,7	Despesas relacionadas com a Covid-19	13,8	2,9
Donativos	25,4	5,3	<i>das quais para a saúde</i>		
Grupo Banco Mundial - GBM	15,0	3,1	Plano de conting. de saúde fin. pelo GBM	1,9	0,4
Plano de contingência de saúde	1,9	0,4	Outras despesas de saúde	4,8	1,0
Programas sociais alargados	3,1	0,7	<i>das quais para programas sociais</i>		
Apoio orçamental - DPO 1/	10,0	2,1	Progr. sociais alargados fin. pelo GBM	3,1	0,7
Banco Africano de Desenvolvimento - BAfD	10,3	2,2	Incent. ao setor priv. p/retenção dos trab. /2	0,6	0,1
Outros parceiros	0,1	0,0	Apoio aos trabalhadores do setor informal /2	0,7	0,2
Empréstimos	16,0	3,4	Distribuição de cabazes alimentares /2	1,0	0,2
FMI (Linha de Crédito Rápido - RCF)	12,3	2,6	<i>d/q para empresas, empr. públicas, entidades govern.</i>		
FMI (Aumento da ECF 2/ 1/)	2,1	0,4	Contrib. p/salários dos trab. das ent. gov. /2	1,7	0,3
DSSI do G-20 1/	1,6	0,4	Por memória:		
			Linha de crédito p/empresas fin. pelo BAfD 3/	3,0	0,6
			Desp. rel. com a Covid-19 + linha de crédito	16,8	3,5

Fonte: Autoridades de STP e parceiros de desenvolvimento.
1/ Itens não abrangidos pelos relatórios mensais de despesa Covid-19.
2/ A importância de 2,1 milhões de USD refere-se apenas ao aumento da ECF. Os outros desembolsos ao abrigo da ECF não são contabilizados para efeitos desta tabela.

Fonte: Autoridades de STP e parceiros de desenvolvimento.
1/ Em percentagem do PIB da 3ª avaliação.
2/ Financiamento da RCF do FMI que foi canalizado através do Fundo de Resiliência.
3/ Uma linha de crédito de 3 milhões de USD para apoiar as empresas que ainda não foi desembolsada.

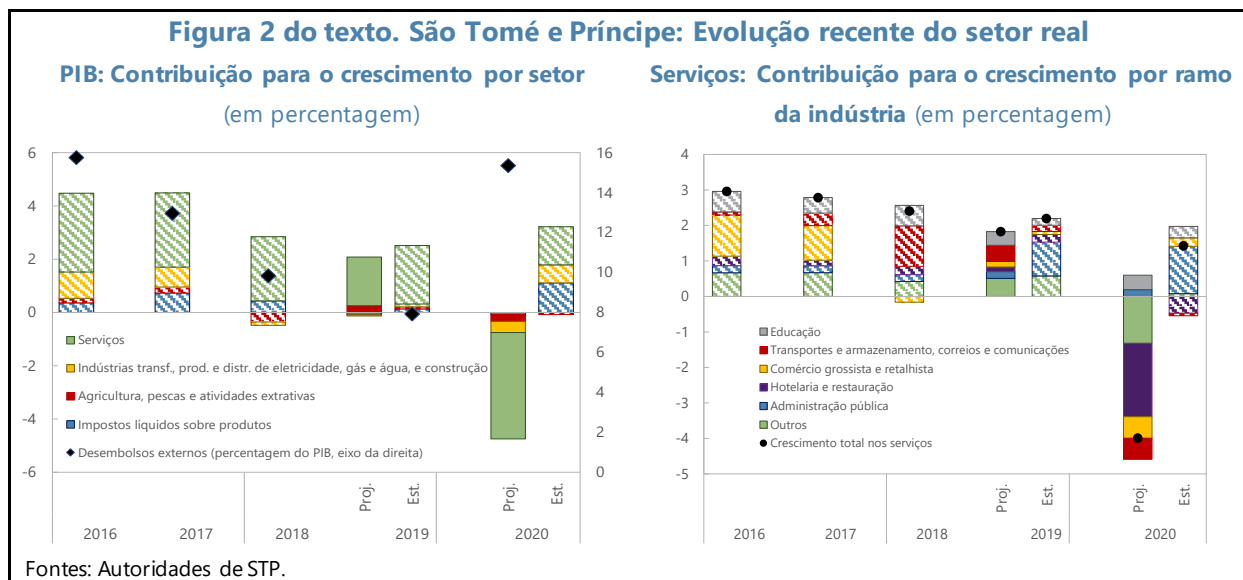
4. Apesar da difícil conjuntura, o programa apoiado pela ECF continua no bom caminho.

Foram cumpridos os critérios de desempenho quantitativos para o final de dezembro de 2020 relativos ao défice primário interno, reservas internacionais líquidas e financiamento bancário líquido. As metas indicativas para o final de março de 2021 relativas ao défice primário interno, reservas internacionais líquidas e financiamento bancário líquido também foram cumpridas. Embora as receitas fiscais tenham ficado aquém da meta indicativa para o final de março de 2021 devido a um abrandamento das cobranças no contexto de falhas de energia, a despesa não prioritária foi contida e a meta do défice primário interno foi cumprida. Contudo, as reformas estruturais estão a avançar lentamente devido à pandemia e às limitações de capacidade endémicas.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

5. O crescimento em 2020 que, segundo as estimativas preliminares, se situou em 3%, foi impulsionado pelo impacto da despesa pública com financiamento externo.

As transferências para as famílias vulneráveis e as empresas constituíram um alívio para o setor dos serviços, que contribuiu de forma surpreendentemente positiva para o crescimento (Figura 2 do texto). De igual modo, a expansão da despesa pública com financiamento externo, incluindo na educação e na saúde, estimulou o crescimento da construção, que passou de 0,6% em 2019 para 5,8% em 2020. Os pagamentos dos atrasados internos por parte do governo a fornecedores superaram as expectativas. O défice de conta corrente alargou para 14,1% do PIB em 2020, segundo as estimativas, refletindo um colapso no turismo, que caiu de 15,5% do PIB em 2019 para 3,1% do PIB em 2020. As reservas internacionais brutas atingiram 67,6 milhões de USD (4,3 meses de importações) em 2020. A inflação global subiu para 9,4% (em termos homólogos) em dezembro de 2020, impulsionada por preços mais altos dos produtos alimentares.



6. A subida das receitas fiscais proporcionou o necessário espaço adicional para o estímulo orçamental em 2020. O pacote de política fiscal de 2019 gerou receitas adicionais equivalentes a 2% do PIB, proporcionando mais espaço orçamental em 2020 (Tabela 2 do texto). O défice primário interno alargou para -3,2% do PIB em 2020 face a -1,8% do PIB em 2019, refletindo sobretudo o aumento das despesas com financiamento externo (Tabela 2).

Tabela 2 do texto. São Tomé e Príncipe: Resultados estimados do pacote de política fiscal 2018–2020
(em percentagem do PIB)

	2018	2019	2020
Total	3,1	3,5	5,6
Sobretaxa sobre o preço dos combustíveis	0,0	0,0	1,1
Suspensão da dedução fiscal	2,4	2,7	2,8
Impostos s/consumo das bebidas alcoólicas	0,4	0,4	0,8
Aumento da taxa do imposto s/telecomunic.	0,1	0,2	0,4
Imposto s/consumo da hotelaria e similares	0,1	0,1	0,1
Cobrança dos direitos das pescas	0,0	0,1	0,4

Fontes: Autoridades de STP e estimativas do corpo técnico do FMI.

7. O Banco Central de STP (BCSTP) apoiou a liquidez e o regime de paridade cambial. As primeiras medidas tomadas em abril de 2020, incluindo a redução do requisito de reservas mínimas e da taxa de desconto da facilidade permanente de cedência de liquidez do BCSTP, foram revertidas no final de 2020 face ao elevado excesso de liquidez, ao crédito malparado que lentamente vai degradando as reservas de capital e à deterioração da qualidade dos ativos. O crescimento do crédito (em termos homólogos) ao setor privado abrandou para -3% (em termos homólogos) no primeiro trimestre de 2021.

8. O Banco Central de STP (BCSTP) apoiou a liquidez e o regime de paridade cambial. As primeiras medidas tomadas em abril de 2020, incluindo a redução do requisito de reservas mínimas e da taxa de desconto da facilidade permanente de cedência de liquidez do BCSTP, foram revertidas no final de 2020 face ao elevado excesso de liquidez, ao crédito malparado que lentamente vai degradando as reservas de capital e à deterioração da qualidade dos ativos. O crescimento do crédito (em termos homólogos) ao setor privado abrandou para -3% (em termos homólogos) no primeiro trimestre de 2021.

Tabela 3 do texto. São Tomé e Príncipe: MTE – Saldo Primário Interno

		ECF 2ª aval.	Estimativas	Dif.
I	Total de receitas (=1+2)	1526	1596	69
I.A	D/q: Receitas internas (=I-2.1+3)	1525	1565	39
1	Receitas fiscais	1300	1346	46
2	Receitas não fiscais	226	250	24
2,1	d/q: receitas petrolíferas	23	31	8
3	Amortização da dívida à ENCO	22	0	-22
II	Total de despesa interna (=4+5+6+7)	1997	1924	-73
II.A	D/q: Despesas primárias internas (=II-4.2)	1956	1889	-67
4	Despesas correntes	1774	1731	-43
4,1	Gastos com pessoal	980	956	-24
4,2	Juros devidos	42	35	-7
4,3	Bens e serviços	255	237	-18
4,4	Transferências	318	325	7
4,5	Outras despesas correntes	179	178	-1
5	Despesas de investimento internas	27	20	-7
5,1	Financiadas pelo Tesouro	28	20	-8
5,2	Financiadas por receitas de privatizações	-1	0	1
6	Despesas sociais relacionadas com a Iniciativa HIPC	18	13	-5
7	Despesas Covid-19 financiadas pelo Tesouro 1/	178	160	-17
III	Saldo primário interno (= I.A-II.A)	-475	-324	150,5

Fontes: Autoridades de STP e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Não inclui 23,6 mil milhões de dobras em vencimentos e salários relacionados com a Covid-19, que estão incluídos nos gastos com pessoal.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

9. Todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas do final de dezembro de 2020 foram cumpridos (Tabela 10). O défice primário interno suplantou o critério de desempenho do fim de dezembro de 2020 em 150,5 milhões de dobras (1,5% do PIB) em grande parte devido a um desempenho mais forte do que o previsto das receitas e a uma diminuição das despesas correntes (Tabela 3 do texto). A meta indicativa para as receitas foi atingida e a regularização de atrasados superou a meta. As reservas internacionais líquidas e o financiamento bancário líquido suplantaram os critérios de desempenho do final de dezembro de 2020. As metas indicativas para o final de março de 2021 relativas ao défice primário interno, reservas internacionais líquidas, financiamento bancário líquido e regularização de atrasados também foram cumpridas. Contudo, a meta indicativa para o final de março de 2021 relativa às receitas não foi cumprida em virtude dos atrasos na cobrança de impostos por causa das falhas de energia.

10. Os progressos ao nível das reformas estruturais têm sido lentos (Tabela 11). Numa nota positiva, as autoridades têm vindo a cumprir os requisitos dos indicadores de referência estruturais relativos à transparência mediante a publicação dos relatórios de despesa Covid-19 e, menos

regularmente, dos avisos de adjudicação e contratos públicos (Caixa 1). Também mantiveram os preços a retalho dos combustíveis para gerar receitas, a fim de prosseguirem a regularização dos atrasados de longa data. Com o apoio do Banco Mundial, os preparativos para a introdução do IVA estão em curso com atrasos, sobretudo devido à demora nas negociações do contrato com a empresa de desenvolvimento do sistema informático para o IVA. Contudo, foram registados poucos avanços ao nível das reformas do setor energético e da remoção do país da lista de segurança aérea da União Europeia devido, principalmente, à reduzida capacidade e às restrições relacionadas com a Covid-19. Os indicadores de referência estruturais relativos à Lei Orgânica e à Lei das Instituições Financeiras estão a avançar com atrasos, sendo que estas leis carecem de um trabalho de harmonização apoiado pela assistência técnica do FMI. Num contexto de reduzida capacidade, os compromissos políticos fortes e o apoio técnico contínuo podem servir de catalisadores para reformas mais decisivas e oportunas no futuro.

11. As perspetivas dependem de uma consolidação orçamental gradual assente na recuperação das receitas e na intensificação das reformas estruturais. O crescimento deverá abrandar para 2% em 2021, refletindo atrasos no regresso dos turistas, e acelerar para 3% em 2022 com a recuperação gradual no turismo, nos transportes e nas comunicações. No médio prazo, deverá situar-se em 4% alavancado por melhores infraestruturas e um potencial turístico mais forte. O aumento das receitas (introdução do IVA em 2021), a supressão das despesas relacionadas com a pandemia e a consolidação gradual do défice primário interno iriam colocar a dívida pública numa trajetória descendente em 2022, apoiada por um diferencial favorável do crescimento em relação à taxa de juro no médio prazo. O ajustamento orçamental, associado ao aumento gradual das receitas do turismo, iria reforçar a balança corrente (cerca de -7% do PIB) e as reservas internacionais (3,9 meses de importações) até 2023. As vulnerabilidades de uma pequena economia insular dependente das importações sublinham a necessidade de reformas estruturais para fortalecer a competitividade, diversificar a economia, reduzir a dependência das importações de petróleo através das reformas do setor elétrico e melhorar a eficiência da execução de projetos financiados com recursos externos para evitar atrasos nos desembolsos.

12. A dívida pública é considerada sustentável, mas o país continua em situação de sobre-endividamento devido a atrasados externos de longa data por regularizar (ver atualização da Análise de Sustentabilidade da Dívida). A dívida pública mantém-se numa trajetória descendente tendo em conta o compromisso das autoridades para prosseguir a consolidação orçamental, implementar as reformas previstas para o setor energético (incluindo a EMAE) e contrair empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado. No cenário de base, o rácio dívida pública/PIB deverá diminuir para 71% do PIB em 2026.

Contudo, os atrasados soberanos pós-HIPC com os credores bilaterais, bem como os atrasados de pagamentos com credores privados, colocam o país numa situação de sobre-endividamento. Com a exceção do rácio VA da dívida externa/PIB, os indicadores da dívida externa PGP ultrapassam os limiares no cenário de base. As autoridades continuam ativamente envolvidas em negociações com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial para regularizar os atrasados externos pendentes (2,2% do PIB).² Relativamente aos atrasados externos de São Tomé e Príncipe junto de credores privados, as autoridades continuam a envidar esforços de boa-fé para chegar a um acordo.

Tabela 4 do texto. São Tomé e Príncipe: Projeções macroeconómicas de médio prazo
(cenário de base do programa)

	2020			2021			2022			2023
	1ª aval.	2ª aval.	Est.	1ª aval.	2ª aval.	Proj.	1ª aval.	2ª aval.	Proj.	Proj.
	<i>Varição percentual anual</i>									
PIB real	-6,5	-6,5	3,0	3,0	3,0	2,1	5,5	5,0	2,9	3,3
Inflação medida pelo IPC (média do período)	7,9	9,9	9,8	8,0	5,6	5,4	5,9	8,1	7,0	5,8
	<i>Porcentagem do PIB</i>									
Saldo primário interno do governo central ¹	-6,3	-5,3	-3,2	-3,9	-3,9	-3,5	-1,5	-1,2	-2,0	-0,2
Saldo da conta corrente	-17,0	-17,4	-14,1	-11,9	-16,3	-11,3	-9,3	-9,2	-7,5	-6,7
Dívida bruta do setor público ²	105,2	103,0	87,4	105,1	101,4	87,9	100,3	96,8	86,5	84,3

¹ Excl. as receitas relacionadas com o petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de invest. financiadas com recursos externos.

² Total da dívida pública e com garantia pública cf. definido na ASD, incl. a dívida da EMAE à ENCO (e excl. os atrasados do governo à EMAE devido à consolidação).

Fontes: Autoridades de STP e estimativas do corpo técnico do FMI.

13. As perspetivas estão sujeitas a incertezas significativas e riscos em sentido

descendente. Do lado descendente, a incerteza em torno da pandemia coloca desafios à recuperação económica e à política orçamental. Uma nova vaga de infeções e uma campanha de vacinação mais prolongada do que o previsto podem atrasar a recuperação. Os atrasos nas reformas da gestão das finanças públicas e no setor da energia podem reduzir o espaço orçamental para a realização de despesas sociais e de desenvolvimento, enquanto um montante de donativos inferior ao esperado iria deteriorar as opções de financiamento. As constantes falhas de energia também podem atrasar a recuperação do crescimento e colocar mais pressão sobre o comportamento das receitas. Qualquer catástrofe natural pode aumentar as pressões para a realização de despesa adicional, enquanto as próximas eleições podem atrasar as reformas legislativas. Do lado ascendente, a aceleração das reformas e dos principais projetos de desenvolvimento de infraestruturas pode promover o crescimento a médio prazo.

DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

As discussões centraram-se em quatro pilares de políticas: i) recuperar e reforçar o espaço orçamental para possibilitar as tão necessárias despesas sociais e de desenvolvimento; ii) acelerar as reformas do setor energético; iii) modernizar as políticas e os instrumentos em matéria monetária e financeira; e iv) fomentar o turismo.

² Os atrasados devidos ao Brasil foram reescalados no âmbito da iniciativa DSSI.

A. Reforço do espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento

14. A mitigação do impacto da pandemia exige apoio externo adequado, com o recomeço da consolidação orçamental gradual em 2022. O orçamento de 2021 continua apropriado para dar resposta às consequências da pandemia e apoiar a recuperação económica.

O forte desempenho previsto das receitas, impulsionado pela introdução do IVA em 2021, iria permitir que as autoridades suprimissem gradualmente as despesas relacionadas com a Covid-19, deixando algumas em vigor em 2022. Tendo em conta o ritmo previsto de vacinação, os programas direcionados de assistência social e sanitária terão de continuar em 2021-2022. Neste contexto, o défice primário interno deverá permanecer em -3,5% do PIB em 2021 (-3,2% em 2020) e começar a cair para -2% do PIB em 2022, colocando a dívida pública numa trajetória descendente (Tabelas 2a e 2b). O governo continua a ter avultadas necessidades de financiamento bruto em 2021, que estão a ser supridas por desembolsos externos, incluindo o reempréstimo por parte do BCSTP dos recursos do FMI (Tabela 5 do texto). Os projetos de investimento financiados com donativos deverão diminuir gradualmente a partir de 2024.

Tabela 5 do texto. São Tomé e Príncipe: Financiamento externo
(em milhões de USD)

	2020	2021	2022
Total	66,6	64,1	54,6
Donativos	44,1	49,5	39,3
Donativos para projetos	14,5	31,8	24,0
Banco Mundial	10,6	22,3	17,3
Outros	3,9	9,6	6,7
Donativos para programas	29,6	17,7	15,3
Banco Mundial (DPO)	10,0	10,0	6,1
Banco Africano de Desenvolvimento	13,6	2,4	4,2
União Europeia	5,9	5,3	5,0
Empréstimos	22,5	14,6	15,3
Empréstimos para projetos	5,8	9,4	10,2
Banco Africano de Desenvolvimento	3,6	2,9	1,9
Outros (multilaterais e bilaterais)	2,2	6,6	8,3
Empréstimos para programas	16,7	5,1	5,1
FMI	16,7	5,1	5,1

Fontes: Autoridades de STP; estimativas do corpo técnico do BAfD, BM e FMI.

15. A criação de espaço orçamental para as despesas sociais e de desenvolvimento depende da continuação das reformas ao nível das receitas, do reforço do planeamento e da execução da massa salarial e da manutenção das despesas pró-pobres.

- *Continuação das reformas ao nível das receitas.* Estão em curso os preparativos finais para a introdução do IVA em outubro de 2021 (indicador de referência estrutural), em vez de julho como inicialmente previsto. Em junho de 2021, as autoridades deram um passo importante ao finalizarem as negociações do contrato com a empresa de software para lançar a plataforma do IVA na Direção dos Impostos até ao final de 2021, com o apoio do Banco Mundial. (MPEF §17). As autoridades assinaram o protocolo de troca de informações entre a Direção das Alfândegas e a Direção dos Impostos (ação prévia), para iniciar a cobrança do IVA nas Alfândegas até outubro (MPEF §18). O protocolo apoia a realização de inspeções conjuntas e práticas de monitorização das cobranças de IVA. Do lado das importações, a Direção das Alfândegas atuará como

corador, o IVA pago sobre as importações será creditado como uma entrada na declaração de IVA correspondente e a Direção dos Impostos receberá informações sobre esta entrada usando o protocolo para a troca de informações. Para apoiar ainda mais as receitas no que resta de 2021, as autoridades preparam-se para introduzir um novo imposto ambiental sobre os produtos de plástico e uma taxa de segurança aeroportuária, bem como estão a intensificar os esforços para cobrar os atrasados fiscais (MPEF §15).

- *Reforço do planeamento e monitorização da massa salarial* para estabilizar o processo de planeamento e execução orçamental. Os subsídios extra pagos aos profissionais de saúde e das forças de segurança, a contratação de mais professores para garantir o distanciamento social nas escolas e o aumento dos salários base resultaram numa subida da massa salarial, que deverá começar a diminuir em termos reais em 2022. Em julho de 2021, foi emitido um despacho ministerial que estabelece o congelamento das novas contratações e promoções na função pública, a fim de conter a massa salarial (MPEF §15).
- *Manutenção das despesas pró-pobres* (meta indicativa) e reforço do programa de despesas sociais (MPEF §13). O programa de assistência às famílias vulneráveis apoiado pelo Banco Mundial, que visa aumentar os rendimentos e o consumo dos agregados familiares pobres, deverá ser alargado, tal como os programas de formação para os jovens.
- *Medidas de contingência*. Na eventualidade de receitas aquém das expectativas, as prioridades em matéria de despesas poderão ser redefinidas para ajudar a atingir as metas do défice primário interno. Assim, em julho de 2021, foi emitido um despacho ministerial que identifica possíveis reduções nos custos administrativos, viagens e outras rubricas de despesa não essencial (MPEF §15).

16. O reforço dos quadros de governação e transparência, bem como as reformas na administração das receitas e na gestão das finanças públicas são importantes para apoiar uma estratégia orçamental a médio prazo credível.

- *Reforço da transparência e governação orçamental*. A publicação dos relatórios mensais de despesa Covid-19 e dos contratos públicos, exigindo a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos, mediante a alteração do regime jurídico dos concursos públicos (indicador de referência estrutural contínuo), continua a ser uma prioridade. É igualmente importante concluir a auditoria *ex post* em curso às despesas relacionadas com a Covid-19 em 2020 (Caixa 1. MPEF §22).
- *Reformas da administração das receitas*. É necessário prosseguir a digitalização e modernização dos serviços de administração tributária, a adoção de práticas de cumprimento fiscal baseadas no risco e a melhoria da monitorização do desempenho (MPEF §19-20).
- *Reformas da GFP*. Estas incluem um projeto-piloto para implementar um mecanismo de limite de despesa para gerir os compromissos de despesa em, pelo menos, cinco dos ministérios mais relevantes em termos de despesa, a implementação do manual recentemente elaborado para o reforço das previsões macro-orçamentais e a publicação de um quadro orçamental a três anos, juntamente com o orçamento anual (MPEF §21).

B. Aceleração das reformas estruturais no setor da energia

17. A aceleração das reformas na EMAE para conter as perdas e a aplicação do mecanismo automático de ajustamento dos preços dos combustíveis são essenciais para assegurar a sustentabilidade da dinâmica da dívida e promover o crescimento.

- O uso do mecanismo automático de ajustamento dos preços dos combustíveis e a manutenção dos preços a retalho dos combustíveis alinhados com os mercados internacionais (indicador de referência estrutural contínuo) contribuem para impedir subsídios implícitos aos combustíveis e conter os riscos orçamentais. O governo tem vindo a cumprir o mecanismo de fixação de preços desde 2017 e os preços a retalho são superiores aos preços de importação. A empresa pública ENCO transferiu o diferencial de preço para o Estado. Porém, futuramente, a subida dos preços do petróleo irá reduzir o diferencial (Caixa 2).
- Subsistem as perdas estruturais a nível comercial e técnico no setor energético. A EMAE acumulou perto de 13 milhões de USD (2,7% do PIB) em novos atrasados, que se traduzem, em grande parte, em novos atrasados externos da ENCO à sua empresa-mãe angolana. Em dezembro de 2020, os atrasados da EMAE à ENCO ascenderam a 123,2 milhões de USD (25,9% do PIB). Os novos atrasados em 2020 situaram-se abaixo da tendência histórica, dado que a acumulação de atrasados relacionados com as operações do setor energético tendem a abrandar quando os preços internacionais do petróleo descem. O problema dos atrasados de longa data precisa de ser resolvido através das reformas estruturais da EMAE enunciadas em seguida.

Caixa 1. Covid-19: Transparência das despesas e prestação de contas

Foram implementadas, embora com alguns atrasos, as medidas em matéria de transparência e prestação de contas para assegurar o controlo e a supervisão adequadas das despesas relacionadas com a Covid-19, conforme inicialmente estabelecido na Carta de Intenções para o pedido de desembolso ao abrigo da RCF em março de 2020 (Relatório do FMI n.º 20/139) e subsequentes avaliações da ECF ao abrigo dos indicadores de referência estruturais contínuos (Tabela 11) discutidos seguidamente. Estes compromissos aplicam-se também às despesas da Covid-19 que serão executadas em 2021.

- Os relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19 publicados no sítio web do Ministério das Finanças (<https://www.financas.gov.st/index.php/publicacoes/documentos/category/147-publicacoes>) incluem a lista de donativos e empréstimos externos relacionados com a pandemia recebidos em 2020 e até abril de 2021 e as despesas correspondentes por ministérios e por categoria económica. Os relatórios também incluem anexos setoriais com informações detalhadas sobre a execução das principais medidas de resposta de emergência, por exemplo, o plano de contingência de saúde, apoio aos trabalhadores do setor informal e incentivos orientados para o setor privado para a retenção de trabalhadores (incluindo a lista de todas as empresas privadas beneficiadas).
- Os progressos registados foram mais limitados ao nível da transparência dos contratos públicos. A publicação de alguns contratos públicos começou no 3º trimestre de 2020 e uma ação prévia sobre a publicação de um subconjunto¹ de contratos públicos, avisos de adjudicação e validação *ex post* da execução dos contratos foi cumprida em janeiro de 2021. Foi publicada informação adicional limitada em 2021. Em novembro de 2020, o Ministério das Finanças emitiu um despacho executivo exigindo que todas as agências que fazem despesas enviassem os contratos públicos assinados para a COSSIL

(a agência de contratação pública) como condição prévia para o pagamento do Tesouro aos contratantes, mas esta medida ainda não regularizou a publicação atempada dos contratos públicos.

- A publicação de informações sobre os beneficiários efetivos das empresas às quais são adjudicados contratos públicos está em fase preparatória de implementação, uma vez que o regime jurídico terá de ser adaptado para que as autoridades exijam a recolha e publicação desta informação. As autoridades solicitaram assistência técnica ao Departamento Jurídico do FMI nesta área, assistência essa que teve início em abril de 2021. Estamos a elaborar um projeto de lei para uma nova Lei de Concursos Públicos a ser promulgada em 2021. O FMI e o Banco Mundial estão a dar os seus contributos para a redação e as equipas estão a assegurar que a nova legislação acautelará a recolha e publicação das informações sobre os beneficiários efetivos.
- Relativamente às auditorias às despesas de emergência, apesar de uma tentativa infrutífera de realizar um controlo concomitante ao Fundo de Resiliência durante 2020, o Tribunal de Contas está a realizar uma auditoria *ex post* ao pacote de despesas relacionadas com a Covid-19 de 2020, esperando-se que o relatório de auditoria correspondente esteja finalizado até ao final de outubro de 2021.

^{1/} Documentos que ficaram à disposição da agência de contratação pública COSSIL para o período junho-agosto de 2020.

- A aceleração da implementação do Plano de Melhoria de Gestão (PMG) e do Plano de Produção de Menor Custo (PPMC) irá aumentar a eficiência em termos de custos e conter as perdas estruturais da EMAE (MPEF §41-43), ao mesmo tempo que contribuirá para a transição para fontes de energias renováveis. Contudo, as reformas foram repetidamente adiadas, em parte, devido às restrições relacionadas com a pandemia, sendo que os progressos em matéria de instalação de contadores, limitação dos consumos e modernização da gestão da EMAE foram limitados.
- Embora a implementação do abrangente pacote de reformas seja fundamental para a eficiência energética, no curto prazo as autoridades devem ter como objetivo a implementação do programa LED até ao final de 2021 (indicador de referência estrutural).³

³ Anteriormente, havia um indicador de referência estrutural contínuo para "Implementar medidas chave do Plano de Melhoria de Gestão e Plano de Produção de Menor Custo da EMAE", que remetia para uma "Tabela B" separada no MPEF com seis medidas a serem implementadas, cada uma com prazos independentes. Na abordagem atual, para assegurar uma maior clareza e determinar se o indicador de referência estrutural foi concluído, as ações separadas da Tabela B do MPEF são incluídas na tabela dos indicadores de referência estruturais de forma contínua, com os seus próprios prazos de implementação.

C. Apoio à paridade cambial e salvaguarda da estabilidade financeira

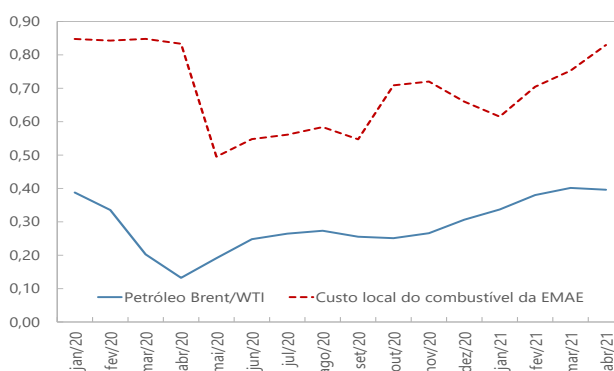
18. Prosseguem os esforços para modernizar o sistema monetário do país mediante o aperfeiçoamento do quadro jurídico e o reforço da capacidade do BCSTP. O BCSTP elaborou as suas novas Lei Orgânica e Lei das Instituições Financeiras, com o apoio da AT do FMI. O conselho de administração do BCSTP aprovou o projeto da Lei Orgânica e prosseguem os trabalhos para alinhar a Lei Orgânica e a Lei das Instituições Financeiras antes do envio para a Assembleia Nacional em setembro de 2021 (indicador de referência estrutural, MPEF §27).

Também se espera que o projeto da Lei das Instituições Financeiras seja enviado para o governo até ao final de dezembro de 2021 (indicador de referência estrutural, MPEF §27). Ver o Anexo I para mais contexto sobre as reformas legislativas.

19. A orientação de política do BCSTP é apropriada e deverá continuar a gerir de forma ativa a liquidez do sistema bancário com vista a apoiar o regime de paridade cambial e a retoma. O considerável apoio externo em 2020 associado a uma fraca procura do crédito durante a pandemia conduziu a um aumento do excesso de liquidez. No âmbito dos esforços de gestão de liquidez, no final de 2020, o BCSTP realizou um leilão de CD e restaurou os requisitos de reservas e a taxa de desconto para os níveis anteriores à pandemia. Em março de 2021, lançou um leilão de bilhetes do Tesouro a taxa variável no seguimento das recomendações resultantes da segunda avaliação da ECF. O BCSTP também está

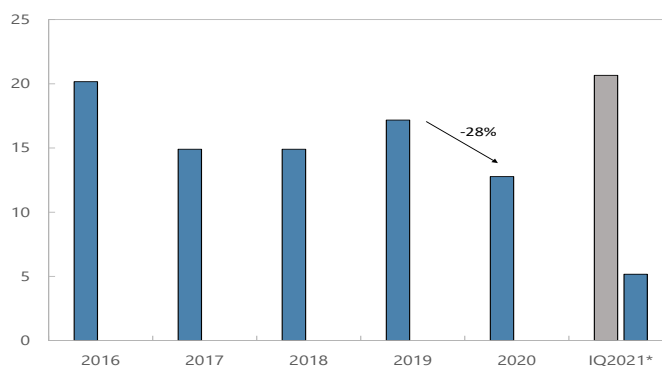
empenhado em trabalhar com a AT do FMI para desenvolver o conjunto de instrumentos para gerir a liquidez (indicador de referência estrutural, MPEF §24).

Figura 3 do texto. São Tomé e Príncipe: Preço do petróleo e acumulação de atrasados da EMAE
Preços internacionais do petróleo e custo local do combustível para a EMAE (USD/litro)



Fontes: Haver, autoridades de STP.

Acumulação de atrasados da EMAE relacionados com a compra de combustível (milhões de USD)



Fontes: Autoridades de STP.

* A barra azul 1Q2021 corresponde ao valor efetivo e a barra cinzenta ao valor anualizado ao longo de quatro trimestres.

Caixa 2. Mecanismo de Ajustamento Automático dos Preços dos Combustíveis

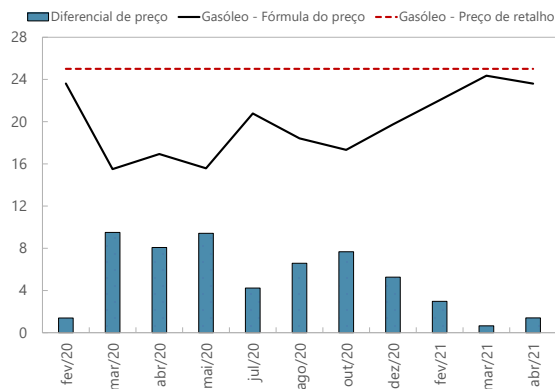
Um mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, introduzido em 2017, faz repercutir na íntegra as variações dos preços internacionais dos combustíveis nos preços de retalho a nível nacional, prevenindo subsídios implícitos de preços a retalho inferiores ao custo e contribuindo para o pagamento de atrasados à empresa petrolífera ENCO. Ao abrigo do mecanismo, os preços de retalho para todos os combustíveis (gasolina, gasóleo e querosene) são fixados administrativamente, usando fórmulas tarifárias com base nos preços CIF de importação, taxas aplicáveis, margens e outros custos.

- *Impostos totais incidentes no preço de importação CIF:* imposto de 5% sobre a gasolina, o gasóleo, o gasóleo EMAE e o querosene e sobretaxas de 106% sobre a gasolina, 66% sobre o gasóleo e 15% sobre o gasóleo EMAE.
- *Fundo Rodoviário:* uma taxa fixa de 0,35 dobras por litro de gasolina, 0,40 dobras por litro de gasóleo não EMAE e 0,20 dobras por litro de gasóleo EMAE está consignada para manutenção rodoviária.
- *Margens e outros custos:* i) custo associado ao desalfandegamento de produtos, calculado como uma percentagem do preço de importação CIF; ii) encargos do importador e de distribuição diferenciados por produto; e iii) margens grossistas e retalhistas.
- *Sobretaxa ENCO:* em vigor desde 2019, foi introduzida nas fórmulas de fixação dos preços para pagar a dívida de longa data acumulada perante a ENCO. Presentemente, a sobretaxa está fixada em 2,50 dobras por litro de gasolina, gasóleo EMAE e gasóleo não EMAE e 0,50 dobras por litro de querosene.

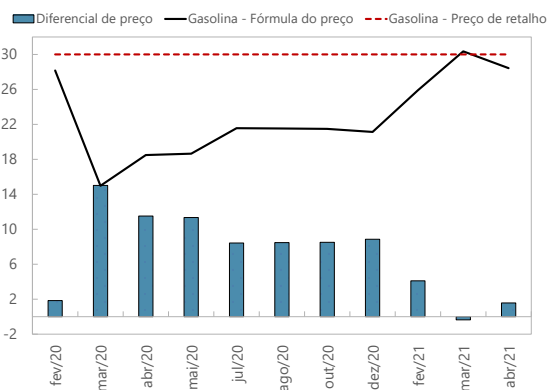
O governo respeitou o mecanismo de fixação de preços e manteve os preços a retalho dos combustíveis em linha com os mercados internacionais (indicador de referência estrutural contínuo) para evitar os subsídios aos combustíveis e conter os riscos orçamentais. Além disso, os preços a retalho mantiveram-se inalterados em 2020 e 2021, o que permitiu ao governo beneficiar do grande diferencial de preço resultante dos preços mais baixos nos mercados internacionais, sobretudo em 2020.

Contudo, o aumento dos preços internacionais do petróleo reduziu o diferencial nos primeiros quatro meses de 2021. Caso a tendência ascendente dos preços nos mercados internacionais se mantenha ao longo do ano, o governo terá de ajustar os preços dos combustíveis a nível nacional, em linha com o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis.

Diferencial de preço de combustível para o gasóleo não EMAE
(dobras por litro)



Diferencial de preço de combustível para a gasolina
(dobras por litro)



Fonte: Autoridades de STP e cálculos do corpo técnico do FMI.

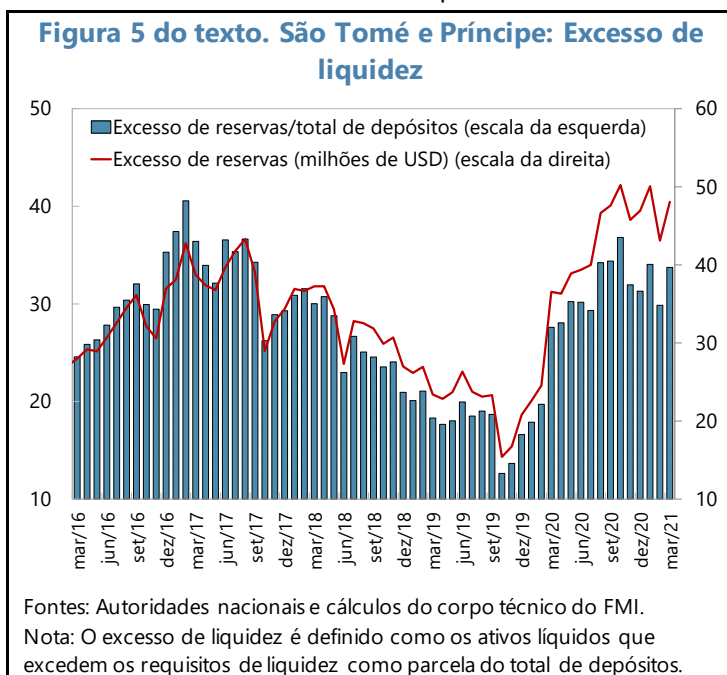
20. Os progressos em matéria de reforço do quadro de salvaguardas do BCSTP têm sido lentos. Embora o BCSTP tenha registado progressos em termos de reforço da Lei do BCSTP com apoio da assistência técnica do FMI, são necessárias medidas para fazer avançar outros temas pendentes. Nomeadamente, relançar o acordo de assistência técnica com o Banco do Brasil para a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), continuar a reforçar a capacidade de auditoria interna e aumentar a cobertura da auditoria, criar uma comissão de auditoria para reforçar a fiscalização e melhorar as operações de investimento e em divisas. Além disso, embora as demonstrações financeiras auditadas de 2019 tenham sido publicadas em maio de 2021, a auditoria de 2020 ainda não arrancou. O corpo técnico está a trabalhar de perto com o BCSTP para resolver os temas pendentes. Além disso, as autoridades estão empenhadas em assegurar a permanência do país como membro do Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais da África Ocidental (GIABA) (MPEF §27).

21. O sistema bancário está a mostrar alguns sinais de melhoria e o reforço da capacidade de supervisão continua a ser uma prioridade. O rácio de crédito malparado do sistema caiu aproximadamente quatro pontos

percentuais entre setembro de 2020 e março de 2021, com os bancos a conseguirem recuperar pelo menos dois grandes créditos malparados. Os bancos comerciais continuam devidamente capitalizados e, apesar da quebra nas comissões e proveitos de juros durante 2020, apresentam uma melhoria na rentabilidade geral, impulsionada por um declínio nas despesas operacionais. O reforço da capacidade de supervisão continua a ser uma prioridade, mas as restrições relacionadas com a pandemia associadas aos constrangimentos de pessoal geraram alguns atrasos. A equipa do BCSTP planeia iniciar a assistência técnica do FMI relativa aos testes de stress no outono de 2021 (indicador de referência estrutural, MPEF §29) e completar os testes no terreno para o manual de supervisão bancária (MPEF §30) em 2022. Estes esforços, juntamente com a contratação de mais pessoal para a equipa de supervisão do BCSTP, reforçariam a capacidade do BCSTP para realizar atividades de supervisão à distância e *in situ*.

22. As autoridades continuam empenhadas na resolução e liquidação de três bancos.

O conselho de administração do BCSTP está a negociar com investidores a aquisição ou a liquidação do Energy Bank e espera concluir as negociações até setembro de 2021. O liquidatário iniciou o processo para entregar os ativos do Banco Equador ao sistema judicial mas, durante o processo, deparou-se com lacunas no regime jurídico que poderão exigir assistência técnica adicional. Relativamente ao Banco Privado, está em curso um processo para entregar os ativos aos acionistas, mas os contactos foram prejudicados pela pandemia (MPEF §32).



23. O aprofundamento da inclusão financeira e o desenvolvimento de novos sistemas de pagamentos são essenciais para apoiar o desenvolvimento económico. Para impulsionar o crédito ao setor privado durante a pandemia, as autoridades, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), criaram uma linha de crédito de modo a facilitar a concessão de empréstimos às pequenas e médias empresas (PME) afetadas pela pandemia. Aproximadamente 22 PME acederam a cerca de 800.000 USD do total de 3 milhões de USD disponibilizados. Contudo, o crédito malparado antigo ainda limita a propensão dos bancos a concederem empréstimos e exige a existência de tribunais arbitrais que funcionem de forma eficaz (MPEF §30). O novo sistema de pagamentos, capaz de processar cartões de crédito internacionais, entrou em funcionamento em abril de 2021 e reforça o potencial para receitas de divisas relacionadas com o turismo e despesas de consumo. Em coordenação com o Banco Mundial, está a ser elaborado o quadro jurídico para a central de garantias que, assim que estiver em funcionamento, deverá facilitar o acesso ao crédito por parte das PME (MPEF §33).

MODALIDADES DO PROGRAMA E GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

24. São propostas prorrogações e modificações da condicionalidade do programa. Os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas (para o défice primário interno, o financiamento bancário ao governo e as reservas internacionais) para 2021 mantêm-se nos níveis aprovados na segunda avaliação. São propostos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas para o primeiro semestre de 2022. O prazo e a definição dos indicadores de referência estruturais não cumpridos foram revistos a fim de ter em conta os progressos recentes e as limitações de capacidade, assim como para dar tempo para harmonização das leis e a criação de consensos. Tendo em conta a sua extrema importância, foi acrescentada uma ação prévia relativa à troca de informações para efeitos do IVA. Espera-se que a próxima consulta ao abrigo do Artigo IV seja realizada no segundo semestre de 2021.

25. Se aprovada, a alocação de DSE de aproximadamente 14,2 milhões de DSE (cerca de 3,6% do PIB) irá providenciar os amortecedores externos tão necessários em 2021 e parte da alocação poderá ser utilizada para salvaguardar despesas prioritárias essenciais em 2022 e nos anos subsequentes. O atual cenário de base do programa, excluindo a alocação de DSE, apresenta uma posição externa vulnerável e prevê um rigoroso envelope de despesa. Como tal, será necessário reforçar o nível de reservas e financiar mais despesas críticas. O financiamento associado a cerca de 4 milhões de DSE poderia apoiar despesas prioritárias bem definidas e monitorizáveis em 2022, incluindo as despesas prementes em matéria de saúde, educação e pró-pobres (conforme definido no MTE §15) e contribuir para a regularização dos atrasados (Caixa 3). São introduzidos fatores de ajustamento para captar o impacto da nova alocação nas metas do programa (ver Memorando Técnico de Entendimento – MTE). Caso o financiamento orçamental previsto não se materialize, a alocação de DSE poderá ser usada para satisfazer as necessidades de financiamento.

26. O programa de São Tomé e Príncipe está totalmente financiado e a capacidade de reembolso ao FMI mantém-se adequada, embora sujeita a riscos acrescidos. Existem compromissos firmes de financiamento para os próximos 12 meses e boas perspetivas para o que

resta do programa, incluindo donativos de apoio orçamental por parte do Banco Mundial e o desembolso de empréstimos concessionais por parte do BAfD (Tabela 5 do texto). A capacidade de reembolso ao FMI mantém-se adequada. Embora o país esteja em situação de sobre-endividamento, a sua dívida é considerada sustentável, assente nos compromissos das autoridades relativos à continuação da consolidação orçamental, à implementação das reformas previstas na EMAE e à contração de empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado.

27. Atrasados da dívida soberana e garantias de financiamento. O apoio imediato do FMI é considerado essencial para a implementação bem-sucedida do programa de ajustamento do país membro; e o país membro está a adotar políticas apropriadas, está a envidar esforços de boa-fé para facilitar um acordo colaborativo entre os devedores privados e os seus credores, e existem boas perspectivas de remoção das restrições cambiais. Devido à existência de atrasados de pagamentos externos de STP, o Conselho de Administração terá de realizar uma avaliação das garantias de financiamento de São Tomé e Príncipe. O corpo técnico apoia a conclusão da avaliação das garantias de financiamento.

28. O programa está sujeito a uma série de riscos descendentes. Caso o cenário adverso se materialize (menor crescimento económico e receitas), o quadro macroeconómico e o programa orçamental seriam revistos, preservando a despesa social mas reduzindo a despesa administrativa. Para além dos riscos macroeconómicos, os passivos contingentes da EMAE, da ENCO e dos bancos comerciais podem gerar dívidas adicionais, o que exigiria a aplicação de políticas para restaurar a sustentabilidade da dívida. Pela positiva, os recursos poupados na Conta Nacional do Petróleo (1,8% do PIB) e a linha de crédito com Portugal que não foi utilizada (6% do PIB) podem ajudar a fazer face a choques temporários.

29. O desenvolvimento de capacidades é crucial para o sucesso do programa. As prioridades em termos de DC (Anexo II) estão totalmente alinhadas e integradas nos objetivos do programa, incluindo o reforço das capacidades para produzir dados macroeconómicos; as reformas em curso em matéria de política e administração fiscal, GFP e supervisão do setor monetário e financeiro; e as reformas em matéria de governação.

30. Restrições cambiais. STP tem atualmente medidas que resultam em restrições cambiais e uma prática de taxas de câmbio múltiplas nos termos do Artigo VIII. O Conselho de Administração do FMI concedeu uma aprovação temporária destas medidas em fevereiro de 2021 por um período de 12 meses ou até à próxima consulta ao abrigo do Artigo IV, conforme o que ocorrer primeiro. Por conseguinte, uma nova aprovação, caso seja necessária, será solicitada durante a consulta ao abrigo do Artigo IV prevista para o segundo semestre de 2021.

Caixa 3. Alocação adicional de DSE

Em abril de 2021, o comunicado do CMFI instou o FMI a preparar uma proposta para uma alocação geral de DSE (650 milhões de USD) a fim de satisfazer a necessidade global a longo prazo de completar os ativos de reserva existentes. Depois de aprovada em 2021, os países membros do FMI receberiam DSE de forma proporcional às suas quotas na instituição – cerca de 14,2 milhões de DSE (cerca de 3,6% do PIB) no caso de STP. Ao abrigo do cenário de alocação de DSE do corpo técnico (Tabela do texto):

- As reservas internacionais brutas e líquidas aumentariam em 2021.
- Cerca de 4 milhões de DSE poderiam ser objeto de reempréstimo em 2022 para apoiar as despesas pró-pobres e sociais e o crédito líquido ao governo aumentaria proporcionalmente.
- A dívida pública interna seria ligeiramente maior em 2022-23 devido a este reempréstimo adicional.

Foram acrescentados fatores de ajustamento ao MTE para permitir um ajustamento das metas do programa, caso a alocação de DSE seja aprovada (§24).

	Cenário de base			Cenário alternativo DSE		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Saldo primário interno (<i>em percentagem do PIB</i>) ¹	-3,5	-2,0	-0,2	-3,5	-2,0	-0,2
Reservas internacionais brutas (<i>em milhões de USD</i>)	63,4	70,3	72,0	73,4	80,0	82,0
Meses de importações de bens e serviços	4,0	4,0	3,9	4,6	4,6	4,5
Meses de importação de bens e serviços não fatoriais ²	5,7	5,9	6,0	6,6	6,7	6,8
Dívida pública (<i>em percentagem do PIB</i>)	87,9	86,5	84,3	87,9	87,6	86,2
Base monetária (<i>variação percentual anual</i>)	-10,8	1,3	13,8	-10,8	5,0	14,4
Crédito líquido ao governo (<i>em percentagem do PIB</i>)	1,3	-0,1	-1,0	1,3	1,0	-0,1
Variação nos ativos internos líquidos (<i>em percentagem do PIB</i>)	3,2	0,3	3,1	1,4	2,0	3,5

¹ Exclui receitas relacionadas com o petróleo e uma fração da sobretaxa sobre o preço dos combustíveis para o reembolso da dívida à ENCO, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros previstos, despesas de investimento com financiamento externo e a capitalização das organizações regionais de acordo com a definição no MTE.

² Importações de bens e serviços excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

31. O fornecimento adequado de vacinas continua a ser essencial para conter a Covid-19 em STP. As autoridades dispõem de planos adequados para vacinar cerca de 70% da população até meados de 2022, com o apoio da COVAX e do Banco Mundial. Embora o surto esteja, em grande medida, sob controlo devido às medidas de contenção, a propagação de novas variantes da Covid-19 à escala mundial acentua a necessidade do fornecimento em tempo oportuno e em número suficiente das vacinas para proceder à vacinação como previsto.

32. As ações das autoridades e o apoio financeiro internacional estão a ajudar o país a fazer face à situação de emergência. O crescimento foi apoiado pelas despesas públicas com financiamento externo e a resposta das autoridades centrou-se no reforço dos cuidados de saúde e nos projetos públicos, na expansão do programa de transferências monetárias para as famílias vulneráveis, no aumento da distribuição de alimentos e na canalização de incentivos para o setor privado com vista à retenção dos trabalhadores. A combinação do crescimento com o financiamento sob a forma de donativos colocou a dívida pública numa trajetória descendente. À luz do reduzido nível de amortecedores externos e das consideráveis necessidades orçamentais, devem prosseguir-se os esforços de mobilização de donativos e empréstimos concessionais.

33. O aumento da transparência das despesas relacionadas com a Covid-19 e a melhoria da governação e transparência orçamentais continuam a constituir uma prioridade. As autoridades deverão continuar a publicar os relatórios mensais de despesa Covid-19 e os contratos públicos. A revisão da legislação relativa à contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos é um passo importante rumo a uma maior transparência, tal como a elaboração dos relatórios de auditoria relativos à despesa da Covid-19 em 2020. A formulação de um quadro orçamental de médio prazo e o reforço dos controlos sobre as despesas, nomeadamente a instituição de um projeto-piloto de um mecanismo de teto de cabimentação, são também medidas essenciais para cumprir a estratégia de ajustamento orçamental das autoridades.

34. Continua a ser essencial atender às necessidades sociais e económicas imediatas e, em simultâneo, implementar progressivamente a consolidação orçamental a fim de apoiar a recuperação económica e preservar a sustentabilidade da dívida. A implementação do orçamento de 2021 é um passo em frente rumo à consolidação orçamental gradual, ao mesmo tempo que preserva os programas de despesa relacionada com a Covid-19 e as despesas pró-pobres. O reforço da capacidade de geração de receitas ajudaria a reduzir o peso da dívida ao longo do tempo e a trazer o défice primário para uma situação próxima do equilíbrio. Assim, o corpo técnico saúda o compromisso das autoridades para a introdução do IVA em 2021. Numa perspetiva de futuro, continua a ser essencial conter as despesas de pessoal, por meio de políticas em matéria de salários e contratações. A mobilização de financiamento externo sob a forma de donativos e em termos altamente concessionais também continua a ser importante para manter a sustentabilidade da dívida.

35. É necessário acelerar as reformas do setor energético e da empresa pública de água e eletricidade (EMAE) a fim de preservar a sustentabilidade da dívida e apoiar o crescimento. Um setor energético ineficiente continua a gerar dívida e a prejudicar o potencial de crescimento, enquanto a abrangente agenda de reformas do setor energético avança muito lentamente. Mais especificamente, a EMAE tem vindo a acumular um nível significativo de dívida e atrasados ao longo do tempo e os progressos ao nível do plano de melhoria de gestão (melhorar a cobrança e reduzir as perdas operacionais e técnicas) da empresa têm sido, até ao momento, limitados, parcialmente devido à pandemia. As recentes falhas de energia, devido às avarias nos geradores de eletricidade a petróleo, acentuam a necessidade de se acelerar a transição para fontes de energia alternativas e sustentáveis (energia solar fotovoltaica e hidroelétrica) tendo em vista a diversificação para além das fontes de energia termoelétrica. A reforma da EMAE reduzirá a pressão sobre a dívida pública e as reservas cambiais, e resultará no abastecimento fiável de eletricidade a um baixo custo, que é um elemento fundamental para concretizar o potencial de crescimento e desenvolvimento do país.

36. A modernização dos regimes jurídicos em matéria monetária e financeira continua a ser uma prioridade. Saúdam-se os esforços empreendidos pelas autoridades em matéria de redação de novas leis e espera-se uma aprovação atempada das mesmas. O BCSTP deve continuar a gerir ativamente a liquidez do setor bancário para apoiar o regime de paridade cambial, o acesso ao crédito e a recuperação económica. Dada a difícil conjuntura económica, também é importante fortalecer a capacidade do BCSTP para gerir ativamente os riscos e as vulnerabilidades do setor financeiro e reforçar a supervisão desse setor. Assim, a realização regular de testes de stress e o

reforço das práticas de supervisão são elementos importantes para a modernização do BCSTP. O BCSTP deve intensificar os esforços para implementar as recomendações de salvaguardas do FMI pendentes.

37. A prossecução de amplas reformas estruturais e de políticas para o desenvolvimento do setor do turismo facilitará o investimento privado e estimulará o crescimento e o emprego.

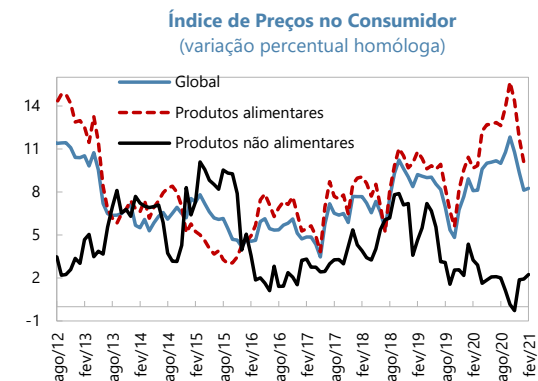
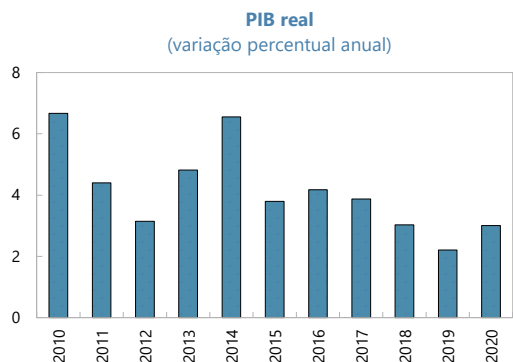
A recente atualização do sistema nacional de pagamentos, que aceita cartões de crédito internacionais, é um passo na direção certa na medida em que ajuda a aumentar as receitas do turismo e a inclusão financeira. Tornar os regulamentos em matéria de segurança aérea conformes com as normas da União Europeia e retirar o país da lista de segurança aérea da UE são dois elementos que poderiam contribuir para a recuperação económica ao estimular o comércio e o turismo.

38. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades para a conclusão da terceira avaliação do programa ao abrigo da ECF.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Evolução Macroeconómica Recente, 2010–21

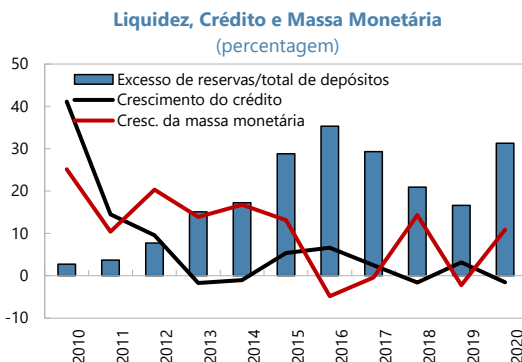
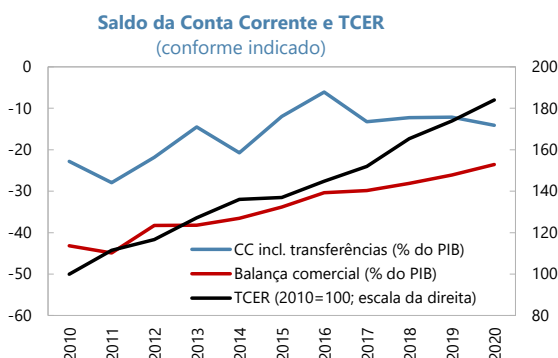
Calcula-se que o crescimento do PIB real se tenha situado em 3% em 2020, estimulado pelo apoio internacional para mitigar o impacto da pandemia.

A inflação global subiu para 9,4% (em termos homólogos) em dezembro de 2020, impulsionada por preços mais altos dos produtos alimentares.



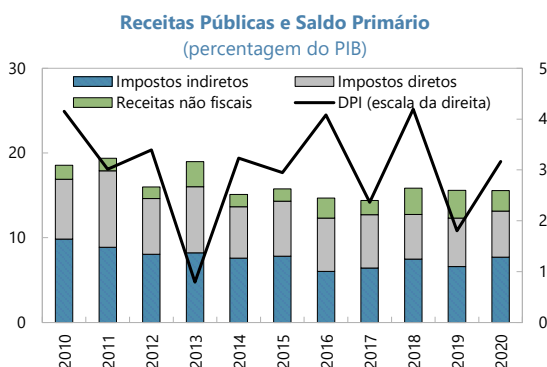
Com a pandemia, a conta corrente deteriorou ainda mais em 2020 devido à paralisação do turismo internacional...

...o crescimento do crédito abrandou apesar das ações do banco central para garantir ampla liquidez e...



...o défice primário interno (DPI), excluindo donativos, aumentou consideravelmente...

... e as reservas internacionais subiram, como reflexo da entrada expressiva de recursos dos parceiros de desenvolvimento para financiar o orçamento.



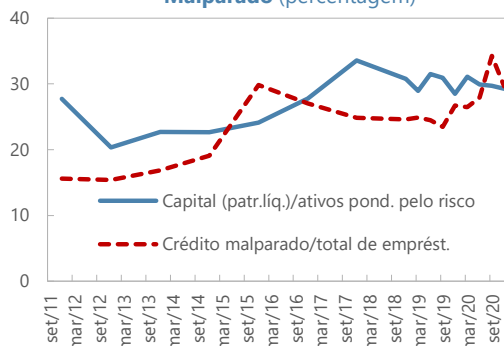
Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; sistema de notificação de informações e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: A incerteza económica afetou o setor bancário

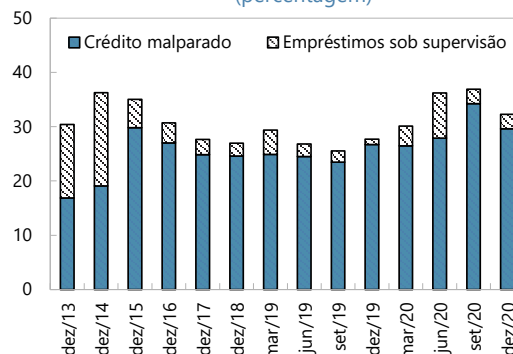
Os bancos permanecem devidamente capitalizados, mas a pandemia está a pesar sobre a qualidade dos ativos dos bancos. O reembolso de atrasados contribuiu para a melhoria do crédito malparado no final de 2020...

...assim como os empréstimos sob supervisão.

Adequação de Fundos Próprios e Crédito Malparado (percentagem)



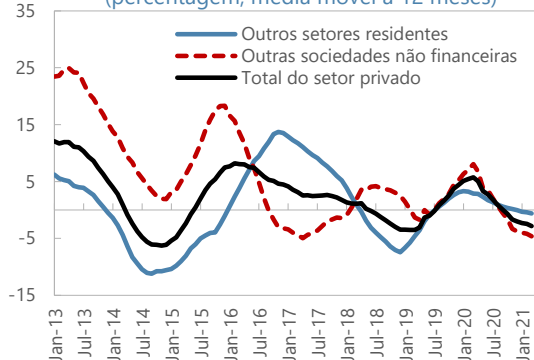
Empréstimos vencidos/Empréstimos brutos (percentagem)



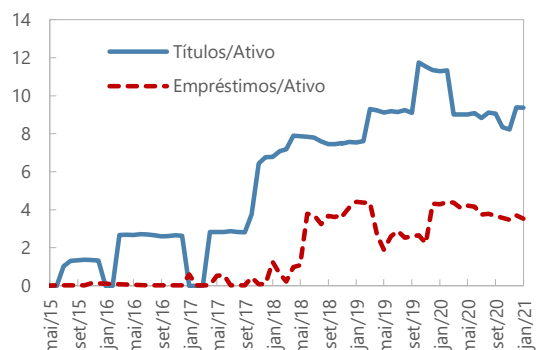
O crescimento do crédito ao setor privado abrandou durante a pandemia.

Entretanto, a exposição da banca ao governo tem estado a aumentar, o que reforça o nexa financeiro-orçamental

Crescimento do Crédito ao Setor Privado (percentagem, média móvel a 12 meses)



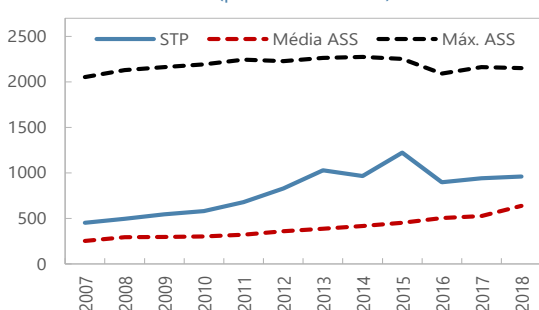
Títulos e Créditos do Governo (% do total dos ativos dos bancos comerciais)



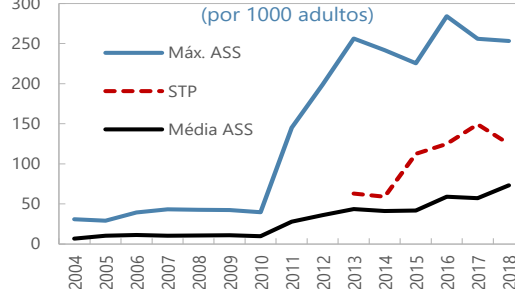
O acesso ao sistema bancário é bom por comparação com outros países subsarianos...

...mas o acesso ao crédito permanece limitado e tem estado a diminuir recentemente.

Número de depositantes nos bancos comerciais (por 1000 adultos)



Número de agregados familiares que contraem empréstimos junto dos bancos comerciais (por 1000 adultos)

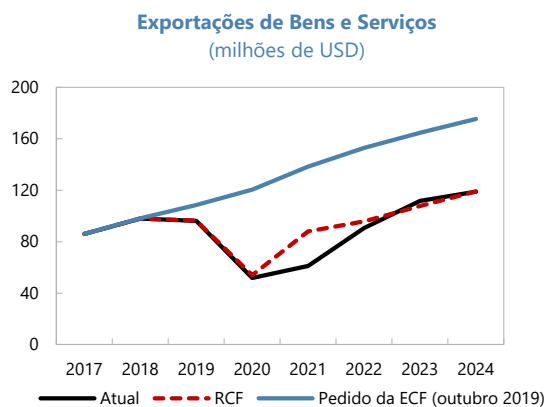
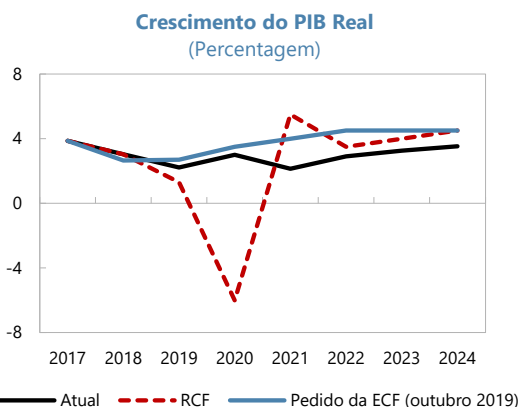


Fontes: Autoridades são-tomenses, inquérito do FMI sobre o acesso financeiro, e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Efeitos macroeconómicos da pandemia de Covid-19

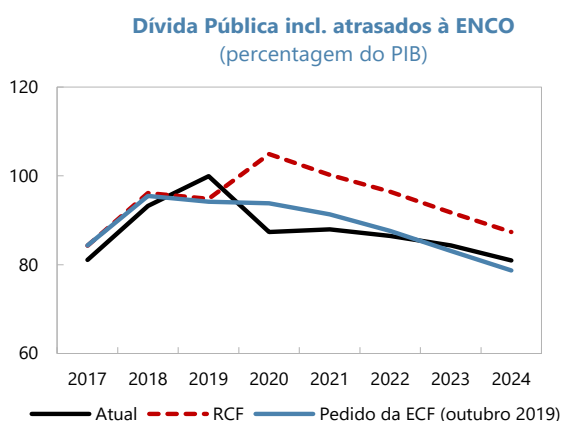
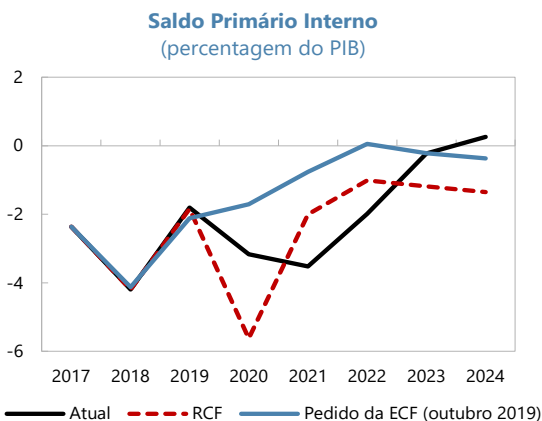
O apoio internacional e as ações céleres por parte das autoridades ajudaram a mitigar o impacto da pandemia até ao momento

... enquanto as exportações caíram abruptamente devido à queda acentuada nas chegadas de turistas.



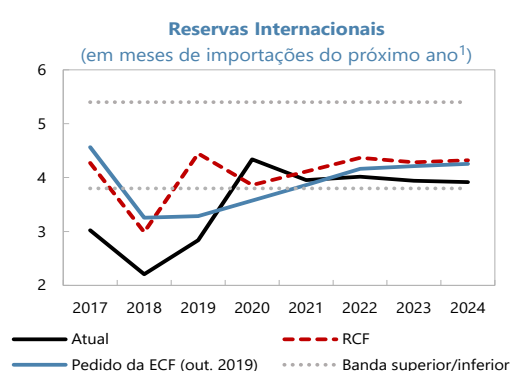
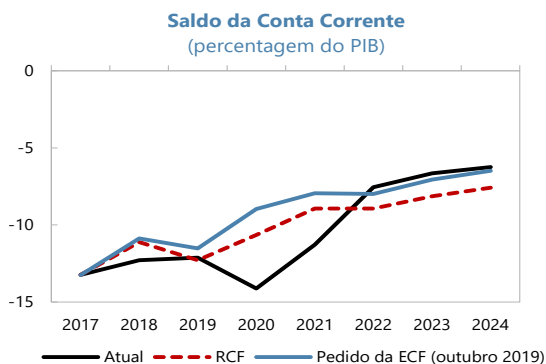
No seguimento dos estímulos orçamentais como resposta à pandemia, a consolidação orçamental gradual reduzirá o défice orçamental...

...e colocará a dívida pública numa trajetória descendente.



Com o ajustamento orçamental e o aumento das receitas do turismo, a conta corrente irá melhorar...

...e as reservas internacionais irão aumentar.



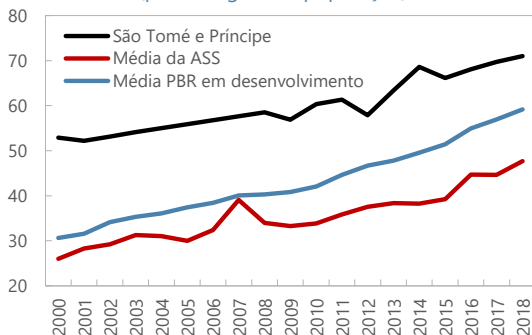
Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Importações de bens e serviços, incluindo bens de investimento e assistência técnica.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Indicadores de conectividade digital

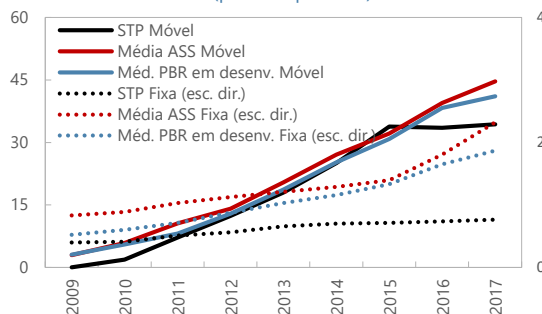
Embora o acesso à eletricidade seja elevado em relação à média da ASS...

Acesso a eletricidade
(porcentagem da população)



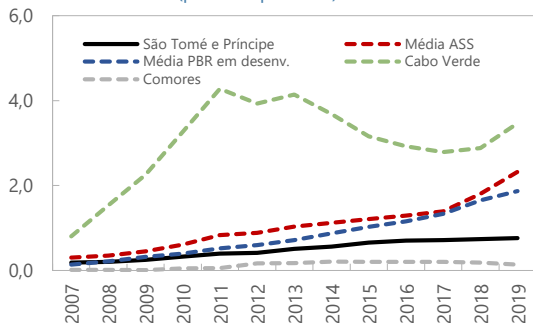
... o acesso à Internet através de tecnologias móveis é limitado...

Subscrição de banda larga - Móvel e Fixa
(por 100 pessoas)



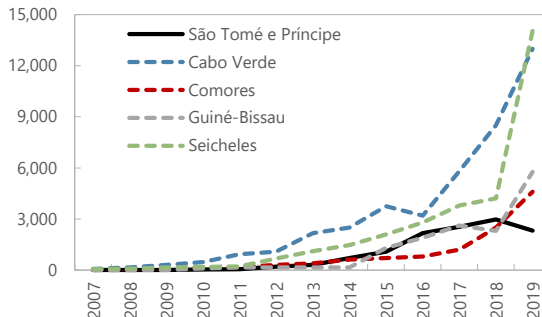
... as subscrições de banda larga fixa são baixas...

Subscrições de banda larga fixa ativas
(por 100 pessoas)



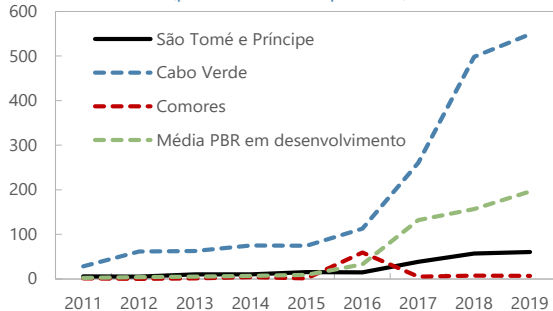
... a largura de banda de Internet é fraca...

Largura de banda de Internet internacional
(MB/s)



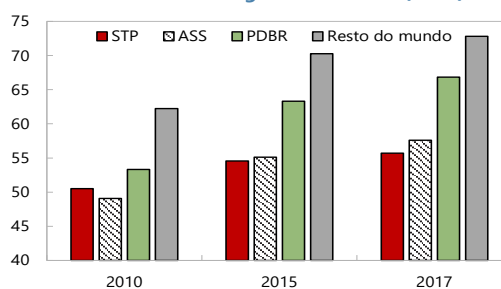
e os servidores seguros são limitados...

Servidores de Internet Seguros
(por 1 milhão de pessoas)



... com o acesso digital geral a ser inferior à média da ASS

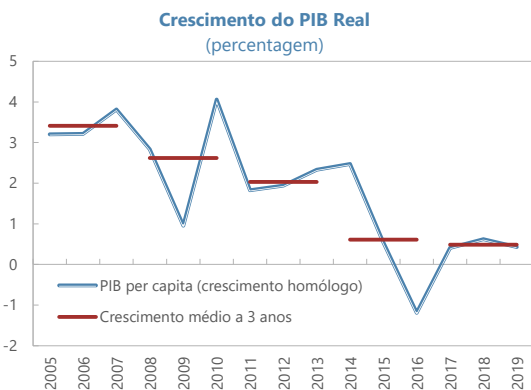
Índice de Acesso Digital Melhorado (EDAI)



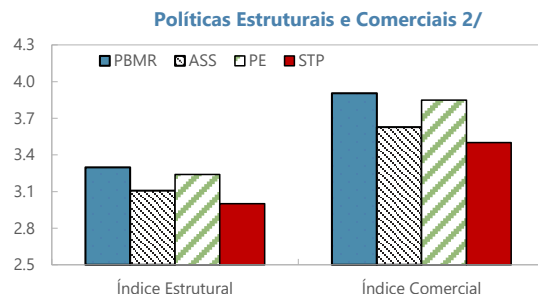
Fontes: União Internacional das Telecomunicações (UIT), *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, abril de 2021, dados CEIC.

Figura 5. São Tomé e Príncipe: Entraves estruturais ao crescimento sustentável e inclusivo

O crescimento do PIB de STP tem exibido uma trajetória descendente nos últimos 15 anos...



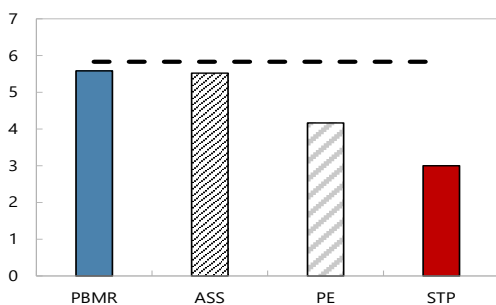
O crescimento em baixa, agravado pela fragilidade das políticas estruturais e comerciais, quando comparadas a países homólogos...



2/ Políticas estruturais CPIA (financeira, regulamentar, comercial) média do agrupamento (1=baixa até 6=alta). Notação comercial CPIA (1=baixa até 6=alta).

A proteção institucional limitada conferida aos investidores...

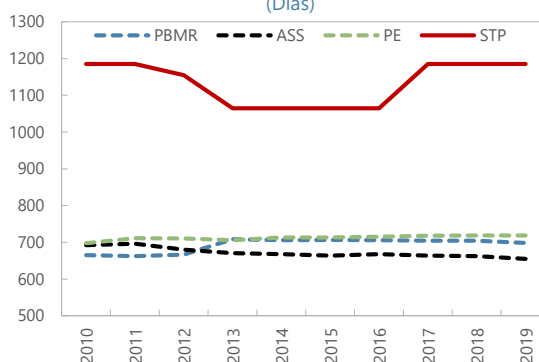
Proteção Institucional dos Investidores 1/



1/ Índice de divulgação WDI (0=menos divulgação até 10=mais divulgação) em 2019.

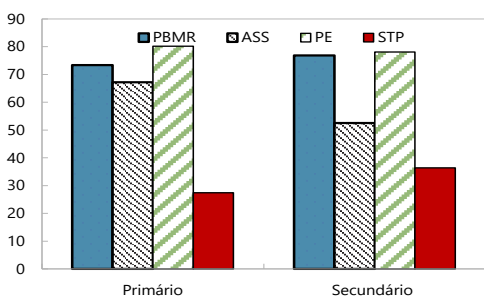
...e o muito tempo necessário para garantir a execução dos contratos, são sinais de um ambiente de negócios fraco.

Tempo Necessário para Fazer Valer um Contrato (Dias)



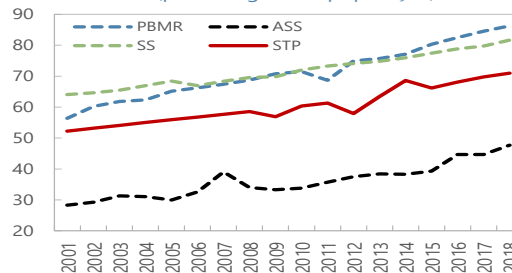
A qualidade do ensino é inferior à de países homólogos com escassez de professores formados

Professores Formados (percentagem do total de professores)



Contudo, foram feitos bons progressos ao longo do tempo na melhoria do acesso à eletricidade.

Acesso a Eletricidade (percentagem da população)

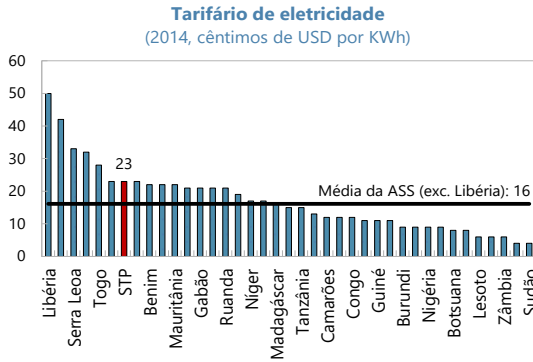


Abreviaturas: ASS - África Subsariana, PBMR - países de baixo-médio rendimento, PE - Pequenos Estados (países com população inferior a 1,5 milhões, conforme classificação do Banco Mundial).

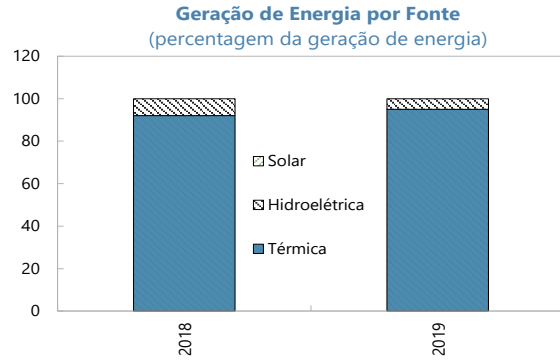
Fontes: Dados das autoridades são-tomenses; *World Economic Outlook*; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 6. São Tomé e Príncipe: Um setor energético insustentável

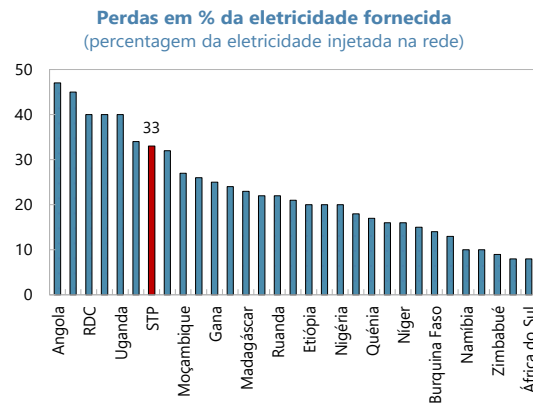
As tarifas de eletricidade em STP são superiores à média dos outros países subsarianos...



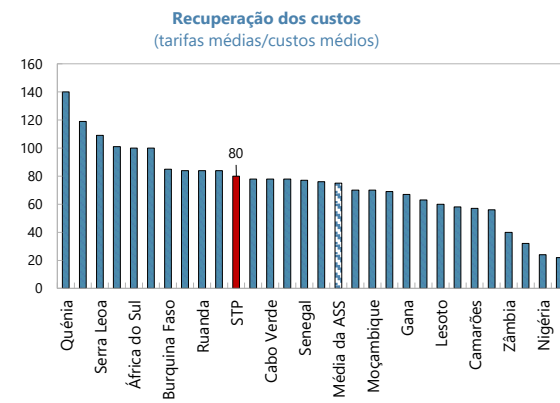
...o que reflete a maior dependência do país em relação às centrais térmicas para a geração de energia, uma modalidade cara.



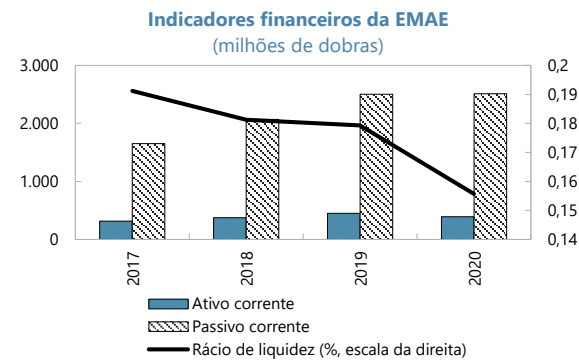
Além disso, o total de perdas (técnicas e comerciais) situa-se entre os mais elevados da região...



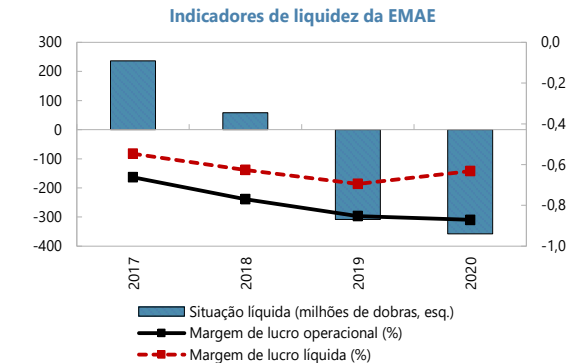
...o que impede o setor de recuperar os custos, apesar das tarifas elevadas.



Como resultado, o desempenho financeiro da empresa pública de água e eletricidade, EMAE, tem-se vindo a deteriorar constantemente ao longo do tempo...



... e a empresa tem apresentado uma situação líquida negativa desde 2019.



Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas do corpo técnico do FMI. Plano de Produção de Menor Custo (PPMC) e Plano de Melhoria de Gestão (PMG). Ferramenta de análise da saúde financeira das EP do FAD; Alleyne, T. - Energy Subsidy Reform in Sub-Saharan Africa – FMI 2013; Trimble, C. et al - Financial Viability of Electricity Sectors in Sub-Saharan Africa - GBM 2016.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores Económicos Seleccionados, 2017–26
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
				2ª aval.	Proj.	2ª aval.	Proj.					
Rendimento nacional e preços												
PIB a preços constantes	3.9	3.0	2.2	-6.5	3.0	3.0	2.1	2.9	3.3	3.5	3.7	4.0
Deflador do PIB	2.0	2.6	7.0	4.0	5.6	4.0	2.7	2.0	2.8	2.9	2.9	3.9
Preços no consumidor (fim do período)	7.7	9.0	7.7	9.3	9.4	4.9	4.7	6.2	5.0	5.0	5.0	5.0
Preços no consumidor (média do período)	5.7	7.9	7.7	9.9	9.8	5.6	5.4	7.0	5.8	5.2	5.0	4.4
Comércio externo												
Exportações de bens e serviços não fatoriais	-10.8	13.9	-1.9	-47.3	-46.3	61.0	18.4	48.0	23.4	6.4	9.0	8.5
Importações de bens e serviços não fatoriais	5.5	4.3	-5.3	-7.2	-10.4	8.5	9.4	2.9	8.9	4.5	5.0	5.8
Taxa de câmbio (novas dobras por USD; fim do período) ¹	20.7	21.5	22.0	...	20.1
Taxa de câmbio efetiva real (média do período, depreciação = -)	4.9	8.8	5.3	...	5.7
Moeda e crédito												
Base monetária	-9.6	0.8	-7.4	22.6	31.0	-6.6	-10.8	1.3	13.8
Massa monetária (M3)	-0.4	14.3	-2.2	1.2	10.9	7.1	7.5	5.2	6.3
Crédito à economia	2.5	-1.6	3.2	1.9	-1.6	0.5	0.4	4.7	5.5
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	3.1	2.9	3.0	3.0	2.8	3.0	3.0	3.0	3.0
Taxa de juro de referência do banco central (%)	9.0	9.0	9.0	...	9.0
Taxa média dos empréstimos bancários (%)	19.6	19.9	19.1	...	19.1
Financiamento do governo (em % do PIB)												
Total de receita, donativos e bónus de assin. do petróleo	24.9	24.1	22.0	28.2	25.3	21.5	25.7	24.8	24.0	23.9	23.8	23.5
D/q: receitas fiscais	12.7	12.8	12.3	14.5	13.1	14.8	13.3	14.4	14.9	15.1	15.5	15.6
Receitas não fiscais	1.7	3.1	3.3	2.5	2.4	2.9	2.5	2.8	2.5	2.7	2.8	3.0
Donativos	10.5	8.3	6.4	11.2	9.7	3.8	9.9	7.6	6.6	6.1	5.5	5.0
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	27.6	26.0	22.1	25.0	23.1	23.5	27.2	24.2	25.0	24.4	24.0	23.8
Despesas com pessoal	8.3	9.3	9.0	10.9	9.3	11.1	10.0	9.8	9.6	9.5	9.5	9.5
Juros devidos	0.5	0.4	0.7	0.5	0.3	0.4	0.4	0.4	0.4	0.3	0.3	0.2
Despesa corrente excl. juros e salários	6.9	7.0	7.5	8.4	7.2	8.3	7.4	7.3	7.2	7.2	7.3	7.3
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	0.7	1.4	0.1	0.3	0.2	0.3	0.3	0.4	0.4	0.4	0.4	0.7
Despesas de investimento financiadas por doadores	11.0	7.8	4.7	1.3	3.0	1.4	7.4	6.1	7.2	6.7	6.3	5.9
Despesas de investimento relacionadas com a Iniciativa HIPC	0.2	0.1	0.1	0.2	0.1	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
Despesa Covid-19	3.5	2.9	1.7	1.5
Saldo primário interno ²	-2.4	-4.2	-1.8	-5.3	-3.2	-3.9	-3.5	-2.0	-0.2	0.3	0.6	0.6
Financiamento interno líquido	1.8	3.4	-1.5	-1.7	-1.7	4.3	1.3	-0.1	-1.0	-1.0	-1.0	-1.1
Saldo global (base de compromisso)	-2.7	-1.9	-0.1	3.2	2.2	-2.0	-1.5	-0.5	-1.0	-0.5	-0.2	-0.3
Dívida pública ³	81.1	93.2	99.9	103.0	87.4	101.4	87.9	86.5	84.3	80.9	76.8	71.2
D/q: Dívida da EMAE à ENCO	19.6	23.3	28.9	31.5	24.2	32.9	26.0	29.0	29.5	29.1	27.9	26.5
Setor externo												
Saldo da conta corrente (% do PIB)												
Incluindo transferências oficiais	-13.2	-12.3	-12.1	-17.4	-14.1	-16.3	-11.3	-7.5	-6.7	-6.3	-6.0	-5.7
Excluindo transferências oficiais	-24.3	-21.0	-18.5	-28.6	-23.9	-20.1	-21.2	-15.1	-13.3	-12.4	-11.5	-10.7
VA da dívida externa (percentagem do PIB)	31.5	26.6	27.2	32.2	25.4	30.0	24.4	24.2	23.9	23.3	22.6	21.7
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	3.8	2.6	4.5	8.5	5.0	7.5	11.6	8.4	6.8	8.7	9.0	7.4
Export. de bens e serviços não fatoriais (milhões de USD)	86.1	98.0	96.2	50.7	51.7	81.6	61.2	90.5	111.7	118.9	129.5	140.5
Reservas internacionais brutas ⁵												
Milhões de USD	51.4	35.1	40.4	54.7	67.6	58.1	63.4	70.3	72.0	75.1	76.6	76.5
Meses de importações de bens e serviços	3.1	2.2	2.8	3.5	4.3	3.6	4.0	4.0	3.9	3.9	3.8	3.8
Meses de importação de bens e serviços não fatoriais ⁶	4.2	3.0	4.0	5.1	6.4	5.0	5.7	5.9	6.0	6.1	5.9	6.2
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	11.3	19.5	18.8	16.2	16.6	13.2	13.5	12.5	10.2	8.3	6.8	5.6
Por memória												
Produto Interno Bruto												
Milhões de novas dobras	8,154	8,619	9,424	8,976	10,247	9,615	10,750	11,281	11,972	12,748	13,602	14,693
Milhões de USD	375.8	415.6	430.7	418.1	477.3	478.2	533.6	572.9	616.4	662.2	711.0	771.6
Per capita (em USD)	1,842	1,989	2,022	1,918	2,190	2,144	2,393	2,524	2,657	2,794	2,938	3,002

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do banco central (BCSTP).

² Exclui as receitas relacionadas com o petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

³ Total da dívida pública e com garantia pública conforme definido na ASD, incl. a dívida da EMAE à ENCO (e excl. os atrasados do governo à EMAE devido à consolidação).

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

⁵ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

⁶ Importações de bens e serviços excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2017–26
 (Em milhões de novas dobras)

	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
				2ª aval.	Est.	2ª aval.	Proj.					
Total de receitas e donativos¹	2034	2081	2073	2532	2593	2069	2767	2793	2869	3052	3236	3457
Total de receitas	1174	1365	1468	1526	1596	1702	1702	1939	2078	2270	2483	2724
Receitas fiscais	1036	1099	1160	1300	1346	1428	1428	1621	1778	1931	2102	2290
Direitos aduaneiros	388	486	472	585	571	611	611	628	653	702	756	824
D/q: pagamento à ENCO	0	22	0	20	20	20	19	19	19	19
Outros impostos	647	613	689	715	775	817	817	993	1126	1229	1346	1466
Receitas não fiscais ²	138	266	308	226	250	274	274	318	300	339	382	435
d/q: receita do petróleo	51	212	70	23	31	2	2	31	2	2	2	2
Donativos	860	715	605	1006	997	367	1065	854	791	782	753	733
Donativos para projetos	594	557	333	239	361	152	604	489	518	497	477	464
Donativos não destinados a projetos	198	125	186	704	595	149	438	299	206	220	211	205
Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	67	33	86	63	41	66	23	66	66	66	65	64
Total de despesas	2253	2243	2079	2399	2367	2446	2925	2845	2994	3114	3268	3504
D/q: despesa primária interna	1316	1536	1568	1956	1889	2059	2059	2113	2084	2215	2375	2607
Despesas correntes	1287	1436	1616	1774	1731	1913	1913	1978	2052	2172	2326	2505
Despesas com pessoal	681	798	848	980	956	1070	1070	1106	1147	1214	1295	1399
Juros devidos	43	34	66	42	35	43	43	44	42	39	36	32
Bens e serviços	253	260	235	255	237	260	260	270	286	305	325	351
Transferências	234	273	268	318	325	348	348	365	373	397	437	472
Outras despesas correntes ²	76	71	199	179	178	192	192	192	204	217	232	250
Despesas de investimento	952	795	454	297	330	344	823	727	915	916	917	974
Financiadas pelo Tesouro	58	122	9	28	20	29	29	40	48	56	60	109
Financiadas por fontes externas	894	673	445	269	310	315	794	687	867	860	857	865
Despesas de investimento relacionadas com a Iniciativa HIPC	15	12	9	18	13	23	23	26	26	26	26	26
Despesa Covid-19	310	293	165	165	113
Financiada pelo Tesouro	178	160	136	136	113
Financiada por fontes externas	132	132	29	29	0
Saldo primário interno³	-193	-362	-170	-475	-324	-379	-379	-225	-27	33	87	95
Saldo orçamental global (base de compromisso)	-219	-162	-6	133	226	-377	-158	-52	-124	-62	-32	-47
Variação líquida nos atrasados internos	6	76	-100	-70	-159	-73	-73	-23	-23	-23	-23	-23
Float e discrepâncias estatísticas	-53	-24	225	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo orçamental global (base de caixa)	-218	-111	119	63	67	-450	-231	-75	-147	-86	-55	-70
Financiamento	218	111	-119	-63	-67	450	231	75	147	86	55	70
Externo líquido	103	67	6	52	54	55	53	86	235	198	187	228
Desembolsos	160	116	77	162	125	192	190	198	349	363	380	401
Financiamento para programas (empréstimos) ⁴	37	16	46	...	0	...	0	0	0	0	0	0
Amortização programada	-94	-65	-116	-109	-71	-137	-137	-112	-113	-166	-192	-173
d/q: coberta por donativos HIPC	-72	-66	-66	-65	-65	-60	-61	-61	-61	-60
Interno líquido	114	44	-125	-116	-122	395	178	-11	-88	-112	-132	-158
Crédito bancário líquido ao governo	114	44	-125	-94	-122	415	198	8	-69	-93	-113	-139
Crédito do sistema bancário (líq., excl. Conta Nacional do Petróleo) ⁴	105	210	-142	-151	-175	352	135	-14	-115	-130	-142	-163
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	105	286	477	329	-81	352	135	-14	-115	-130	-142	-163
D/q: reempréstimo do BCSTP de recursos do FMI	59	383	336	105	102	100	0	0	0	0
D/q: Conta de privatização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização da dívida interna	...	0	-415	-480	-94	0	0	0	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	9	-167	17	57	53	63	63	22	46	37	29	24
Financiamento não bancário	0	0	0	-22	0	-20	-20	-19	-19	-19	-19	-19
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória												
Produto Interno Bruto	8154	8619	9424	8976	10247	9615	10750	11281	11972	12748	13602	14693
Dívida pública (em percentagem do PIB)	81	93	100	103	87	102	88	86	84	81	77	71
Prejuízo da EMAE	285	349	388

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ As receitas são calculadas em base de caixa.

² As "receitas não fiscais" e as "outras despesas correntes" registam uma subida em 2019 dado que algumas entidades autónomas foram centralizadas nas contas do Tesouro.

³ Exclui receitas relacionadas com o petróleo e uma fração da sobretaxa sobre o preço dos combustíveis para o reembolso da dívida à ENCO, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros previstos, despesas de investimento com financiamento externo e a capitalização das organizações regionais de acordo com a definição no MTE.

⁴ Inclui a utilização do apoio do FMI ao programa.

Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2017–26
(Em % do PIB)

	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
				2ª aval.	Proj.	2ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Total de receitas e donativos¹	24,9	24,1	22,0	28,2	25,3	21,5	25,7	24,8	24,0	23,9	23,8	23,5
Total de receitas	14,4	15,8	15,6	17,0	15,6	17,7	15,8	17,2	17,4	17,8	18,3	18,5
Receitas fiscais	12,7	12,8	12,3	14,5	13,1	14,8	13,3	14,4	14,9	15,1	15,5	15,6
Direitos aduaneiros	4,8	5,6	5,0	6,5	5,6	6,4	5,7	5,6	5,5	5,5	5,6	5,6
<i>D/q: pagamento à ENCO</i>	0,0	0,2	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Outros impostos	7,9	7,1	7,3	8,0	7,6	8,5	7,6	8,8	9,4	9,6	9,9	10,0
Receitas não fiscais ²	1,7	3,1	3,3	2,5	2,4	2,9	2,5	2,8	2,5	2,7	2,8	3,0
<i>D/q: receita do petróleo</i>	0,6	2,5	0,7	0,3	0,3	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos	10,5	8,3	6,4	11,2	9,7	3,8	9,9	7,6	6,6	6,1	5,5	5,0
Donativos para projetos	7,3	6,5	3,5	2,7	3,5	1,6	5,6	4,3	4,3	3,9	3,5	3,2
Donativos não destinados a projetos	2,4	1,5	2,0	7,8	5,8	1,5	4,1	2,7	1,7	1,7	1,6	1,4
Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	0,8	0,4	0,9	0,7	0,4	0,7	0,2	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4
Total de despesas	27,6	26,0	22,1	26,7	23,1	25,4	27,2	25,2	25,0	24,4	24,0	23,8
<i>D/q: Despesas primárias internas</i>	16,1	17,8	16,6	21,8	18,4	21,4	19,1	18,7	17,4	17,4	17,5	17,7
Despesas correntes	15,8	16,7	17,1	19,8	16,9	19,9	17,8	17,5	17,1	17,0	17,1	17,0
Despesas com pessoal	8,3	9,3	9,0	10,9	9,3	11,1	10,0	9,8	9,6	9,5	9,5	9,5
Juros devidos	0,5	0,4	0,7	0,5	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2
Bens e serviços	3,1	3,0	2,5	2,8	2,3	2,7	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Transferências	2,9	3,2	2,8	3,5	3,2	3,6	3,2	3,2	3,1	3,1	3,2	3,2
Outras despesas correntes ²	0,9	0,8	2,1	2,0	1,7	2,0	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Despesas de investimento	11,7	9,2	4,8	3,3	3,2	3,6	7,7	6,4	7,6	7,2	6,7	6,6
Financiadas pelo Tesouro	0,7	1,4	0,1	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,7
Financiadas por fontes externas	11,0	7,8	4,7	3,0	3,0	3,3	7,4	6,1	7,2	6,7	6,3	5,9
Despesas de investimento relac. com a Iniciativa HIPC	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Despesa Covid-19	3,5	2,9	1,7	1,5	1,0
Financiada pelo Tesouro	2,0	1,6	1,4	1,3	1,0
Financiada por fontes externas	1,5	1,3	0,3	0,3	0,0
Saldo primário interno³	-2,4	-4,2	-1,8	-5,3	-3,2	-3,9	-3,5	-2,0	-0,2	0,3	0,6	0,6
Saldo orçamental global (base de compromisso)	-2,7	-1,9	-0,1	1,5	2,2	-3,9	-1,5	-0,5	-1,0	-0,5	-0,2	-0,3
Variação líquida nos atrasados internos	0,1	0,9	-1,1	-0,8	-1,5	-0,8	-0,7	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2
<i>Float e discrepâncias estatísticas</i>	-0,7	-0,3	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo orçamental global (base de caixa)	-2,7	-1,3	1,3	0,7	0,7	-4,7	-2,2	-0,7	-1,2	-0,7	-0,4	-0,5
Financiamento	2,7	1,3	-1,3	-0,7	-0,7	4,7	2,2	0,7	1,2	0,7	0,4	0,5
Externo líquido	1,3	0,8	0,1	0,6	0,5	0,6	0,5	0,8	2,0	1,6	1,4	1,6
Desembolsos	2,0	1,3	0,8	1,8	1,2	2,0	1,8	1,8	2,9	2,8	2,8	2,7
Financiamento para programas (empréstimos) ⁴	0,5	0,2	0,5	...	0,0	...	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização programada	-1,2	-0,8	-1,2	-1,2	-0,7	-1,4	-1,3	-1,0	-0,9	-1,3	-1,4	-1,2
Interno líquido	1,4	0,5	-1,3	-1,3	-1,2	4,1	1,7	-0,1	-0,7	-0,9	-1,0	-1,1
Crédito bancário líquido ao governo	1,4	0,5	-1,3	-1,0	-1,2	4,3	1,8	0,1	-0,6	-0,7	-0,8	-0,9
Crédito do sistema bancário (líq., excl. CNP) ⁴	1,3	2,4	-1,5	-1,7	-1,7	3,7	1,3	-0,1	-1,0	-1,0	-1,0	-1,1
<i>D/q: reempréstimo do BCSTP de recursos do FMI</i>	0,6	4,3	3,3	1,1	0,9	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Nacional do Petróleo	0,1	-1,9	0,2	0,6	0,5	0,7	0,6	0,2	0,4	0,3	0,2	0,2
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	-0,2	0,0	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória												
PIB nominal (milhões de novas dobras)	8.154	8.619	9.424	8.976	10.247	9.615	10.750	11.281	11.972	12.748	13.602	14.693
Dívida pública	81	93	100	103	87	102	88	86	84	81	77	71
Prejuízo da EMAE	3,7	3,8	4,1

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ As receitas são calculadas em base de caixa.

² As "receitas não fiscais" e as "outras despesas correntes" registam uma subida em 2019 dado que algumas entidades autónomas foram centralizadas nas contas do Tesouro.

³ Exclui receitas relacionadas com o petróleo e uma fração da sobretaxa sobre o preço dos combustíveis para o reembolso da dívida à ENCO, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros previstos, despesas de investimento com financiamento externo e a capitalização das organizações regionais de acordo com a

⁴ Inclui a utilização do apoio do FMI ao programa.

Tabela 3a. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2017–26
(Em milhões de USD)

	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
				2ª aval.	Proj.	2ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança comercial	-112,1	-116,8	-112,3	-82,6	-112,4	-97,2	-123,2	-125,5	-136,4	-143,3	-147,3	-156,1
Exportações, FOB	15,6	16,0	14,1	14,7	13,9	20,3	19,4	22,0	21,7	22,1	27,4	28,7
Cacau	8,6	8,2	6,9	7,0	4,6	11,4	8,2	10,1	11,9	13,7	14,3	15,0
Reexportação	4,7	6,8	3,4	3,4	3,9	3,2	4,8	4,3	4,8	4,8	5,9	6,2
Importações, FOB	-127,7	-132,9	-126,4	-97,2	-126,4	-117,5	-142,6	-147,5	-158,1	-165,3	-174,7	-184,8
Produtos alimentares	-31,6	-31,1	-31,3	-29,3	-32,4	-30,2	-34,8	-35,0	-34,8	-34,7	-36,7	-38,9
Produtos petrolíferos	-27,6	-33,6	-34,2	-18,8	-24,6	-20,1	-38,4	-41,5	-41,7	-41,7	-42,2	-43,3
Bens de investimento não petrolíferos	-33,5	-31,3	-23,5	-27,1	-27,3	-28,7	-31,3	-35,7	-43,3	-48,2	-52,3	-55,6
Bens de investimento rel. com setor petrolífero	-21,2	-19,6	-25,5	-19,8	-19,0	-22,5	-25,2	-22,4	-22,2	-24,6	-27,6	-28,9
Outras	-13,8	-17,2	-11,9	-2,2	-23,0	-16,0	-12,9	-12,9	-16,1	-16,1	-15,9	-18,0
Serviços e rendimentos (líquido)	3,9	13,5	16,2	-30,2	-9,6	4,5	-5,5	20,6	35,2	40,5	43,5	49,6
Exportações de serviços não fatoriais	70,5	82,0	82,1	30,9	37,7	49,4	41,8	68,5	90,0	96,8	102,2	111,8
D/q: viagens e turismo	59,9	68,0	66,6	14,7	14,8	29,3	29,7	63,0	74,2	82,2	88,9	94,6
Importações de serviços não fatoriais	-65,5	-68,6	-64,5	-59,5	-44,7	-42,8	-44,5	-45,1	-51,7	-53,9	-55,5	-58,7
Serviços fatoriais (líquido)	-1,1	0,1	-1,5	-1,6	-2,6	-2,1	-2,7	-2,9	-3,1	-2,4	-3,1	-3,4
D/q: relacionados com o petróleo	-0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
Transferências privadas (líquido)	16,7	16,3	16,3	8,0	8,2	13,5	15,6	18,3	19,4	20,7	22,1	23,9
Transferências oficiais (líquido)	41,7	36,0	27,6	37,1	46,5	28,4	52,9	43,4	40,7	40,6	39,4	38,5
D/q: donativos para projetos (excluindo donativos HIPC)	27,4	26,9	15,2	21,0	15,8	17,8	27,8	24,9	26,6	25,7	24,8	24,2
Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	3,1	1,6	3,9	3,7	2,9	3,3	3,3	3,3	3,5	3,5	3,5	3,5
Saldo da conta corrente												
Incluindo transferências oficiais	-49,7	-51,1	-52,2	-67,8	-67,4	-50,9	-60,2	-43,3	-41,0	-41,4	-42,4	-44,1
Excluindo transferências oficiais	-91,5	-87,1	-79,9	-104,9	-113,9	-79,3	-113,1	-86,6	-81,8	-82,0	-81,7	-82,6
Saldo da conta de capital e financeira	75,8	-3,7	42,1	19,3	30,5	37,7	39,5	39,4	36,3	38,2	41,3	40,6
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	75,8	-3,7	42,1	19,3	30,5	37,7	39,5	39,4	36,3	38,2	41,3	40,6
Investimento direto estrangeiro	33,0	21,1	30,0	22,9	19,6	26,9	30,4	33,3	33,7	35,7	37,4	40,3
Investimento relacionado com o petróleo	32,1	20,6	26,9	20,8	25,5	23,7	30,7	35,8	36,8	39,9	42,6	46,7
Investimento de carteira (líquido)	0,6	-21,7	-7,6	0,0	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bônus de assinatura do petróleo	2,3	10,2	3,2	0,1	1,4	0,1	0,1	1,6	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros investimentos (líquido)	39,9	-13,4	16,5	-3,7	9,9	10,8	9,0	4,6	2,6	2,4	3,8	0,1
Ativo	2,2	-9,5	-8,5	-8,5	-8,6	-8,6	-8,9	-9,2	-9,4	-9,6	-9,8	-10,0
Setor público (líquido)	2,9	2,9	-0,6	1,8	2,6	1,7	4,3	4,5	12,1	10,3	9,8	12,0
Empréstimos para projetos	7,4	5,6	4,4	7,2	5,8	8,5	9,4	10,2	18,0	18,9	19,8	21,1
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-4,4	-2,7	-5,0	-5,4	-3,3	-6,9	-5,1	-5,7	-5,8	-8,6	-10,1	-9,1
D/q: Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	-2,6	-1,4	-3,4	-3,3	-1,7	-2,9	-1,0	-3,0	-3,0	-3,1	-3,1	-3,1
Setor privado (líquido)	34,8	-6,7	25,7	3,1	16,0	17,7	13,6	9,2	-0,2	1,7	3,8	-1,9
Bancos comerciais	8,9	-5,0	-1,5	0,6	10,1	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Capital privado de curto prazo	25,9	-1,7	27,1	2,5	5,8	17,9	13,6	9,2	-0,3	1,7	3,8	-1,9
Erros e omissões	-33,0	46,7	10,2	0,0	24,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-9,6	-8,1	0,1	-48,5	-12,4	-13,2	-20,7	-3,8	-4,7	-3,2	-1,1	-3,5
Financiamento	9,6	8,1	-0,1	26,4	12,4	7,5	20,7	3,8	-1,0	-2,9	-4,9	-2,2
Var. nas reservas oficiais, excl. FMI e CNP (aumento = -)	6,7	15,8	-3,1	5,4	-9,6	0,0	12,3	-1,7	-2,6	-4,0	-4,3	0,0
Uso dos recursos do FMI (líquido)	2,6	0,5	2,3	17,3	19,6	4,7	4,7	4,5	-0,7	-0,8	-2,0	-3,4
Compras	2,8	0,9	2,7	17,5	17,5	5,2	5,1	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Aumento da ECF					2,0							
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0,2	-0,4	-0,4	-0,2	0,0	-0,6	-0,4	-0,6	-0,7	-0,8	-2,0	-3,4
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	0,2	-8,2	0,7	3,5	2,2	2,9	3,1	1,0	2,3	1,8	1,5	1,2
Financiamento excepcional (CCRT do FMI)	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	...	0,6
Déficit de financiamento (+)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,7	6,1	6,0	5,8
Por memória:												
Saldo da conta corrente (% do PIB)												
Incluindo transferências oficiais	-13,2	-12,3	-12,1	-17,0	-14,1	-11,9	-11,3	-7,5	-6,7	-6,3	-6,0	-5,7
Excluindo transferências oficiais	-24,3	-21,0	-18,5	-26,3	-23,9	-18,6	-21,2	-15,1	-13,3	-12,4	-11,5	-10,7
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ¹	3,8	2,6	4,5	9,5	5,0	8,8	11,6	8,4	6,8	8,7	9,0	7,4
Reservas internacionais brutas ²												
Milhões de USD	51,4	35,1	40,4	54,7	67,6	58,1	63,4	70,3	72,0	75,1	76,6	76,5
Meses de importações de bens e serviços	3,1	2,2	2,8	3,5	4,3	3,6	4,0	4,0	3,9	3,9	3,8	3,8
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	4,2	3,0	4,0	5,1	6,4	5,0	5,7	5,9	6,0	6,1	5,9	6,2

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

³ Importações de bens e serviços não fatoriais, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 3b. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2017–26
(Em % do PIB)

	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
				2ª aval.	Proj.	2ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança comercial	-29,8	-28,1	-26,1	-20,7	-23,5	-22,8	-23,1	-21,9	-22,1	-21,6	-20,7	-20,2
Exportações, FOB	4,1	3,9	3,3	3,7	2,9	4,8	3,6	3,8	3,5	3,3	3,8	3,7
Cacau	2,3	2,0	1,6	1,8	1,0	2,7	1,5	1,8	1,9	2,1	2,0	1,9
Reexportação	1,3	1,6	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8
Importações, FOB	-34,0	-32,0	-29,3	-24,4	-26,5	-27,6	-26,7	-25,7	-25,7	-25,0	-24,6	-23,9
Produtos alimentares	-8,4	-7,5	-7,3	-7,4	-6,8	-7,1	-6,5	-6,1	-5,6	-5,2	-5,2	-5,0
Produtos petrolíferos	-7,3	-8,1	-7,9	-4,7	-5,2	-4,7	-7,2	-7,2	-6,8	-6,3	-5,9	-5,6
Bens de investimento não petrolíferos	-8,9	-7,5	-5,5	-6,8	-5,7	-6,7	-5,9	-6,2	-7,0	-7,3	-7,4	-7,2
Bens de investimento rel. com setor petrolífero	-5,6	-4,7	-5,9	-5,0	-4,0	-5,3	-4,7	-3,9	-3,6	-3,7	-3,9	-3,7
Outras	-3,7	-4,1	-2,8	-0,6	-4,8	-3,7	-2,4	-2,2	-2,6	-2,4	-2,2	-2,3
Serviços e rendimentos (líquido)	1,0	3,2	3,8	-7,6	-2,0	1,0	-1,0	3,6	5,7	6,1	6,1	6,4
Exportações de serviços não fatoriais	18,8	19,7	19,1	7,7	7,9	11,6	7,8	12,0	14,6	14,6	14,4	14,5
<i>D/q</i> : viagens e turismo	15,9	16,4	15,5	3,7	3,1	6,9	5,6	11,0	12,0	12,4	12,5	12,3
Importações de serviços não fatoriais	-17,4	-16,5	-15,0	-14,9	-9,4	-10,0	-8,3	-7,9	-8,4	-8,1	-7,8	-7,6
Serviços fatoriais (líquido)	-0,3	0,0	-0,3	-0,4	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4
<i>D/q</i> : relacionados com o petróleo	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências privadas (líquido)	4,4	3,9	3,8	2,0	1,7	3,2	2,9	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1
Transferências oficiais (líquido)	11,1	8,7	6,4	9,3	9,7	6,7	9,9	7,6	6,6	6,1	5,5	5,0
<i>D/q</i> : donativos para projetos (excluindo donativos HIPC)	7,3	6,5	3,5	5,3	3,3	4,2	5,2	4,3	4,3	3,9	3,5	3,1
Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	0,8	0,4	0,9	0,9	0,6	0,8	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Saldo da conta corrente												
Incluindo transferências oficiais	-13,2	-12,3	-12,1	-17,0	-14,1	-11,9	-11,3	-7,5	-6,7	-6,3	-6,0	-5,7
Excluindo transferências oficiais	-24,3	-21,0	-18,5	-26,3	-23,9	-18,6	-21,2	-15,1	-13,3	-12,4	-11,5	-10,7
Saldo da conta de capital e financeira	20,2	-0,9	9,8	4,8	6,4	8,9	7,4	6,9	5,9	5,8	5,8	5,3
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	20,2	-0,9	9,8	4,8	6,4	8,9	7,4	6,9	5,9	5,8	5,8	5,3
Investimento direto estrangeiro	8,8	5,1	7,0	5,7	4,1	6,3	5,7	5,8	5,5	5,4	5,3	5,2
Recuperação das despesas de investimento petrolíferas	-8,5	-5,0	-6,2	-5,2	-5,3	-5,6	-5,8	-6,3	-6,0	-6,0	-6,0	-6,1
Investimento de carteira (líquido)	0,2	-5,2	-1,8	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bónus de assinatura do petróleo	0,6	2,5	0,7	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos (líquido)	10,6	-3,2	3,8	-0,9	2,1	2,5	1,7	0,8	0,4	0,4	0,5	0,0
Ativo	0,6	-2,3	-2,0	-2,1	-1,8	-2,0	-1,7	-1,6	-1,5	-1,4	-1,4	-1,3
Setor público (líquido)	0,8	0,7	-0,1	0,4	0,5	0,4	0,8	0,8	2,0	1,6	1,4	1,6
Empréstimos para projetos	2,0	1,3	1,0	1,8	1,2	2,0	1,8	1,8	2,9	2,8	2,8	2,7
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-1,2	-0,7	-1,2	-1,4	-0,7	-1,6	-1,0	-1,0	-0,9	-1,3	-1,4	-1,2
<i>D/q</i> : Donativos relacionados com a Iniciativa HIPC	-0,7	-0,3	-0,8	-0,8	-0,4	-0,7	-0,2	-0,5	-0,5	-0,5	-0,4	-0,4
Setor privado (líquido)	9,3	-1,6	6,0	0,8	3,3	4,2	2,6	1,6	0,0	0,3	0,5	-0,2
Bancos comerciais	2,4	-1,2	-0,3	0,1	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capital privado de curto prazo	6,9	-0,4	6,3	0,6	1,2	4,2	2,6	1,6	0,0	0,3	0,5	-0,2
Erros e omissões	-8,8	11,2	2,4	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-2,5	-1,9	0,0	-12,2	-2,6	-3,1	-3,9	-0,7	-0,8	-0,5	-0,2	-0,5
Financiamento	2,5	1,9	0,0	6,6	2,6	1,8	3,9	0,7	-0,2	-0,4	-0,7	-0,3
Variação nas reservas oficiais, excl. FMI e CNP (aumento = -)	1,8	3,8	-0,7	1,3	-2,0	0,0	2,3	-0,3	-0,4	-0,6	-0,6	0,0
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,7	0,1	0,5	4,3	4,1	1,1	0,9	0,8	-0,1	-0,1	-0,3	-0,4
Compras	0,7	0,2	0,6	4,4	3,7	1,2	1,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	0,1	-2,0	0,2	0,9	0,5	0,7	0,6	0,2	0,4	0,3	0,2	0,2
Financiamento excepcional (CCRT do FMI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Déficit de financiamento (+)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,9	0,8	0,7
Por memória:												
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ¹	3,8	2,6	4,5	9,5	5,0	8,8	11,6	8,4	6,8	8,7	9,0	7,4
Reservas internacionais brutas ²												
Milhões de USD	51,4	35,1	40,4	54,7	67,6	58,1	63,4	70,3	72,0	75,1	76,6	76,5
Meses de importações de bens e serviços	3,1	2,2	2,8	3,5	4,3	3,6	4,0	4,0	3,9	3,9	3,8	3,8
Meses de importação de bens e serviços não fatoriais ³	4,2	3,0	4,0	5,1	6,4	5,0	5,7	5,9	6,0	6,1	5,9	6,2

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

³ Importações de bens e serviços excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2017–26
(Em milhões de novas dobras)

	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
				2ª aval.	Real	2ª aval.	Proj.					
Ativos externos líquidos	1.474	1.416	1.502	1.511	1.555	1.407	1.326	1.391	1.400	1.430	1.477	1.560
Crédito a não residentes	1.840	1.798	1.939	2.324	2.316	2.302	2.242	2.390	2.372	2.378	2.366	2.335
Reservas internacionais oficiais	1.442	1.352	1.447	1.869	1.831	1.858	1.760	1.917	1.904	1.913	1.901	1.870
Outros ativos externos	398	446	492	455	485	444	482	474	468	465	465	465
Passivos com não residentes	-366	-382	-437	-812	-762	-895	-916	-1.000	-973	-948	-889	-775
Passivos de curto prazo com não residentes ¹	-158	-169	-222	-614	-557	-701	-712	-799	-775	-752	-693	-579
Outros passivos externos	-208	-213	-215	-199	-205	-194	-204	-200	-198	-197	-197	-197
Ativos internos líquidos	9	77	-175	187	-57	179	291	326	692	738	499	420
Crédito interno líquido	172	133	-90	381	-140	569	41	127	180	258	69	75
Crédito a outras sociedades de depósitos	195	195	190	190	198	190	198	198	198	198	198	198
Crédito líquido ao governo central	-157	-201	-418	55	-479	233	-304	-226	-180	-108	-304	-304
Crédito ao governo central	260	310	305	730	280	770	355	433	479	551	355	355
D/q: uso de DSE/PRGF	160	260	255	623	232	600	244	300	300	335	335	335
Passivos com o governo central	-417	-511	-723	-675	-758	-537	-659	-659	-659	-659	-659	-659
Depósitos do governo central	-41	-20	-41	-110	-94	-46	-46	-46	-46	-46	-46	-46
Recursos de contrapartida	-60	-65	-96	-91	-63	-92	-64	-65	-65	-65	-65	-65
Depósitos em divisas	-316	-426	-586	-474	-602	-399	-549	-547	-547	-547	-547	-547
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-234	-419	-414	-329	-334	-261	-268	-244	-196	-159	-130	-107
Crédito a outros setores	135	139	138	136	141	146	147	154	162	168	175	181
Outras rubricas (líquido)	-163	-57	-85	-195	83	-390	250	199	512	479	429	345
Base monetária (M0)	1.484	1.496	1.385	1.698	1.813	1.586	1.617	1.638	1.865	1.884	1.903	1.922
Emissão monetária	324	393	411	415	432	419	436	440	649	651	652	653
Reservas bancárias	1.160	1.103	974	1.283	1.382	1.167	1.181	1.198	1.215	1.233	1.251	1.269
D/q: moeda nacional	1.013	947	843	1.139	1.249	1.032	1.069	1.084	1.079	1.096	1.114	1.132
D/q: moeda estrangeira	147	157	131	144	133	135	112	114	137	137	137	137
Por memória:												
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ²	51,4	35,1	40,4	54,7	67,6	58,1	63,4	70,3	72,0	75,1	76,6	76,5
Meses de importações de bens e serviços	3,1	2,2	2,8	3,5	4,3	3,6	4,0	4,0	3,9	3,9	3,8	3,8
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	4,2	3,0	4,0	5,1	6,4	5,0	5,7	5,9	6,0	6,1	5,9	6,2
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) inc. reservas dos bancos comerciais	58,5	42,4	46,4	61,8	74,2	64,9	69,1	76,1	79,1	82,3	83,8	83,8
Meses de importações de bens e serviços	3,5	2,7	3,3	4,0	4,8	4,0	4,3	4,4	4,3	4,3	4,1	4,2
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	4,8	3,7	4,6	5,8	7,0	5,6	6,2	6,4	6,6	6,6	6,5	6,7
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ⁴	43,8	27,2	30,4	24,5	40,0	22,7	27,6	29,4	31,9	36,0	40,3	46,1
Meses de importações de bens e serviços	2,6	1,7	2,1	1,6	2,6	1,4	1,7	1,7	1,7	1,9	2,0	2,3
Meses de importações de bens e serviços não fatoriais ³	3,6	2,4	3,0	2,3	3,8	1,9	2,5	2,5	2,6	2,9	3,1	3,7
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	11,3	19,5	18,8	16,2	16,6	13,2	13,5	12,5	10,2	8,3	6,8	5,6
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	7,1	7,3	5,9	7,1	6,6	6,8	5,6	5,8	7,1	7,1	7,2	7,2
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Base monetária (variação percentual anual)	-9,6	0,8	-7,4	22,6	31,0	-6,6	-10,8	1,3	13,8	1,0	1,0	1,0

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O passivo a curto prazo do BCSTP para com não residentes inclui o passivo do país para com o FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

³ Importações de bens e serviços excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁴ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2017–23
(Em milhões de novas dobras)

	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023
				2ª aval.	Efet.	2ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.
Ativos externos líquidos	1,582	1,636	1,760	1,763	1,587	1,574	1,358	1,423	1,429
Ativos externos líquidos do BCSTP	1,474	1,416	1,502	1,511	1,555	1,407	1,326	1,391	1,400
Ativos externos líquidos das outras soc. de depósitos	108	220	258	252	32	167	32	32	29
Ativos internos líquidos	1,099	1,429	1,238	1,269	1,736	1,674	2,213	2,332	2,675
Crédito interno líquido	1,972	2,228	2,158	2,068	2,030	2,588	2,237	2,346	2,402
Crédito líquido ao governo central	-196	94	-43	-158	-137	259	61	69	0
Crédito ao governo central	687	977	1,213	1,050	1,059	1,329	1,158	1,166	1,097
Passivos com o governo central	-883	-883	-1,256	-1,208	-1,196	-1,070	-1,097	-1,097	-1,097
Depósitos orçamentais	-41	-20	-41	-110	-94	-46	-46	-46	-46
Recursos de contrapartida	-60	-65	-96	-91	-63	-92	-64	-65	-65
Depósitos em divisas	-782	-798	-1,119	-1,007	-1,040	-932	-987	-985	-985
<i>D/q: Conta Nacional do Petróleo</i>	-234	-419	-414	-329	-334	-261	-268	-244	-196
Crédito a outros setores	2,168	2,134	2,202	2,226	2,167	2,328	2,176	2,277	2,402
<i>D/q: crédito em moeda estrangeira</i>	442	395	371	376	358	393	358	374	395
<i>(Milhões de USD)</i>	21	18	17	19	18	20	18	19	20
Outras rubricas (líquido)	-873	-799	-921	-799	-294	-914	-24	-14	273
Massa monetária (M3)	2,681	3,066	2,998	3,032	3,323	3,248	3,571	3,755	3,993
Passivos em moeda nac. incl. na massa monetária (M2)	1,966	2,325	2,293	2,320	2,623	2,485	2,819	2,964	3,152
Moeda (M1)	1,578	1,849	1,907	1,930	2,244	2,067	2,387	2,485	2,616
Moeda fora das sociedades de depósitos	295	314	315	319	347	341	369	384	405
Depósitos transferíveis em dobras	1,283	1,535	1,592	1,611	1,897	1,726	2,018	2,101	2,211
Outros depósitos em dobras	388	476	386	390	379	418	432	479	536
Depósitos em divisas	716	741	704	712	700	763	752	791	841
Por memória:									
Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período)	3.1	2.9	3.0	3.0	2.8	3.0	3.0	3.0	3.0
Multiplicador monetário (M3/M0)	1.8	2.0	2.2	1.8	1.8	2.0	2.2	2.3	2.1
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	-9.6	0.8	-7.4	22.6	31.0	-6.6	-10.8	1.3	13.8
Créd. a outros setores residentes (taxa de cresc. em 12 meses)	2.5	-1.6	3.2	1.1	-1.6	4.6	0.4	4.7	5.5
M3 (taxa de crescimento em 12 meses)	-0.4	14.3	-2.2	1.2	10.9	7.1	7.5	5.2	6.3
Rácio de eurorização	27.1	26.2	25.6	26.7	26.2	27.0	26.6

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2020–34
 (em percentagem, salvo indicação em contrário)

	2017	2018	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2020	2020	2020	2020	2020
	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Adequação dos fundos próprios														
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	33,6	30,7	28,9	31,5	30,9	28,5	31,1	29,9	29,7	29,2				
% de bancos (do total) com capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0
... igual ou superior a 10%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	20,0	20,0	20,0	0,0
... entre 6% e 10%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0
... inferior ao mínimo de 6%	24,0	20,8	20,5	19,5	19,5	18,9	18,9	18,4	17,7	18,1				
Capital (património líquido)/ativos														
Depósitos nos bancos com capital/ativos inferior a 6%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (em milhões de dobras)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (percentagem dos depósitos)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (percentagem do PIB)														
Qualidade dos ativos														
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	17,2	9,7	9,4	8,8	8,7	8,4	8,3	8,2	8,2	7,8				
Empréstimos vencidos/empréstimos brutos	27,6	26,9	29,4	26,8	25,5	28,1	30,1	36,2	36,9	32,3				
Empréstimos malparados/crédito total														
Empréstimos malparados/crédito (definição das IFRS)	24,9	24,6	24,9	24,5	23,5	26,7	26,5	27,9	34,2	29,6				
Empréstimos sob supervisão	2,8	2,3	4,5	2,3	2,1	1,4	3,6	8,3	2,7	2,6				
Provisões como percentagem dos empréstimos vencidos	80,0	79,7	75,8	83,9	85,2	83,8	78,8	70,1	71,5	77,7				
Lucros e rentabilidade														
Rentabilidade dos ativos	-0,6	-0,1	0,2	0,4	0,8	-0,2	0,5	0,3	0,0	0,8				
Rentabilidade do capital	-3,0	-0,8	0,9	2,0	4,2	-1,4	2,7	2,0	-0,3	4,8				
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	112,8	106,7	98,6	97,6	92,1	108,0	89,3	101,5	116,1	101,2				
Liquidez														
Ativos líquidos/total do ativo	49,7	50,1	41,9	43,7	44,0	40,1	46,1	45,5	46,7	47,7				
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	69,1	66,3	55,5	56,8	57,0	51,6	59,0	57,8	58,8	59,6				
Empréstimos/total do passivo	53,1	51,6	51,6	50,8	51,3	51,3	49,1	48,9	48,6	47,2				
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	28,6	25,8	25,2	24,3	25,0	25,5	25,9	25,8	24,4	22,6				
Empréstimo/depósitos	59,7	59,1	59,1	58,1	58,4	59,5	56,1	55,4	54,8	52,8				
Sensibilidade ao risco de mercado														
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	90,5	98,2	98,0	100,2	103,3	109,0	111,3	114,8	113,1	102,8				

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Excluindo Banco Equador (desde dezembro de 2016) e BPSTP (desde junho de 2018).

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2016–24
(Em milhões de USD)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
					Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Necessidades brutas de financiamento	-66,8	-92,0	-74,5	-88,4	-126,7	-106,3	-94,6	-90,9	-95,4
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-69,6	-91,5	-87,1	-79,9	-113,9	-113,1	-86,6	-81,8	-82,0
Exportações, FOB	13,6	15,6	16,0	14,1	13,9	19,4	22,0	21,7	22,1
Importações, FOB	-119,1	-127,7	-132,9	-126,4	-126,4	-142,6	-147,5	-158,1	-165,3
Serviços e rendimentos (líquido)	19,9	3,9	13,5	16,2	-9,6	-5,5	20,6	35,2	40,5
Transferências privadas	15,9	16,7	16,3	16,3	8,2	15,6	18,3	19,4	20,7
Conta financeira	-3,9	-7,2	-3,2	-5,4	-3,3	-5,5	-6,3	-6,6	-9,4
Amortização programada	-4,0	-4,4	-2,7	-5,0	-3,3	-5,1	-5,7	-5,8	-8,6
Reembolsos ao FMI	-0,9	-0,2	-0,4	-0,4	0,0	-0,4	-0,6	-0,7	-0,8
Variação nas reservas externas (- = aumento)	6,8	6,7	15,8	-3,1	-9,6	12,3	-1,7	-2,6	-4,0
Financiamento disponível	66,8	92,0	74,5	88,3	126,7	106,3	94,6	85,2	89,3
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	2,1	2,6	2,1	3,9	3,6	3,2	2,6	2,4	2,0
Bônus de assinatura do petróleo	3,3	2,3	10,2	3,2	1,4	0,1	1,6	0,1	0,1
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.)	-1,2	0,2	-8,2	0,7	2,2	3,1	1,0	2,3	1,8
Desembolsos previstos	54,9	49,1	41,6	32,0	52,3	62,3	53,6	58,7	59,5
Assistência intercalar multilateral HIPC	2,9	3,1	1,6	3,9	2,9	3,3	3,3	3,5	3,5
Donativos, excluindo assistência intercalar HIPC	45,6	38,6	34,4	23,7	43,5	49,5	40,1	37,2	37,1
Empréstimos concessionais	6,4	7,4	5,6	4,4	5,8	9,4	10,2	18,0	18,9
Empréstimos para projetos	6,4	7,4	5,6	4,4	5,8	9,4	10,2	18,0	18,9
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor privado (líquido)	8,0	37,6	29,9	49,7	51,0	35,1	33,3	24,1	27,9
ECF do FMI	1,8	2,8	0,9	2,7	5,2	5,1	5,1	0,0	0,0
Aumento da ECF					2,0				
CCRT do FMI	0,3	0,6
RCF do FMI	12,3
Déficit de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,7	6,1

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2020–34

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Obrigações perante o FMI com base no crédito existente (milhões de DSE)																
Capital	0,11	0,0	0,1	0,6	0,8	0,8	2,0	3,6	3,6	3,4	3,2	2,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Encargos e juros	0,04	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações perante o FMI com base no crédito existente e futuro (milhões de DSE)																
Capital	0,11	0,0	0,1	0,6	0,8	0,8	2,0	3,6	4,6	4,9	4,8	3,5	1,7	0,6	0,0	0,0
Encargos e juros	0,04	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total de obrigações com base no crédito existente e futuro																
Milhões de DSE	0,15	0,0	0,1	0,6	0,8	0,8	2,0	3,6	4,6	4,9	4,8	3,5	1,7	0,6	0,0	0,0
Milhões de USD	0,21	0,0	0,2	0,8	1,0	1,1	2,9	5,1	6,4	6,9	6,7	4,9	2,4	0,8	0,0	0,0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	0,20	0,0	0,3	0,9	0,9	0,9	2,2	3,6	4,3	4,4	4,1	2,8	1,3	0,4	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida ¹	3,72	0,0	2,7	11,0	13,7	10,4	24,7	48,7	62,9	69,0	68,0	47,5	23,6	8,0	0,0	0,0
Porcentagem da quota	1,01	0,0	0,9	4,1	5,1	5,1	13,8	24,5	30,9	33,0	32,2	23,5	11,6	3,9	0,0	0,0
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	0,59	0,0	0,3	1,2	1,5	1,4	3,7	6,7	8,4	9,1	9,0	6,6	3,3	1,1	0,0	0,0
Porcentagem do PIB	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2	0,4	0,7	0,8	0,8	0,7	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0
Crédito ao FMI em dívida																
Milhões de DSE	6,5	18,6	24,0	27,2	26,4	25,7	23,6	20,0	15,4	10,5	5,8	2,3	0,6	0,0	0,0	0,0
Milhões de USD	9,0	25,7	33,3	37,9	36,9	36,0	33,2	28,1	21,7	14,8	8,1	3,2	0,8	0,0	0,0	0,0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	8,5	49,8	54,5	41,8	33,1	30,3	25,7	20,0	14,6	9,5	4,9	1,8	0,4	0,0	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida ¹	161,7	998,8	470,2	499,9	483,4	349,6	285,4	269,3	211,9	148,5	82,2	31,1	7,9	0,0	0,0	0,0
Porcentagem da quota	44,1	125,5	162,0	183,6	178,6	173,4	159,6	135,1	104,2	71,1	39,0	15,4	3,9	0,0	0,0	0,0
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	23,8	38,0	52,5	53,9	51,3	47,9	43,4	36,8	28,4	19,6	10,9	4,4	1,1	0,0	0,0	0,0
Porcentagem do PIB	5,4	6,2	6,6	6,6	6,0	5,4	4,7	3,6	2,6	1,6	0,8	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0
Uso líquido do crédito do FMI (milhões de DSE)																
Desembolsos	9,0	3,7	3,2	-0,8	-0,8	-0,8	-2,0	-3,6	-4,6	-4,9	-4,8	-3,5	-1,7	-0,6	0,0	0,0
Reembolsos	0,0	0,0	0,1	0,6	0,8	0,8	2,0	3,6	4,6	4,9	4,8	3,5	1,7	0,6	0,0	0,0
Por memória:																
Exportações de bens e serviços (milhões de USD)	106,0	51,7	61,2	90,5	111,7	118,9	129,5	140,5	148,2	156,4	165,0	174,2	183,8	193,9	204,6	216,0
Serviço da dívida (milhões de USD)	5,6	2,6	7,1	7,6	7,6	10,3	11,6	10,5	10,2	10,0	9,9	10,3	10,2	10,1	10,0	9,9
Quota (milhões de DSE)	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8
Reservas internacionais brutas ²	34,9	67,6	63,4	70,3	72,0	75,1	76,6	76,5	76,5	75,5	74,4	73,7	72,9	72,2	71,6	70,8
PIB (milhões de USD)	437	477,3	533,6	572,9	616,4	662,2	711,0	771,6	839,7	905,4	976,6	1053,6	1137,0	1203,8	1274,9	1350,6

Fontes: Dados das autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Após HPC e alívio da dívida MDRI, incluindo recompras e reembolsos ao FMI no total do serviço da dívida.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC, para a apresentação de pedidos de licenciamento e para cumprir as exigências de capital.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Calendário Proposto de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2019–22

Data de disponibilidade¹	Condições de desembolso	Montante de DSE	% da quota²
02/10/19	Aprovação do acordo por parte do Conselho.	1.902.857	12,86
15/03/20	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2019 e conclusão da primeira avaliação.	3.382.857	22,86
15/11/20	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de junho de 2020 e conclusão da segunda avaliação.	1.902.857	12,86
15/05/21	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2020 e conclusão da terceira avaliação.	1.902.857	12,86
15/09/21	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de junho de 2021 e conclusão da quarta avaliação.	1.902.857	12,86
15/04/22	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2021 e conclusão da quinta avaliação.	1.902.858	12,86
15/10/22	Cumprimento dos CD contínuos e para o fim de junho de 2022 e conclusão da sexta avaliação.	1.902.857	12,86
	Total	14.800.000	100,0

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

¹ Em abril de 2020 foi aprovado um desembolso da RCF no valor de 9028 milhões de DSE.

² O acesso geral e a percentagem da quota subiram devido ao aumento de 10%.

Tabela 10. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2020–2021¹
(Milhões de novas Dobras, cumulativo desde o princípio do ano, salvo indicação em contrário)

	2020				2021			
	Dezembro Meta Programa				Março Meta Indicativa			
	1ª Ava. ajustadores	Com	Prel.	Estado	2ª Ava. ajustadores	Com	Prel.	Estado
Critérios de Desempenho:								
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ²	-565	-647	-324	Cumprida	-141	-166	-129	Cumprida
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5}	-65	-173	-251	Cumprida	60	118	77	Cumprida
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2,4}	25	22	37	Cumprida	25	22	27	Cumprida
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamento externos do Governo Central (milhões de USD) ^{5,6,7,8}	0	0	0	Cumprida	0	0	0	Cumprida
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em valores atuais em milhões de USD) ^{5,6,7,8,9}	0	0	0	Cumprida	0	0	0	Cumprida
Não: (i) introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais; (ii) introduzir ou alterar práticas de moeda múltipla; (iii) estabelecer acordos bilaterais de pagamento que violem o Artigo VIII; ou (iv) impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos				Cumprida				Cumprida
Metas Indicativas:								
Teto da variação dos novos atrasados internos do Governo Central	-60		-137	Cumprida	0		-14	Cumprida
Piso das despesas pró-pobre	700		864	Cumprida	150		167	Cumprida
Piso das receitas fiscais	1,152		1,346	Cumprida	350		262	Não cump.
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em valores atuais em milhões de USD) ^{5,7,8,10}	8		0	Cumprida	2		0	Cumprida
Por memória:								
Teto da base monetária em dobras (stock)	1,321		1,681		1,387		1,609	
Transferência da CNA para o orçamento (milhões de USD)	3.8		3.0		3.2		2.6	
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹	91		56		33		14	
Apoio externo oficial ao programa ¹¹	1,144		1,003		49		56	
Desembolso do programa do FMI	421		362		0		56	
Donativos para apoio orçamental	723		641		49		0	
Regularização dos atrasados internos (-, exclui pagamento da dívida à ENCO)	-70		-137		0		2	
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	28		35		8		3	
Teto das despesas com pessoal	980		978		300		235	

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de dezembro de 2019 será avaliado na primeira avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais. A meta foi alterada para refletir a nova política da Dívida.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ Termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraiados ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados nos parágrafos 12 e 17 do MTE.

¹⁰ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento.

¹¹ Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

**Tabela 11. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais
ao abrigo do Programa ECF, 2021**

Objetivos e Medidas de Política	Calendário	Racional Macro	AT	Estado
Reforço das Finanças Públicas				
Implementar medidas chave do Plano de Melhoria de Gestão e o Plano de Produção de Menor Custo da EMAE (MPEF ¶45, tabela das ações principais)	Contínuo	Conter o risco orçamental	Com o apoio do Banco Mundial	Não cumprido
Introduzir o IVA de acordo com a lei de outubro de 2019 (MPEF ¶17)	Fim de julho de 2021	Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial	
Manter os atuais preços a retalho dos combustíveis inalterados desde que os custos (incluindo impostos e taxas) se mantenham abaixo dos preços e aumentar os preços se os custos aumentarem, em linha com o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, para impedir os subsídios aos combustíveis.	Contínuo	Aumentar as receitas	Sem AT	Cumprido
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf): i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1; ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019) (incluindo relacionados com a Covid-19); iii) a validação <i>ex post</i> da execução dos contratos — todos i) a iii) a serem publicados no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis para o COSSIL e; iv) o relatório mensal de despesas relacionadas com a Covid-19 no prazo de 45 dias (MPEF ¶22).	Contínuo	Aumentar a transparência e a prestação de contas	Sem AT	Não cumprido. Implementado com atraso
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf) as informações sobre a propriedade e os beneficiários efetivos das empresas às quais são adjudicadas contratos públicos (os mesmos contratos suprarreferidos) no prazo de duas semanas (MPEF ¶22).	Contínuo	Aumentar a transparência e a prestação de contas	LEG	Não cumprido. Implementado com atraso
Reforço da Política Monetária e da Estabilidade Financeira				
Realizar testes de stress aos bancos, com o contributo do FMI, a fim de identificar possíveis pressões sobre o risco de crédito devido às consequências da pandemia da Covid-19.	Fim de março de 2021	Apoiar a estabilidade do setor financeiro	MCM	Não cumprido
Enviar a Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional (MPEF ¶27).	Fim de fevereiro de 2021	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG	Não cumprido
Enviar a Lei das Instituições Financeiras revista, em consulta com o corpo técnico do FMI, para a Assembleia Nacional (MPEF ¶27).	Fim de março de 2021	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG	Não cumprido
Ativar o kit de instrumentos de gestão da liquidez para reduzir o excesso de liquidez durante 2021, abaixo dos níveis do fim de 2020, incluindo mediante o roll-over dos CD existentes e a emissão de CD, conforme seja necessário.	Fim de dezembro de 2021	Estabilizar o excesso de liquidez e apoiar o regime de paridade cambial	MCM	
Facilitar a Atividade Empresarial				
Elaborar um plano para retirar o país da lista de segurança aérea da União Europeia	Fim de março de 2021	Facilitar a recuperação do turismo	Com o apoio do Banco Mundial	Não cumprido

Anexo I. Modernização do Quadro Jurídico do Setor Monetário e Financeiro

1. Contexto. A mudança para o regime de paridade cambial começou em 2009, quando São Tomé e Príncipe assinou um acordo de cooperação económica com Portugal concebido para apoiar a paridade fixa da dobra em relação ao euro. O acordo previa que São Tomé e Príncipe adotasse e mantivesse uma orientação de política económica compatível com a preservação da estabilidade macroeconómica e financeira e que Portugal prestasse apoio por meio de uma linha de crédito limitada, que agora se situa em 25 milhões de euros. Em 2010, São Tomé e Príncipe mudou para um regime de taxa de câmbio fixa, com um regime cambial *de jure* e *de facto* de paridade convencional em relação ao euro.

2. Objetivo. É necessário modernizar três leis principais para que o quadro jurídico em matéria monetária e financeira esteja de acordo com as normas internacionais. A Lei Orgânica está a ser revista em resposta às recomendações de salvaguardas do FMI e em conjunto com AT do FMI. A atual Lei Cambial foi adotada em 1999 e não foi alterada desde então, além de que algumas disposições da lei não foram aplicadas na prática. O BCSTP reconheceu a necessidade de modernizar a lei a fim de aperfeiçoar o quadro regulamentar em matéria cambial e, com AT do FMI, tem estado a trabalhar na melhoria do projeto de lei tendo em conta as melhores práticas. A atual lei que rege a supervisão das instituições financeiras em São Tomé e Príncipe remonta a 1992 e também carece de atualização. A melhoria do quadro jurídico aplicável aos bancos é uma prioridade, embora determinados tipos de instituições financeiras sejam regidas por legislação especializada recentemente adotada (por exemplo, as instituições de microfinanças são regidas pela Lei 16/2018 relativa ao Regime Jurídico das Microfinanças), a supervisão bancária é regida pela Lei das Instituições Financeiras de 1992 e por uma série de normas de aplicação permanente (NAP) emitidas pelo BCSTP. A adoção de um regime jurídico robusto em matéria de supervisão bancária proporcionará segurança jurídica aos participantes no mercado e a nova lei deve dar resposta, de forma abrangente, a todos os aspetos da regulamentação e supervisão bancária, incluindo a definição das competências, responsabilidades e funções do BCSTP e dos requisitos prudenciais para os bancos. A pedido do BCSTP, o FMI encontra-se atualmente a prestar assistência técnica, com vista a garantir que o regime jurídico em matéria de supervisão bancária é coerente com as normas internacionais e as melhores práticas, tal como aplicável no caso de São Tomé e Príncipe.

3. Progressos. A Avaliação de Salvaguardas do FMI de 2019 identificou áreas de melhoria na Lei Orgânica do BCSTP, fazendo notar a necessidade de reforçar a autonomia institucional e financeira do banco central. O relatório da avaliação também chamou a atenção para o facto de as disposições sobre recapitalização e reempréstimos ao governo serem pouco claras, a necessidade de melhorias ao nível da transparência e a inadequação da estrutura do comité de auditoria, entre outras lacunas. Foram realizadas alterações ao projeto de lei em consulta com o corpo técnico do FMI e o mesmo será objeto de uma nova revisão por parte do FMI, assim que o processo de harmonização esteja concluído (ver abaixo), de modo a garantir que as alterações previamente propostas permanecem intactas. O projeto de lei foi aprovado pelo conselho de administração do BCSTP em fevereiro de 2021 e enviado para o governo para apreciação antes de ser remetido para a Assembleia Nacional (o envio para a Assembleia Nacional era um indicador de referência estrutural

para fevereiro de 2021). Contudo, o indicador de referência estrutural no programa da ECF não foi cumprido e este processo está, de momento, parado, porque o departamento jurídico do BCSTP encontra-se a trabalhar na harmonização da Lei Orgânica com as alterações eminentes à Lei das Instituições Financeiras e à Lei Cambial. A data revista para o indicador de referência estrutural é setembro de 2021.

4. Próximos passos. Embora tenham sido registados progressos firmes na atualização e revisão destas leis, é necessário prorrogar os prazos para a conclusão destas tarefas. As equipas do BCSTP e os peritos técnicos do FMI concordaram que o trabalho que há por fazer é crucial para que o regime jurídico do BCSTP esteja de acordo com as melhores práticas e não deve ser apressado. Além disso, a harmonização das alterações nas três leis exigirá esforços suplementares. O BCSTP depara-se com falta de pessoal, tal como indicado nos anteriores relatórios de assistência técnica e relatórios do corpo técnico do FMI, sendo que a pandemia aumentou a pressão sobre as equipas do BCSTP.

Anexo II. Atividades de desenvolvimento de capacidades

Lista de missões de AT

mai/21	Missão à distância do LEG sobre a Lei das Instituições Financeiras
abr/21	Missão à distância do MCM sobre a Lei Cambial
abr/21	Workshop à distância do AFRITAC sobre o manual de execução de despesa
abr/21	Missão à distância de perito de curto prazo sobre a melhoria das estratégias de gestão da dívida fiscal
mar/21	Missão à distância de perito de curto prazo sobre o plano de governação para um desenvolvimento de uma solução informática para a gestão do IVA
mar/21	Missão à distância de perito de curto prazo sobre a modernização da gestão da administração tributária e dos mecanismos de governação
dez/20	Missão à distância de perito de curto prazo sobre a revisão da Lei do IRS e IRC
nov/20	Missão à distância do AFRITAC sobre a supervisão bancária
out/20	Missão à distância de perito de curto prazo sobre a administração tributária
set/20	Missão à distância do AFRITAC sobre as estatísticas de finanças públicas
set/20	Missão à distância do FAD sobre a administração tributária
jun/20	Missão à distância de perito de curto prazo sobre administração alfandegária
jun/20	Missão à distância do AFRITAC sobre planos de compromisso
jun/20	Missão à distância do AFRITAC sobre previsões macro-orçamentais
jun/20	Missão à distância do AFRITAC sobre as contas nacionais
fev/20	Missão do AFRITAC sobre a execução e os controlos orçamentais
jan/20	Missão do LEG sobre a Lei das Instituições Financeiras
jan/20	Missão de perito de curto prazo sobre administração tributária
jan/20	Missão do AFRITAC sobre o quadro macro-orçamental
dez/19	Missão do LEG sobre a Lei Orgânica do BCSTP
nov/19	Missão do MCM sobre operações monetárias
nov/19	Missão do FAD sobre a execução e os controlos orçamentais
nov/19	Missão de perito de curto prazo sobre a implementação do IVA e os IEC
nov/19	Missão do AFRITAC sobre as estatísticas das contas nacionais
set/19	Missão de perito de curto prazo sobre as estatísticas de finanças públicas
set/19	Missão do AFRITAC sobre a mobilização das receitas alfandegárias
set/19	Missão de perito de curto prazo sobre administração tributária
ago/19	Missão do MCM sobre as operações em mercado aberto
jul/19	Missão de perito de curto prazo sobre administração tributária
jun/19	Missão de perito de curto prazo sobre a administração de receitas
mai/19	Missão do AFRITAC sobre regulamentação e supervisão bancária
mai/19	Missão de perito de curto prazo sobre a administração de receitas
mai/19	Missão do FAD sobre a administração de receitas
abr/19	Missão do AFRITAC sobre as estatísticas das contas nacionais
mar/19	Missão do AFRITAC sobre as estatísticas de finanças públicas
dez/18	Missão do AFRITAC sobre as estatísticas de finanças públicas
dez/18	Missão do AFRITAC sobre regulamentação e supervisão bancária
out/18	Missão do AFRITAC sobre as estatísticas de finanças públicas

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Apêndice I. Carta de Intenções

São Tomé, 3 de agosto de 2021

Exma. Sra. Kristalina Georgieva
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
700 19th Street N.W.
Washington, D.C. 20431, EUA

Exma. Sra. Diretora-Geral Georgieva:

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe solicita ao Conselho de Administração do FMI que conclua a terceira avaliação do programa apoiado pela Linha de Crédito Ampliada (ECF, na sigla em inglês) e aprove o quarto desembolso com base na implementação dos critérios de desempenho (CD) para o final de dezembro de 2020.

O firme apoio do FMI ao nosso país está a ajudar a dar resposta aos impactos sanitários e socioeconómicos da pandemia da Covid-19. A conclusão da segunda avaliação ao abrigo do acordo da ECF por parte do Conselho de Administração do FMI, o aumento do acesso à ECF, a Linha de Crédito Rápido (RCF, na sigla em inglês), o Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT, na sigla em inglês) ocorreram em tempo oportuno e ajudaram o governo a responder à pandemia da Covid-19 e providenciaram recursos para a implementação dos orçamentos de 2020 e 2021. Iniciámos a reabertura gradual da nossa economia e começámos a vacinação em março de 2021 e, embora se assista a uma recuperação, o ressurgimento da pandemia nos nossos parceiros comerciais e em STP continua a pesar sobre a nossa população e a economia.

Continuamos concentrados em atender às necessidades imediatas em matéria sanitária, social e económica relacionadas com a pandemia, ao mesmo tempo que prosseguimos as reformas a médio prazo acordadas ao abrigo do programa para apoiar uma recuperação forte e sustentável.

O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo descreve os progressos realizados ao abrigo do programa desde a conclusão da segunda avaliação em fevereiro de 2021 e atualiza as nossas políticas para o resto de 2021 e anos subsequentes. Não obstante a pandemia, o nosso compromisso para com o programa ao abrigo da ECF permanece inabalável. Observámos todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) e todas as metas indicativas (MI) para o final de dezembro de 2020. O nosso objetivo é reduzir o défice orçamental em 2021. Continuaremos a manter as outras despesas, incluindo a massa salarial do setor público, sob controlo e, para apoiar as receitas, introduziremos o IVA em 2021. Para este efeito, fizemos preparativos com vista à implementação do IVA nos postos de controlo aduaneiro e, brevemente, iremos assinar o protocolo com vista ao intercâmbio de informações entre a Direção das Alfândegas e a Direção dos Impostos (ação prévia).

Continuamos empenhados no reforço da governação e em cumprir o nosso compromisso de assegurar a total transparência em todas as despesas relacionadas com a Covid-19. Publicámos os avisos de adjudicação, os contratos públicos e os relatórios de despesa Covid-19. Além disso, estamos a trabalhar na revisão do regime jurídico da contratação pública para permitir a recolha e a

publicação das informações sobre os beneficiários efetivos. Prosseguimos os esforços para reforçar o Banco Central e iremos fazer avançar a implementação das recomendações pendentes da avaliação de salvaguardas. Também mantivemos os preços de venda dos combustíveis inalterados, não obstante os preços mais baixos do petróleo a nível mundial, para apoiar as receitas orçamentais. Embora os indicadores de referência estruturais relacionados com as novas leis do Banco Central e do setor financeiro e com os testes de stress não tenham sido cumpridos, estão a ser implementados com atrasos. As reformas na empresa pública EMAE registam atrasos devido às limitações em termos de capacidades; considerando as restrições de viagens, ainda não foi possível desenvolver um plano para retirar o país da lista de segurança aérea da UE para facilitar a retoma do turismo.

O apoio do FMI continua a ser importante numa altura em que enfrentamos tremendos desafios para o desenvolvimento do nosso país. Acreditamos que as políticas incluídas nos MPEF de setembro de 2019, julho de 2020 e fevereiro de 2021, juntamente com o MPEF complementar em anexo, são adequadas para atingir os objetivos do programa e tomaremos outras medidas que poderão revelar-se pertinentes para esse efeito. Consultaremos antecipadamente o FMI sobre a adoção dessas medidas e antes de quaisquer alterações às políticas contidas no MPEF, em conformidade com as políticas do FMI sobre esses processos de consulta. Também iremos consultar antecipadamente o corpo técnico do FMI sobre os termos de eventuais financiamentos externos não concessionais, para assegurar que estes não comprometem a sustentabilidade da dívida e estão em linha com a política do FMI relativa aos limites de endividamento. Além disso, comprometemo-nos a i) não impor ou intensificar quaisquer restrições cambiais à realização de pagamentos e transferências para transações internacionais correntes; ii) não impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos; iii) não introduzir ou alterar práticas de taxas de câmbio múltiplas; ou iv) não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VII do Convénio Constitutivo do FMI, um compromisso que constitui um critério de desempenho contínuo ao abrigo do acordo ECF.

Em linha com o seu compromisso com a transparência e prestação de contas, o Governo autoriza o FMI a publicar no seu sítio Web a presente carta, os respetivos anexos, bem como o relatório do corpo técnico, em conformidade com os procedimentos da instituição, após a aprovação do pedido pelo Conselho de Administração do FMI.

Atenciosamente,

/s/

Oswaldo Vaz
Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul

/s/

Américo Soares de Barros
Governador do Banco Central de São Tomé e Príncipe

Anexos

1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF)
2. Memorando Técnico de Entendimento (MTE)

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras Complementar para 2021–22

INTRODUÇÃO

1. O presente Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) complementar atualiza os MPEF aprovados pelo Conselho de Administração do FMI em 2 de outubro de 2019, 27 de julho de 2020 e 26 de fevereiro de 2021. Neste MPEF, passamos em revista a evolução económica recente e o desempenho ao abrigo do programa apoiado pela ECF, avaliamos as perspetivas e os riscos para a economia e definimos as nossas políticas macroeconómicas para 2021 e anos subsequentes, tendo em consideração as dificuldades de implementação de novas medidas de políticas durante a pandemia da Covid-19.

2. São Tomé e Príncipe tem registado progressos consideráveis ao abrigo da ECF para preservar a sustentabilidade orçamental e externa, bem como para fomentar o desenvolvimento, em plena pandemia da Covid-19. Alcançámos uma redução significativa do défice orçamental em 2019, suplantámos a meta do défice primário interno para o final de 2020 e cumprimos a meta indicativa para o final de março de 2021. Porém, devido à pandemia, o país depara-se com obstáculos consideráveis e as ações para cumprir alguns indicadores de referência estrutural registam atrasos.

3. Embora a pandemia coloque importantes desafios em termos sanitários, sociais e económicos, continuamos empenhados nos objetivos do programa apoiado pela ECF. O desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF) e o aumento da ECF aprovados em 2020, o desembolso da segunda da avaliação da ECF em fevereiro de 2021, juntamente com o apoio dos nossos parceiros de desenvolvimento, ajudaram-nos a gerir as nossas necessidades imediatas de financiamento externo à luz do surto da Covid-19. Concebemos o nosso Plano Nacional de Vacinação (PNV) e pretendemos vacinar 70% da população até meados de 2022, com o apoio da iniciativa COVAX e do Banco Mundial. No final de junho de 2021, 33.900 pessoas já tinham recebido as duas doses da vacina. Contudo, estamos preocupados em relação ao fornecimento de mais vacinas em tempo oportuno e em quantidade suficiente. Continuamos a enfrentar pressões sobre o orçamento e a balança de pagamentos e prevemos que as consequências económicas, sociais e sanitárias da pandemia continuarão a ocupar um lugar de destaque durante 2021 e parte de 2022. Por conseguinte, é importante mobilizar recursos suficientes para conter a pandemia, continuar a prestar assistência às pessoas mais vulneráveis e apoiar a economia, ao mesmo tempo que mantemos os mais elevados níveis de transparência e prestação de contas nas despesas públicas.

4. Continuaremos a ancorar o programa ECF no nosso Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável, cuja cobertura foi alargada devido à pandemia da Covid-19. Em estreita colaboração com o PNUD, concluímos um Plano Nacional de Recuperação Socioeconómica contra a Covid-19 e um Plano de Avaliação do Impacto e Resposta Socioeconómica para a Covid-19. Estes dois documentos apoiam a formulação da nossa nova visão de desenvolvimento a longo prazo, que serve de quadro estratégico para os nossos sucessivos planos nacionais de desenvolvimento a médio prazo. A elaboração de um novo plano de desenvolvimento a médio prazo já começou e está programada para ser finalizada até finais de dezembro de 2021, sendo que

deverá ajudar a informar o processo de elaboração do orçamento de 2022. Este plano servirá também como base para a nossa próxima Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e Crescimento (ENRPC).

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

5. **A fraca procura externa e as medidas de contenção da Covid-19 criaram excepcionais necessidades de financiamento externo e orçamental.**

- O crescimento em 2020, que segundo as estimativas preliminares foi de 3%, foi impulsionado pela despesa pública. As transferências para as famílias vulneráveis e as empresas providenciaram alívio, enquanto a expansão de projetos com financiamento externo, incluindo nos setores da educação e saúde, promoveram o crescimento da construção.
- Os excepcionais níveis de financiamento externo e as maiores receitas fiscais proporcionaram o estímulo orçamental necessário, e o saldo primário interno (SPI) alargou para -3,4% do PIB em 2020.
- O défice de conta corrente cresceu em 2020, sobretudo devido ao colapso do turismo. No seguimento de um apoio financeiro sem precedentes, as reservas internacionais brutas atingiram 67,6 milhões de USD (4,5 meses de importações) em 2020.
- Com a recente revisão do stock da dívida pública, a dívida pública de 2020 desceu para cerca de 87% do PIB¹, refletindo, em grande medida, o significativo financiamento sob a forma de donativos e o efeito no denominador de um PIB nominal maior.

6. A pandemia e a incerteza em torno das condições macroeconómicas tiveram um impacto negativo no setor bancário em 2020. A qualidade dos ativos dos bancos deteriorou-se, e o crédito malparado aumentou para 34% em setembro de 2020. O crescimento do crédito ao setor privado começou a desacelerar em março de 2020, não obstante a ampla liquidez existente. Neste contexto, um pequeno banco foi colocado sob a administração do BCSTP devido a repetidas falhas no cumprimento dos requisitos de capitalização e liquidez.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

7. Registámos progressos firmes ao abrigo do programa da ECF. Suplantámos a meta do DPI para o final de dezembro de 2020 e cumprimos as metas das reservas internacionais líquidas e de financiamento bancário líquido, refletindo grandes entradas de financiamento externo. Embora as receitas fiscais tenham tido um desempenho abaixo do esperado no final de março de 2021 devido à lentidão na cobrança de receitas e às falhas de fornecimento de eletricidade, foi realizada uma contenção das despesas não prioritárias e cumprimos a meta indicativa do DPI. Também

¹ Este stock da dívida pública exclui os atrasados antigos pré-HIPC a Angola (36 milhões de USD) e os atrasados antigos pré-HIPC a Itália (24,3 milhões de USD). Também exclui a dívida em litígio à Nigéria (30 milhões de USD), uma vez que não existe um contrato assinado entre os dois países.

cumprimos as metas indicativas para o final de março de 2021 relativas às reservas internacionais líquidas e ao financiamento bancário líquido.

8. A pandemia atrasou as reformas estruturais. Os preços de venda dos combustíveis permaneceram inalterados para apoiar as receitas orçamentais. Implementámos os mais elevados padrões de transparência orçamental, publicando apenas com pequenos atrasos os relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19 e os contratos públicos. Além disso, relativamente a estes contratos, tornámos públicas as informações sobre a propriedade das empresas às quais foram adjudicados contratos. Por outro lado, deparámo-nos com atrasos ao nível do envio do projeto de Lei Orgânica do BCSTP para a Assembleia Nacional, da revisão da Lei das Instituições Financeiras, da implementação do plano de reformas para a EMAE e o setor da energia e da definição da estratégia para retirar o país da lista de segurança aérea da UE.

PERSPETIVAS, RISCOS E ESTRATÉGIA

9. À medida que a pandemia for ficando sob controlo e as reformas ao abrigo do programa da ECF forem avançando, prevemos uma recuperação gradual da economia e a melhoria das posições orçamental e externa. O PIB real deverá crescer cerca de 2% em 2021, antes de estabilizar em torno dos 4% a médio prazo. Ao mesmo tempo que implementamos os nossos planos de consolidação orçamental, prevemos que o défice orçamental primário se aproxime de uma situação de quase equilíbrio ao longo do tempo e que a dívida pública entre numa trajetória descendente. Com o ajustamento orçamental, a recuperação das receitas do turismo e as reformas no setor energético dependente do petróleo, projetamos uma melhoria do saldo da conta corrente e das reservas internacionais.

10. Muito embora se preveja uma diminuição da dívida pública, o país continua numa situação de sobre-endividamento devido a atrasados externos pós-HIPC de longa data que estamos a tentar regularizar. Prevemos que até 2024 o valor atual (VA) do total da dívida pública e com garantia pública (PGP)² retorne a níveis inferiores aos limiares da análise da sustentabilidade da dívida (ASD) associados a uma fraca capacidade de endividamento. Continuamos ativamente envolvidos em conversações com Angola (4,8 milhões de USD), Brasil (4,3 milhões de USD) e a Guiné Equatorial (1,7 milhões de USD) para regularizar os atrasados externos pendentes (2,6% do PIB). Foi alcançado um acordo com o Governo brasileiro, pendente de ratificação pelo Senado brasileiro. Mais recentemente, demos continuidade aos contactos com Angola e a Guiné Equatorial. Em 2019, também chegámos a acordo com o Governo de Angola e a EMAE para o pagamento dos atrasados à ENCO em termos concessionais, aliviando significativamente o fardo da dívida em termos do valor atual.

11. As perspetivas estão sujeitas a riscos significativos. Uma pandemia prolongada ou atrasos no acesso a vacinas poderão pesar sobre a recuperação económica, aumentar a pressão sobre o nosso sistema de saúde, criar mais pressões em termos de financiamento externo e orçamental, e atrasar os nossos esforços de reforma. As prolongadas falhas de fornecimento de

² Exclui a dívida à ENCO e a dívida da EMAE à ENCO.

eletricidade também podem travar a recuperação do crescimento, bem como colocar pressões adicionais ao desempenho das receitas. As perspectivas dependem igualmente de um apoio sustentado sob a forma de donativos por parte dos doadores externos, a fim de preservar a sustentabilidade da dívida e providenciar os recursos financeiros necessários. Consequentemente, é necessária uma implementação estável do programa ECF para catalisar financiamentos bilaterais e multilaterais adicionais. No lado positivo, progressos rápidos nas reformas estruturais do setor da energia e em infraestruturas essenciais (por exemplo, expansão do aeroporto, reabilitação de estradas) podem impulsionar um crescimento mais forte a médio prazo.

12. À luz deste contexto, continuamos empenhados em preservar os feitos alcançados até à data e em implementar as políticas acordadas ao abrigo do programa, ao mesmo tempo que damos resposta aos desafios colocados pela pandemia. A nossa estratégia tem como prioridade: preservar a sustentabilidade da dívida, salvaguardar a estabilidade financeira e acelerar as reformas no setor energético para apoiar o crescimento e reduzir as vulnerabilidades externas.

OBJETIVOS DE POLÍTICA PARA 2021–2022

Os nossos objetivos de políticas estão centrados em: i) atender às necessidades sociais prementes relacionadas com a pandemia e continuar a nossa estratégia de consolidação orçamental gradual para preservar a sustentabilidade da dívida e reforçar mais os amortecedores externos; ii) manter elevados padrões de transparência e prestação de contas, incluindo a respeito da despesa relacionada com a Covid-19; iii) desenvolver instrumentos de política monetária e manter uma orientação de política monetária que suporte o regime de paridade cambial; iv) salvaguardar a estabilidade financeira; e v) concretizar o potencial de crescimento da economia mediante a reforma do setor da energia, o fomento do setor do turismo, a promoção da igualdade de género e a adaptação às alterações climáticas.

A. Política Orçamental e Transparência

13. A nossa prioridade continua a ser vacinar e proteger a população da pandemia e apoiar a economia, ao mesmo tempo que implementamos a estratégia de consolidação orçamental a médio prazo. A vacinação começou em março de 2021, sendo que já vacinámos 15% da população até ao final de junho de 2021 e planeamos vacinar 70% da população até meados de 2022 com o apoio do Banco Mundial e da COVAX. Contudo, com o surgimento de novas vagas da pandemia a nível global, estamos preocupados com o fornecimento de vacinas em tempo oportuno e em quantidade suficiente para cumprir os nossos planos. Embora tenhamos suprimido gradualmente as medidas de confinamento, o ressurgimento da pandemia entre os nossos parceiros comerciais e em STP continua a pesar sobre a nossa economia e contas orçamentais. Como tal, tencionamos continuar com os programas sociais para proteger as pessoas mais vulneráveis, apoiar os desempregados, manter os incentivos para as empresas reterem os empregados e implementar medidas de distanciamento social, especialmente nas escolas em 2021 e parcialmente em 2022.

14. Estamos determinados em cumprir a meta do défice primário interno (DPI) do final de junho de 2021. Iremos manter as despesas dentro dos limites orçamentais de 2021. Após a quebra das receitas no primeiro trimestre, o desempenho das receitas recuperou um pouco no segundo trimestre de 2021. No entanto, continuamos a reduzir as despesas administrativas não essenciais e a redefinir as prioridades das despesas de investimento financiadas internamente para que a meta do DPI de fim de junho seja alcançada. Para apoiar as receitas até ao fim de 2021, planeamos introduzir o IVA, um novo imposto ambiental sobre produtos plásticos e uma taxa de segurança aeroportuária.

15. Estamos empenhados em cumprir a meta para o DPI em 2021 fixada em 3,9% do PIB, conforme programado ao abrigo da primeira e da segunda avaliações do programa ECF. As despesas relacionadas com a Covid-19 continuarão em 2021 e em parte em 2022 e espera-se que sejam gradualmente eliminadas à medida que a crise sanitária for ultrapassada. Para concretizar os nossos objetivos de política, estamos a tomar as seguintes ações e medidas:

- Introduzir o IVA a uma taxa de 15% até outubro de 2021 (**indicador de referência estrutural**).
- Assinar o protocolo de troca de informações entre as Direções das Alfândegas e dos Impostos (**ação prévia**) para iniciar a cobrança do IVA nas alfândegas.
- Cobrar dívidas fiscais às empresas públicas (10 milhões de dobras).
- Introduzir a Taxa Ambiental e a Taxa de Segurança Aeroportuária (8 milhões de dobras).
- Conter os custos de pessoal. Para este fim, foram emitidos despachos ministeriais que visam congelar as novas contratações e promoções de funcionários públicos.
- Adotar medidas de contingência para reduzir os custos administrativos em 30% (78 milhões de dobras) caso as receitas não se materializem, incluindo as rubricas de bens e serviços, viagens e outras rubricas de despesas não essenciais. Para este fim, foram emitidos despachos ministeriais em 2 de julho de 2021.
- Manter os preços de venda dos combustíveis inalterados, se os preços do petróleo continuarem baixos, em 2021 e durante o futuro próximo, com vista a gerar receitas decorrentes do diferencial face aos preços internacionais do petróleo. Entretanto, se os preços internacionais do petróleo continuarem a subir, iremos assegurar que o mecanismo automático dos preços dos combustíveis é implementado para que os preços dos combustíveis a retalho se ajustem conforme necessário para cobrir os custos.

16. A médio prazo, iremos prosseguir a implementação das políticas acordadas ao abrigo do programa para alcançar uma posição de DPI equilibrada até 2024. Para atingir este objetivo, tencionamos adotar políticas laborais e salariais a fim de reduzir gradualmente os custos com pessoal (como uma percentagem do PIB) ao longo do tempo e manter outras despesas correntes sob controlo. Os empréstimos externos teriam um limite e restringir-se-iam apenas a empréstimos em condições concessionais para reduzir as vulnerabilidades da dívida. Em caso de materialização dos riscos descendentes, estamos prontos para tomar medidas de contingência para

preservar a sustentabilidade da dívida, inclusive através da recalibração dos esforços orçamentais e da melhoria da matriz de financiamento. Para concretizar os nossos objetivos de política, estamos a tomar as seguintes ações e medidas no ano fiscal de 2022 e seguintes:

- Reduzir a massa salarial para perto de 10% do PIB, continuando nos exercícios de 2022-23 as políticas atuais de suspensão dos ajustamentos indexados à inflação, bem como limitando a contratação de novos funcionários para manter o número total de funcionários públicos em grande medida inalterado ao longo do tempo através da diminuição natural do pessoal e da reforma da administração pública. Iremos fornecer ao FMI atualizações trimestrais sobre o número total de funcionários públicos desagregado pelos principais setores, incluindo educação, saúde e defesa.
- Manter as transferências e outras despesas correntes (incluindo despesas consignadas dos serviços de cobrança) constantes em termos nominais em 2022 e, nos anos subsequentes, conter o aumento, de um modo geral, em conformidade com o crescimento do PIB. A este respeito, o Governo não irá autorizar que as entidades públicas contraiam empréstimos para compensar a redução das transferências do Tesouro.

17. Estão em curso os preparativos finais para a introdução do IVA em outubro de 2021 (indicador de referência estrutural). A Lei do IVA foi aprovada em outubro 2019, mas a pandemia da Covid-19 adiou a introdução do IVA. Finalizámos recentemente as negociações do contrato com a empresa de software para lançar a plataforma do IVA na Direção dos Impostos até ao final de 2021, com o apoio do Banco Mundial. O contrato será assinado após a receção da carta de não objeção do Banco Mundial nos próximos dias. Para garantir a implementação atempada e bem sucedida do IVA, com o apoio da AT do FMI, também elaborámos o Plano de Governação do Projeto do IVA, que será parte do contrato e abrange a estrutura de gestão e de pessoal, bem como as suas respetivas funções, responsabilidades e funções empresariais, nomeadamente no que diz respeito à gestão da empresa de software privada. Outras atividades em curso incluem uma campanha de educação, a aquisição de espaço e equipamento para novos funcionários, a criação de quatro centros de contribuintes, a formação de administradores fiscais locais (incluindo os da RAP) e a finalização de acordos com bancos para receber os pagamentos do IVA. Além disso, elaborámos os regulamentos de reembolso do IVA que estão em fase de validação final pelo nosso assessor jurídico antes de serem submetidos à aprovação do Conselho de Ministros até final de agosto de 2021.

18. Em breve assinaremos o protocolo de troca de informações entre as Direções das Alfândegas e dos Impostos para iniciar a cobrança do IVA nas alfândegas (ação prévia). Todas as etapas preparatórias para a introdução do IVA nas alfândegas foram concluídas: nomeação de uma equipa dedicada a trabalhar na cobrança do IVA; emissão de circulares e regulamentos; operacionalização do apuramento automático do IVA com base na classificação pautal das mercadorias declaradas; adaptação/parametrização do sistema informático aduaneiro para o IVA (as Alfândegas utilizam o sistema fornecido pela ONU denominado SYDONIA). O protocolo irá permitir a troca de informações relacionadas com os impostos, inspeções conjuntas, deteção e prevenção de fraudes, assim como uma melhor coordenação entre a Direção das Alfândegas e a Direção dos Impostos. Uma vez assinado o protocolo de troca de informações entre as Direções das Alfândegas

e dos Impostos, a cobrança do IVA poderia começar nos pontos de entrada nas alfândegas em outubro de 2021. O protocolo deverá ser assinado pelos diretores das Direções das Alfândegas e dos Impostos e deverá ser partilhada uma cópia assinada do mesmo com o corpo técnico do FMI.

19. Continuamos os esforços para implementar as recomendações do FMI sobre o reforço da administração fiscal. No seguimento da assistência do FMI, as ações incluem: i) a reorganização da Direção dos Impostos para melhorar a gestão e o planeamento estratégico centrados no cumprimento fiscal; ii) a adoção de práticas modernas de gestão do risco de conformidade, incluindo programas de auditoria que utilizam informações de terceiros; e iii) a reformulação global do quadro de monitorização do desempenho, incluindo indicadores de desempenho essenciais e programas de bónus. Além disso, em função da disponibilidade de recursos dos parceiros de desenvolvimento, pretendemos realizar uma abrangente avaliação da administração tributária (TADAT, na sigla em inglês) sobre as nossas atuais práticas de administração de receitas, antes do final de 2022.

20. Começámos a publicar estatísticas detalhadas sobre a cobrança de impostos em abril de 2021 e vamos acompanhar de perto os contribuintes para assegurar a cobrança atempada de impostos. Iremos aplicar na íntegra os procedimentos judiciais e administrativos existentes para assegurar que os pagamentos são realizados, sobretudo pelos grandes contribuintes. Mais especificamente, iremos melhorar o acesso da Direção dos Impostos a fontes de dados terceiros, o que permitirá fazer o cruzamento das informações fiscais e aumentar as capacidades de análise dos dados captados pelo e-Fatura a fim de reforçar os controlos de registo, declaração, pagamento e comunicação das obrigações fiscais. Além disso, continuaremos a dar formação ao pessoal para reforçar as competências dos auditores com um enfoque nos setores das telecomunicações, banca e seguros. Por fim, estamos empenhados em recuperar as obrigações fiscais dos grandes contribuintes que suspenderam os seus pagamentos fiscais durante a crise através de um programa de recuperação.

21. O Governo está empenhado em prosseguir com o reforço dos sistemas de gestão das finanças públicas e evitar a acumulação de novos atrasados internos. As reformas específicas incluem:

- 1) *Melhoria das projeções do quadro macro-orçamental (receitas e despesas).* Com a assistência do FMI, desenvolvemos recentemente um manual metodológico para reforçar as previsões macro-orçamentais e iremos implementar, de forma gradual, o manual a fim de reforçar a nossa capacidade de previsão de receitas. Além disso, preparámos as projeções para o quadro orçamental a médio prazo (QOMP) com um horizonte temporal de três anos, que serão incorporadas nos documentos do orçamento começando com o orçamento de 2022.
- 2) *Reforço das capacidades internas e de gestão de tesouraria da Direção do Tesouro.* Para este efeito, em articulação com o BCSTP, o Tesouro elaborou um calendário anual para a emissão de Bilhetes do Tesouro para 2021 (publicado em janeiro de 2021) e planos de financiamento mensais para orientar a emissão de novos Bilhetes do Tesouro, em consonância com o orçamento anual e o fluxo de tesouraria do Governo.

- 3) *Reforço do controlo da despesa, medidas para evitar a acumulação de atrasados e atualização do plano de regularização dos atrasados para cobrir todos os atrasados internos.* No orçamento de 2022, também iremos implementar um mecanismo de limite dos compromissos para gerir as despesas na fase de cabimentação em determinados ministérios que realizam despesa, cobrindo na fase piloto todas as agências que fazem despesa, exceto os ministérios da educação, saúde, defesa e justiça. No âmbito do projeto-piloto, iremos elaborar limites trimestrais para apoiar o mecanismo de controlo dos compromissos nos ministérios abrangidos pelo projeto-piloto. Este projeto-piloto será gradualmente expandido a todos os ministérios setoriais e agências que fazem despesa.
- 4) *Melhoria do relato orçamental e reforço da consistência dos dados orçamentais acima e abaixo da linha.* Iremos continuar a enviar ao FMI a Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mensal até ao 21.º dia do mês seguinte. Além disso, durante 2021, iremos continuar os esforços de reconciliação dos dados financeiros com o BCSTP pelo menos numa base trimestral e procurar assistência, se necessário.
- 5) *Reforço da aplicação das leis de contratação pública, a fim de aumentar a eficiência da despesa pública e reduzir as vulnerabilidades à corrupção.* Com o apoio do Banco Mundial e do FMI, estamos a proceder à atualização da Lei de Contratação Pública de 2009, a fim de incluir a contratação eletrónica, questões em matéria de sustentabilidade, ambiente, questões sociais e de higiene; contratos-quadro; o mecanismo de apresentação de reclamações; e a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos.

22. O reforço da transparência fiscal continua a ser a nossa principal prioridade (indicador de referência estrutural):

- Desde novembro de 2020, temos vindo a publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF) os contratos de compras públicas e os relatórios mensais das despesas relativas à Covid-19. Relativamente às empresas às quais foram adjudicados contratos públicos, que foram publicados no sítio Web do ministério, também publicámos as informações sobre a propriedade das empresas e estamos a trabalhar no sentido de melhorar a Lei de Contratação Pública para permitir a recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos das empresas a quem são adjudicados contratos públicos.
- Estamos empenhados em continuar a aplicar estes elevados padrões de transparência. Como tal, iremos publicar no sítio Web do MdF: i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1; ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019); e iii) a validação *ex post* da execução dos contratos – todos de i) a iii) serão publicados no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis – e; iv) o relatório mensal de despesas relacionadas com a Covid-19 no prazo de 45 dias; assim como as informações sobre a propriedade e quaisquer informações disponíveis sobre os beneficiários efetivos das empresas às quais foram adjudicados contratos públicos (como indicado acima), no prazo de duas semanas.

- Atualmente não existe um sistema integrado e todos os documentos são coligidos manualmente. Por conseguinte, devido a estas questões operacionais, a nossa agência de contratação pública (o COSSIL) tem dificuldades em aceder, atempadamente, aos contratos assinados pelos ministérios setoriais. Para ultrapassar este obstáculo no curto prazo, o Ministério das Finanças publicou um despacho executivo a exigir a todas as agências que realizam despesa que enviem os contratos públicos assinados para o COSSIL como pré-requisito para o Tesouro proceder ao pagamento aos contratantes. Para o futuro, estamos a trabalhar com o Banco Mundial para desenvolver um sítio Web para o COSSIL, o que irá agilizar a publicação dos documentos dos concursos públicos e facilitar a gestão e a transparência dos contratos públicos. Estamos também a trabalhar com o corpo técnico do FMI para apoiar a revisão do regime jurídico da contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos. Por fim, no âmbito da sua auditoria às contas financeiras do Estado, o Auditor Geral irá auditar a despesa efetuada em 2020 relacionada com a Covid-19 e publicar relatórios sobre tais despesas até outubro de 2021.

23. Saudamos a afetação adicional de DSE, se for aprovada. A afetação adicional de DSE proporcionaria um reforço oportuno das nossas reservas externas em 2021 e parte desta afetação poderia salvaguardar despesas prioritárias críticas em 2022 e nos anos seguintes. O financiamento associado a cerca de 4 milhões de DSE poderia apoiar despesas prioritárias bem definidas e monitorizáveis em 2022, incluindo despesas imediatas na saúde, educação e despesas pró-pobre, assim como a regularização dos atrasados. São introduzidos fatores de ajustamento para captar o impacto da nova afetação nas metas do programa (ver MTE). Caso o financiamento orçamental previsto não se materialize, a afetação de DSE poderá ser usada para suprir as necessidades de financiamento.

B. Política Monetária, Reservas Cambiais e Salvaguardas

24. Continuamos empenhados em melhorar o nosso quadro de política monetária para apoiar o regime de paridade cambial, incluindo mediante o reforço das nossas operações de gestão da liquidez. O BCSTP solicitará assistência técnica ao FMI para aperfeiçoar o mecanismo de CD e desenvolver, ao longo do tempo, um quadro de taxa diretora que reflita as condições de mercado e o risco. No âmbito dos nossos esforços para dinamizarmos os mercados monetário e financeiro lançámos um leilão de Bilhetes do Tesouro em que a taxa de juro média ponderada foi de 4,45%. Além disso, planeamos publicar online o calendário de futuras emissões de Bilhetes do Tesouro de acordo com as recomendações do FMI e solicitações dos bancos comerciais. As reuniões do Comité de Títulos de Dívida Pública ocorrem com mais frequência do que em 2020. No final de 2020, aumentámos os requisitos de reservas mínimas de caixa em moeda nacional de 14% para 18% e em moeda estrangeira de 17% para 21% (as taxas anteriores à pandemia) para ajudar a reduzir a liquidez em excesso. Em 2021, o BCSTP irá proceder ao refinanciamento dos CD existentes e está preparado para usar qualquer outro instrumento, incluindo ajustando novamente os requisitos de reservas e emitindo mais CD, para garantir uma redução gradual do excesso de liquidez (**indicador de referência estrutural**).

25. Para melhorar a gestão da política monetária, iremos continuar a reforçar a coordenação das políticas monetária e orçamental. Os constrangimentos de pessoal e as restrições de trabalho relacionadas com a pandemia durante a primeira metade de 2020 travaram os nossos esforços de reconciliação trimestral dos dados monetários e dados do Tesouro em matéria de financiamento orçamental. Contudo, este ano completámos a reconciliação dos dados relativos ao financiamento do orçamento para o ano de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, em conjunto com o corpo técnico do FMI, sendo que continuaremos esta prática de reconciliações regulares. O Tesouro e o BCSTP publicaram, em janeiro de 2021, o calendário anual das emissões de Bilhetes do Tesouro para 2021.

26. Conforme expresso na Carta de Intenções, não iremos introduzir regulamentos nem práticas que possam conduzir à introdução de novas e à intensificação/modificação das restrições cambiais/práticas de taxas de câmbio múltiplas existentes. Consequentemente, o FMI será consultado aquando da revisão de regulamentos ou leis relevantes nesta matéria.

27. O Banco Central está empenhado na boa governação, na transparência e no reforço da sua independência, dos controlos internos e da capacidade de supervisão.

- Auditoria às demonstrações financeiras. Publicámos o relatório de auditoria externa de 2019 no sítio Web do BCSTP em maio de 2021.
- Plano de implementação das IFRS. Começámos a assistência técnica com o Banco do Brasil no início de 2020, mas a AT foi suspensa no primeiro trimestre de 2020 devido à pandemia. Planeamos prosseguir a assistência técnica com o Banco do Brasil em 2021.
- Lei orgânica. O novo projeto da Lei Orgânica do BCSTP, apoiado pela AT do FMI, foi concluído e enviado ao Conselho de Administração do BCSTP para a sua validação em novembro de 2020 e enviado ao MPFEC em março de 2021, esperando-se que o projeto de lei fosse submetido à Assembleia Nacional pouco depois (indicador de referência estrutural). Apresentaremos o novo projeto da Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional em setembro de 2021.
- Lei das Instituições Financeiras Um projeto de Lei das Instituições Financeiras, apoiado por assistência técnica do FMI, deveria ter sido enviado para a Assembleia Nacional até ao final de março de 2021 (indicador de referência estrutural). Contudo, devido aos constrangimentos em termos de capacidade e relacionados com a pandemia, o BCSTP e o FMI decidiram que será necessário mais tempo para que a lei esteja de acordo com as normas e as melhores práticas internacionais. Assim, em articulação com o FMI, planeamos concluir o projeto de lei até setembro de 2021, enviá-lo ao Conselho de Administração do BCSTP até outubro de 2021; enviá-lo ao Ministério das Finanças até novembro de 2021, e, subseqüentemente, à Assembleia Nacional até dezembro de 2021.
- Para assegurar que o país continue a ser membro do Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais da África Ocidental (GIABA), iremos interagir com o Secretariado do GIABA e manter as contribuições do país em dia. A perda do estatuto de membro da GIABA expõe o país à inclusão na lista do GAFI, o que causaria danos reputacionais e a potencial perda de relações com bancos correspondentes.

- Estamos empenhados em implementar as recomendações pendentes da avaliação de salvaguardas para reforçar a Lei do BCSTP, implementar as Normas Internacionais de Relato Financeiro, melhorar a capacidade da auditoria interna e a supervisão da Comissão de Auditoria, assim como reduzir os riscos de crédito e concentração em investimentos cambiais. Para este efeito, partilhámos com o FMI um calendário atualizado e comprometemo-nos a fornecer atualizações e documentação de forma regular sobre o estado das recomendações pendentes.

C. Política do Setor Financeiro

28. Embora a pandemia tenha afetado adversamente a qualidade dos ativos dos bancos o ano passado, há sinais de melhoria e continuamos empenhados em tomar todas as ações necessárias para preservar a estabilidade financeira. O rácio de crédito malparado do sistema caiu aproximadamente quatro pontos percentuais entre setembro de 2020 e março de 2021, com os bancos a conseguirem recuperar pelo menos dois grandes créditos malparados. Apesar da descida das receitas de comissões e juros, a rentabilidade geral dos bancos melhorou, como resultado da diminuição das despesas operacionais. Aproximadamente 2500 clientes beneficiaram da moratória do crédito. Esta moratória expira no final de junho de 2021. O BCSTP irá monitorizar o impacto e determinar se são necessárias mais medidas.

29. Estamos a dar passos com vista à melhoria da capacidade de realização de testes de stress a fim de monitorizar a qualidade dos ativos dos bancos e preservar a estabilidade financeira. No âmbito do nosso compromisso em matéria de reforço das capacidades, concluímos o nosso próprio exercício de testes de stress em março de 2021. Os dados e a metodologia destes testes de stress deveriam ter sido partilhados com o FMI até março de 2021 (**indicador de referência estrutural**); porém, a equipa do BCSTP no Departamento de Supervisão não o conseguiu fazer devido a limitações em termos de pessoal. Para que este indicador de referência estrutural volte a entrar nos eixos, partilhámos os dados e metodologia dos testes de stress de março de 2021 com o FMI em junho de 2021 e esperamos que a assistência técnica se inicie em setembro de 2021. Os resultados dos testes de stress, após serem revistos e verificados pela assistência técnica do FMI, serão usados para determinar se os bancos terão de elaborar planos de contingência e identificar medidas corretivas para assegurar que continuam devidamente capitalizados.

30. Os esforços para reforçar a capacidade de supervisão prosseguem a um ritmo lento. Com o apoio da assistência técnica do AFRITAC, finalizámos a redação do manual sobre supervisão bancária. Contudo, a equipa do BCSTP não conseguiu testar o manual de notação de risco no terreno devido a constrangimentos de pessoal e às medidas de confinamento relacionadas com a pandemia. Esperamos finalizar os testes no terreno até junho de 2022. Além disso, planeamos solicitar assistência técnica ao FMI para desenvolvermos as nossas capacidades em matéria de resolução bancária, o que faremos assim que tivermos concluído o recrutamento de novos funcionários, que está previsto para o primeiro trimestre de 2022.

31. Estamos empenhados em acelerar a resolução do crédito malparado antigo para incentivar maior acesso ao crédito e o aumento do investimento. Os nossos esforços para ter os

tribunais arbitrais a funcionar até junho de 2021 foram adiados, mas demos passos importantes nos últimos seis meses para continuar a avançar nesta frente. No início de 2021, redigimos todos os documentos jurídicos em estreita consulta com o Conselho de Ministros e a Assembleia Nacional. As correções e revisões foram introduzidas em março e, em abril de 2021, o regime jurídico necessário estava completo. Contudo, faltavam-nos os recursos financeiros para o recrutamento e formação do pessoal, reabilitação do espaço físico e custos operacionais. Assim, a Câmara de Comércio trabalhou em estreita colaboração com o PNUD para assegurar o financiamento da reabilitação do edifício e os custos operacionais. Também explorámos opções de formação com peritos de Angola, Cabo Verde e/ou Portugal. Assim, agora prevemos que o edifício do tribunal estará concluído e que o tribunal estará plenamente operacional uma vez concluída a formação dos árbitros no início de 2022.

32. Estamos a explorar várias opções para concluir a resolução de três bancos, mas deparamo-nos com desafios relacionados com a falta de enquadramento jurídico e de investidores. A equipa do BCSTP elaborou um relatório final sobre as recomendações para a resolução do Energy Bank em janeiro de 2021. Com base neste relatório, o conselho de administração do BCSTP encontra-se a negociar com investidores nacionais e internacionais com vista à aquisição total ou parcial do banco e à sua liquidação. Esperamos concluir as negociações até setembro de 2021. O relatório final relativo à liquidação do Banco Equador foi enviado pelo Liquidatário ao Conselho de Administração do BCSTP em março de 2021, sendo que o mesmo iniciou o processo de entrega dos ativos do banco aos tribunais, dado que não se conseguiu encontrar quaisquer investidores ou compradores para os ativos remanescentes. Contudo, durante este processo, constatámos que o atual regime jurídico não permite este procedimento. Estamos a explorar opções, incluindo solicitar assistência técnica ao FMI sobre liquidação bancária, a fim de finalizarmos este processo. Relativamente ao Banco Privado, está em curso um processo para entregar os ativos aos acionistas, mas as comunicações e os contactos foram dificultados pela pandemia.

33. A melhoria do acesso a financiamento por parte das PME e a inclusão financeira, de uma forma mais geral, continuam a ser uma prioridade para nós. O Governo criou uma linha de crédito (3 milhões de USD) para ajudar a aumentar o acesso a financiamento por parte das PME. Desde a criação desta linha de crédito em janeiro de 2021, 22 PME obtiveram acesso a mais de 800.000 USD de crédito. No futuro, continuaremos a envidar esforços para aumentar a visibilidade deste programa, tanto junto das PME como dos bancos comerciais, assim como estudaremos formas de simplificar o processo de candidatura. Após um concurso internacional, seleccionámos uma empresa para desenvolver o software para a nova central de registo de crédito, que deverá estar concluído no início de 2022. O Gabinete de Inclusão Financeira do BCSTP completou a estratégia nacional de inclusão financeira em maio de 2021 e as Políticas do Setor Externo que foram ratificadas no simpósio nacional em junho de 2021.

Restrições cambiais

34. O Conselho de Administração do FMI concedeu uma aprovação temporária das restrições cambiais e de uma prática de taxas de câmbio múltiplas. O Conselho de Administração do FMI concedeu a aprovação temporária destas medidas em fevereiro de 2021 durante 12 meses, ou até à próxima consulta ao abrigo do Artigo IV, consoante o que ocorrer primeiro. Por conseguinte, uma nova aprovação, se necessária, será solicitada durante a consulta ao abrigo do Artigo IV prevista para o segundo semestre de 2021. Os esforços para reforçar as reservas, acima indicados, irão também ajudar a preparar a eliminação das restrições.

D. Dívida Externa

35. Atendendo ao elevado nível da dívida, o Governo continuará a contrair empréstimos com prudência. Iremos contrair empréstimos apenas em condições concessionais. A continuação da reforma da EMAE (ver parágrafos 41-43) irá reduzir o passivo orçamental. Todas estas medidas irão assegurar que o valor atual da dívida externa em relação ao PIB ficará abaixo do limiar de elevado risco de sobre-endividamento em 2024 (ver tabela do Plano de Endividamento). Envidaremos esforços para manter os desembolsos de dívida externa abaixo de 2% do PIB e limitar a contração de novos empréstimos a 3% do PIB. Estes parâmetros serão ajustados de acordo com a evolução da vulnerabilidade da dívida. Também continuamos ativamente a encetar contactos com os credores bilaterais para regularizar as dívidas pós-HIPC.

36. O Governo está a implementar medidas para reforçar a gestão da dívida. No seguimento das principais recomendações da avaliação do desempenho da gestão da dívida (DeMPA), publicámos uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo. Com o apoio do Banco Mundial, estamos a criar uma base de dados sobre a dívida que irá melhorar a nossa capacidade de realizar projeções do serviço da dívida e análises de risco, assim como comunicar informação pormenorizada sobre o stock da dívida. Quando a nova base de dados estiver pronta, iremos atualizar a nossa estratégia da dívida pública.

E. Implementação de Outras Reformas Estruturais

Planeamento do desenvolvimento

37. O nosso empenho em melhorar a igualdade de género e o empoderamento económico das mulheres permanece firme, não obstante alguns atrasos nos nossos esforços. A legislação será revista para combater as disparidades de género, incluindo, por exemplo, uma quota obrigatória para a representação das mulheres na Assembleia Nacional. O Instituto do Género irá lançar campanhas de sensibilização sobre igualdade de género, incluindo a integração nos programas curriculares para informar todos os cidadãos dos seus direitos legais e oportunidades em setembro de 2021. O Ministério das Finanças registou atrasos na recolha de dados desagregados por género dos ministérios setoriais, mas até dezembro de 2021, começaremos a publicar dados sobre os salários médios anuais por género e a percentagem de cargos de gestão ocupados por mulheres, num sítio Web governamental, do Ministério das Finanças ou do Primeiro-Ministro. No âmbito do nosso objetivo de aumentar a capacidade em questões relacionadas com o género, o

pessoal do Ministério das Finanças frequentou uma formação de cinco dias realizada pelo FMI sobre elaboração de orçamentos integrando a perspetiva de género e continuaremos a desenvolver a nossa iniciativa de elaboração de orçamentos integrando a perspetiva de género, em articulação com o corpo técnico do FMI.

São Tomé e Príncipe: Plano de Endividamento 2021 (Para investimento, milhões de USD)		
	2021	
Nova dívida pública contraída ou garantida	Volume ¹	Valor atual ¹
Fontes de financiamento da dívida	16,0	10,4
Dívida concessional, da qual ²	16,0	10,4
Dívida não concessional, da qual ³	0,0	0,0
Dívida semi-concessional ³	0,0	0,0
Termos comerciais ⁴	0,0	0,0
Utilizações do financiamento da dívida	16,0	10,4
<i>Por memória</i>		
Projeções indicativas		
2022	17,1	11,1
2023	18,1	11,8
Fonte: Autoridades são-tomenses e cálculos do corpo técnico do FMI. ¹ Contratação e garantia de nova dívida. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%. ² Dívida com um elemento de donativo superior ao limiar mínimo de 35%. ³ Dívida com um elemento de donativo positivo inferior ao elemento de donativo mínimo. ⁴ Dívida sem um elemento de donativo positivo. Para as dívidas comerciais, o valor atual será definido como o valor nominal.		

38. Iremos dar continuidade aos esforços para reforçar a resiliência do país às alterações climáticas e proteger os nossos recursos naturais. O impacto das alterações climáticas reflete-se, sobretudo, no aumento das temperaturas e do nível do mar, na erosão costeira e na alteração dos padrões de precipitação, o que afeta a agricultura, as pescas e, em última análise, o turismo. Vários projetos com financiamento externo que estavam em curso em 2020 para reforçar a resiliência às alterações climáticas foram suspensos no seguimento da pandemia. Espera-se que os trabalhos sejam retomados em 2021. Incluem o Projeto de Gestão das Zonas Costeiras na África Ocidental (WACA) apoiado pelo Banco Mundial para aumentar a resiliência da costa ocidental africana, a instalação de um sistema de aviso precoce apoiado pelo PNUD, a melhoria das infraestruturas de saneamento apoiada pela União Europeia e UNICEF, e o COMPRAN, um projeto recentemente lançado e apoiado pela FIDA que visa reforçar o setor agrícola. Ao mesmo tempo, continuaremos a melhorar a nossa capacidade local para proteger o ambiente através da formação e da realização de campanhas de educação e sensibilização do público.

Ambiente de negócios para a promoção do turismo

39. A melhoria do ambiente de negócios e o apoio ao desenvolvimento de setores económicos essenciais, como o turismo, é fundamental para consolidar a recuperação e promover o crescimento sustentável. No entanto, as reformas sofreram atrasados devido à pandemia. As ações específicas incluem:

- Reconhecemos a importância crítica de retirar o país da lista de segurança aérea da União Europeia a fim de contribuir para a recuperação do setor do turismo e das exportações **(indicador de referência estrutural)**. No entanto, com a pandemia, não conseguimos atingir o nosso objetivo de finalizar este plano até março de 2021, sendo que agora esperamos ter o plano concluído até dezembro de 2021. Conseguimos realizar algumas melhorias no aeroporto ao longo do último ano para reforçar o distanciamento social. Estamos igualmente a atualizar as leis e os regulamentos para que estejam em conformidade com as diretrizes da UE e estamos a dar formação ao pessoal.
- Prosseguiremos os esforços para publicar um procedimento claramente codificado para a aprovação de investimentos, incluindo o acesso a terrenos, a fim de facilitar o investimento no turismo até dezembro de 2021.
- Completámos alguns passos iniciais para o desenvolvimento do portal GUNet (portal online para a criação de empresas) a fim de facilitar o registo de empresas e aumentar a transparência dos procedimentos de licenciamento no setor do turismo. Com o apoio do Banco Mundial, desenvolvemos a plataforma informática, mas fomos confrontados com atrasos no processo de validação, uma vez que a empresa que foi contratada para completar o trabalho até março de 2021 não o fez. Esperamos concluir este processo até dezembro de 2021. Elaborámos um plano de recuperação do turismo, centrado em 1) medidas para garantir a segurança dos turistas; 2) a implementação do nosso plano de vacinação, para incluir todos os empregados que trabalham no setor do turismo, e a promoção da realização de testes Covid-19 generalizados e a preços acessíveis; e 3) a nossa iniciativa "Limpo e Seguro", que concede certificações a hotéis e restaurantes cujo pessoal foi submetido a formação e cujas instalações cumprem os critérios sanitários. Estes estabelecimentos estão sujeitos a um controlo regular e a certificação pode ser revogada se as normas não forem cumpridas.
- Apresentámos o decreto-lei que cria a escola de turismo em maio de 2021. Uma vez entrado em vigor, será contratada uma entidade gestora, que será responsável pela criação da escola.
- Temos sido incapazes de implementar os nossos planos para melhorar a recolha e publicação de dados do setor do turismo devido a limitações de pessoal. No entanto, temos como objetivo: publicar trimestralmente os dados das chegadas de turistas (que serão acordados entre as agências relevantes, incluindo SEF, BCSTP, Turismo e INE) no prazo de dois meses após o fim do trimestre; 2) expandir o inquérito anual do BCSTP sobre as despesas dos turistas de modo a incluir informações sobre as visitas totais e a satisfação dos turistas até dezembro de 2021; e 3) publicar os resultados no prazo de três meses após a recolha dos dados.

- Trabalharemos com vista a rever a legislação laboral a fim de incentivar o investimento, salvaguardando a proteção adequada dos trabalhadores e melhorando a eficiência do sistema judicial para proteger melhor os direitos dos credores previstos na lei. Estamos também a trabalhar na revisão do Decreto-Lei n.º 28/2014 que rege as atividades hoteleiras e similares e esperamos concluir esta revisão até agosto de 2021.

40. Estão em curso outras ações a curto prazo para melhorar o sistema de pagamentos e reduzir os custos de transporte. O novo sistema de pagamentos, capaz de processar cartões de crédito internacionais, entrou em funcionamento em abril de 2021, o que ajuda as receitas do turismo e as despesas de consumo. Para além disso, pretendemos melhorar o porto da RAP, o que ajudará a reduzir o custo das importações (atualmente em média 20% mais caras do que em São Tomé) e garantir um regular abastecimento de bens.

Reforma do setor energético

41. Não obstante o progresso lento durante a crise da Covid-19, continuamos empenhados na estratégia de reforma global do setor energético, que visa fazer a transição da produção termoelétrica para fontes de energia mais sustentáveis. A nossa estratégia incide na implementação do Plano de Melhoria da Gestão (PMG) e do Plano de Produção de Energia ao Menor Custo (PPEMC), bem como na concretização de uma recuperação total dos custos da EMAE. Inclui quatro objetivos claros que se combinam para melhorar a capacidade de produção de eletricidade e conter o consumo, aumentar a eficiência das operações da EMAE, reduzindo as perdas e aumentando as taxas de cobrança, além de melhorar a estrutura tarifária para a eletricidade no país:

Objetivo 1: Reduzir o custo de produção de eletricidade e alterar a matriz energética de modo a incorporar mais fontes renováveis.

Meta: Reduzir o custo médio de energia produzida de 0,25 para 0,14 USD/kWH até 2024. Aumentar a proporção de energias renováveis de 5% para 45% até 2024.

Objetivo 2: Reduzir o consumo de eletricidade. (Tabela B).

Meta: Reduzir o consumo de eletricidade em 15% num prazo de 12 meses.

Objetivo 3: Melhorar a gestão da distribuição de eletricidade por parte da EMAE a fim de reduzir as perdas e melhorar as taxas de cobrança.

Meta: Reduzir as perdas (comerciais e técnicas) e melhorar a taxa de cobrança para reduzir as perdas. **(Tabela A. abaixo)**

Objetivo 4: Proceder à reforma da estrutura tarifária e reforçar o quadro regulamentar.

Meta: Obter, gradualmente, uma estrutura tarifária que reflita os custos até 2024.

Tabela A. São Tomé e Príncipe: Indicadores e Metas para o Setor Energético

(Em percentagem)

	Linha de base		Meta	
	2019	Dez. 20	Dez. 21	Jun. 22
Redução das perdas (comerciais + técnicas) para	33	33	29	23
Aumentar a taxa de cobrança para ^{1,2}	85	91	93	95
Reduzir a perda de gásóleo para	6,3	6,3	5	

¹Deterioração em 2019 devido à expansão da rede em 2018 levada a cabo pelo anterior Governo.² Não há nenhuma meta passível de ser gerida no atual contexto para o fim de 2020.

42. No âmbito do objetivo 2, a nossa ação prioritária a curto prazo para reduzir o consumo de eletricidade inclui:

- a. O lançamento do programa LED, conforme acordado anteriormente com o corpo técnico do FMI, para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED no país, nos termos dos parâmetros do programa LED até ao final de 2021 (**indicador de referência estrutural**). Trata-se de um programa apoiado por 2 milhões de USD em financiamento do Banco Mundial. Esperamos iniciar a distribuição de lâmpadas LED até ao final de 2021. O concurso foi concluído em novembro de 2020 e o contrato assinado em maio de 2021. Estamos agora a lançar o concurso para contratar mais dois consultores individuais, um para realizar uma inspeção técnica na fábrica de LED na China e o outro para preparar uma campanha de comunicação. Os contratos com os consultores deverão ser assinados em julho de 2021 para permitir a receção das lâmpadas LED em São Tomé no terceiro trimestre de 2021.
- b. A aprovação de uma lei que proíbe a importação de lâmpadas incandescentes/fluorescentes, até junho de 2022. Um consultor individual procedeu à redação da lei, que está agora a ser revista pelo Governo de STP. Também realizaremos ações de sensibilização junto das partes interessadas e dos importadores, consciencializando-os e ajudando-os a acederem a fornecedores de lâmpadas LED.

43. Desde março de 2021, o país tem vindo a registar persistentes falhas diárias no fornecimento de eletricidade e estamos a trabalhar diligentemente para ultrapassar esta situação. As falhas no fornecimento de eletricidade foram provocadas pela deterioração e falta de manutenção dos geradores de eletricidade a petróleo que se tornaram inoperacionais, reduzindo a capacidade de produção no país de 19 MW para 14 MW em março. Enquanto trabalhamos para estabilizar o fornecimento energético mediante a importação de peças de substituição e a reabilitação dos geradores avariados, acreditamos que soluções permanentes exigem a aceleração do desenvolvimento de fontes de energia alternativas e sustentáveis (uma central fotovoltaica e uma central hídrica), no âmbito da estratégia global de reforma do setor energético. Atualmente estamos a rever a nossa estratégia e medidas de reforma com vista a resolver as limitações de capacidade imediatas, em consulta com os parceiros de desenvolvimento.

Tabela B. São Tomé e Príncipe: EMAE/Setor da energia: Principais ações previstas e calendário, 2021		
Medidas	Ponto de situação	Nova data proposta
1. Definir os Termos de Referência da nova direção executiva da EMAE para implementar as medidas da reforma.	Atrasada devido a limitações de capacidade na EMAE e ao impacto da Covid-19.	Fim de setembro de 2021
2. O Governo estabelece com a EMAE um mecanismo para limitar o consumo e garantir o pagamento atempado das contas pelas entidades públicas.	Atrasada devido às restrições impostas pela pandemia.	Dar continuidade após a crise
3. Completar o programa LED, conforme acordado anteriormente com o corpo técnico do FMI, para substituir as lâmpadas incandescentes/ fluorescentes por lâmpadas LED no país, nos termos dos parâmetros do programa LED (indicador de referência estrutural) .	Contrato de fornecimento assinado com algum atraso na entrega prevista para permitir a fabricação das lâmpadas.	Final de 2021
4. Continuar a executar o plano de regularização de faturas em atraso com os clientes particulares.	Atrasada devido às restrições impostas pela pandemia.	Dar continuidade após a crise
5. Implementar o programa de contadores apoiado pelo BEI e o Banco Mundial, incluindo a finalização da instalação de 3 mil contadores nos grandes clientes e a instalação dos contadores de diesel para monitorizar o fornecimento e o consumo nas centrais térmicas.	Atrasada devido a requisitos adicionais identificados nos documentos de concurso. O processo de contratação está em curso.	Dar continuidade após a crise
6. Publicar um decreto que abrange: i) a definição da estrutura tarifária; ii) a definição das categorias de clientes; iii) os ajustamentos das tarifas sociais; e iv) as condições acordadas e o calendário geral para a obtenção da estrutura de recuperação dos custos.	Atrasada.	Final de 2021

Melhoria das estatísticas económicas

44. Continuamos a melhorar os dados económicos. Uma missão de AT do FMI ajudou-nos a implementar o sistema geral de divulgação dos dados (e-GDDS, na sigla inglesa) para promover uma maior acessibilidade dos dados e identificar áreas prioritárias de melhoria em matéria de qualidade dos dados. Continuamos a enviar os dados fundamentais para monitorização através de uma Página do Resumo Nacional de Dados (PRND) utilizando o formato de intercâmbio de dados e metadados estatísticos (SDMX) para a transferência de dados máquina a máquina. Embora se tenham registado atrasos este ano devido à pandemia, iremos redobrar os nossos esforços de modo a garantir a adesão aos compromissos previstos no cronograma de publicações (descrito [aqui](#)). Também tencionamos melhorar as estatísticas da balança de pagamentos, incluindo o registo

das importações relacionadas com o IDE da exploração de petróleo e a melhoria das estimativas das receitas de turismo.

Desenvolvimento das capacidades

45. A assistência técnica prática contínua é essencial para o desenvolvimento das capacidades. Atendendo à limitação de capacidades do pessoal, a formação prática tem-se revestido de uma particular importância. Consequentemente, tentaremos complementar a assistência técnica de curta duração com assistência técnica a longo prazo ou com especialistas itinerantes, que não só fazem o diagnóstico dos problemas, mas também apoiam a implementação das recomendações. Para além disso, solicitaremos especialistas que falem português de modo a facilitar as interações, agilizar a identificação do cerne dos problemas e ajudar na transferência de conhecimento. Também discutimos e atualizámos com o corpo técnico do FMI a nossa estratégia de desenvolvimento de capacidades a médio prazo, que inclui a administração das receitas – designadamente, a implementação do IVA – reformas da GFP para melhorar a preparação e a execução do orçamento, a regulação e supervisão bancária e o reforço da exatidão das estatísticas da balança de pagamentos.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

46. A monitorização do programa será semestral, através de critérios de desempenho quantitativos e/ou contínuos e de metas indicativas (Tabela 3) e de indicadores de referência estruturais (Tabela 4). As metas quantitativas estão definidas para o final de junho de 2021, dezembro de 2021 e junho de 2022, enquanto as metas para o final de setembro de 2021 e março de 2022 são indicativas. A quarta avaliação deve ser concluída em ou após 15 de setembro de 2021, a quinta avaliação deve ser concluída em ou após 15 de abril de 2022 e a sexta avaliação em ou após 15 de outubro de 2022.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2020–21¹
(Milhões de novas obras, acumulado desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2020				2021			
	Dezembro				Março			
	Meta Programa				Meta Indicativa			
	1ª Ava. ajustadores	Com	Prel.	Estado	2ª Ava. ajustadores	Com	Prel.	Estado
Critérios de Desempenho:								
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ²	-565	-647	-324	Cumprida	-141	-166	-129	Cumprida
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5}	-65	-173	-251	Cumprida	60	118	77	Cumprida
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2,4}	25	22	37	Cumprida	25	22	26	Cumprida
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamento externos do Governo Central (milhões de USD) ^{5,6,7,8}	0	0	0	Cumprida	0	0	0	Cumprida
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em valores atuais em milhões de USD) ^{5,6,7,8,9}	0	0	0	Cumprida	0	0	0	Cumprida
Não: (i) introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais; (ii) introduzir ou alterar práticas de moeda múltipla; (iii) estabelecer acordos bilaterais de pagamento que violem o Artigo VIII; ou (iv) impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos				Cumprida				Cumprida
Metas Indicativas:								
Teto da variação dos novos atrasados internos do Governo Central	-60		-137	Cumprida	0	...	-14	Cumprida
Piso das despesas pró-pobre	700		864	Cumprida	150	...	167	Cumprida
Piso das receitas fiscais	1152		1346	Cumprida	350	...	262	Não cump.
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em valores atuais em milhões de USD) ^{5,7,8,10}	8		0	Cumprida	2	...	0	Cumprida
Por memória:								
Teto da base monetária em obras (stock)	1321		1681		1387	...	1609	
Transferência da CNA para o orçamento (milhões de USD)	3.8		3.0		3.2	...	2.6	
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹	91		56		33	...	14	
Apoio externo oficial ao programa ¹¹	1144		1003		49	...	56	
Desembolso do programa do FMI	421		362		0	...	56	
Donativos para apoio orçamental	723		641		49	...	0	
Regularização dos atrasados internos (-, exclui pagamento da dívida à ENCO)	-70		-115		0	...	2	
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	28		35		8	...	3	
Teto das despesas com pessoal	980		978		300	...	235	

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de dezembro de 2019 será avaliado na primeira avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais. A meta foi alterada para refletir a nova política da Dívida.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ Termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados nos parágrafos 12 e 17 do MTE.

¹⁰ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento.

¹¹ Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais

Objetivos e Medidas de Política	Calendário	Racional Macro	AT	Estado
Reforço das Finanças Públicas				
Implementar medidas chave do Plano de Melhoria de Gestão e o Plano de Produção de Menor Custo da EMAE (MPEF 145, tabela das ações principais)	Contínuo	Conter o risco orçamental	Com o apoio do Banco Mundial	Não cumprido
Introduzir o IVA de acordo com a lei de outubro de 2019 (MPFE 117)	Fim de julho de 2021	Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial	
Manter os atuais preços a retalho dos combustíveis inalterados desde que os custos (incluindo impostos e taxas) se mantenham abaixo dos preços e aumentar os preços se os custos aumentarem, em linha com o mecanismo de ajustamento automático dos preços	Contínuo	Aumentar as receitas	Sem AT	Cumprido
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf): i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1; ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019) (incluindo relacionados com a Covid-19); iii) a validação <i>ex post</i> da execução dos contratos — todos i) a iii) a serem publicados no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis para o COSSIL e; iv) o relatório mensal de despesas relacionadas com a COVID-19 no prazo de 45 dias (MPEF 122).	Contínuo	Aumentar a transparência e a prestação de contas	Sem AT	Não cumprido. Implementado com atraso
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (Mdf) as informações sobre a propriedade e os beneficiários efetivos das empresas às quais são adjudicados contratos públicos (os mesmos contratos suprarreferidos)	Contínuo	Aumentar a transparência e a prestação de contas	LEG	Não cumprido. Implementada com atraso
Reforço da Política Monetária e da Estabilidade Financeira				
Realizar testes de stress aos bancos, com o contributo do FMI, a fim de identificar possíveis pressões sobre o risco de crédito devido às consequências da pandemia da Covid-19.	Fim de março de 2021	Apoiar a estabilidade do setor financeiro	MCM	Não cumprido
Enviar a Lei Orgânica do BCSTP à Assembleia Nacional (MPFE 127)	Fim de fevereiro de 2021	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG	Não cumprido
Enviar a Lei das Instituições Financeiras revista, em consulta com o corpo técnico do FMI, para a Assembleia Nacional (MPFE 127)	Fim de março de 2021	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG	Não cumprido
Ativar o kit de instrumentos de gestão da liquidez para reduzir o excesso de liquidez durante 2021, abaixo dos níveis do fim de 2020, incluindo mediante o roll-over dos CD existentes e a emissão de CD, conforme seja necessário.	Fim de dezembro de 2021	Estabilizar o excesso de liquidez e apoiar o regime de paridade cambial	MCM	
Facilitar a Atividade Empresarial				
Elaborar um plano para retirar o país da lista de segurança aérea da União Europeia	Fim de março de 2021	Facilitar a recuperação do turismo	Com o apoio do Banco Mundial	Não cumprido

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2021–22
(Milhões de novas Dobras, cumulativo desde o princípio do ano, salvo indicação em contrário)

	2021			2022	
	Junho	Set	Dez	Mar	Jun
	Critérios de Desempenho	Metas Indicativas	Critérios de Desempenho	Metas Indicativas	Critérios de Desempenho
	1ª	2ª	2ª	Prop.	Prop.
	Avaliação	Ava.	Ava.		
Critérios de Desempenho:					
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE) ²	-225	-300	-379	-80	-160
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3, 4, 5}	200	300	354	80	160
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2, 4}	25	24	23	25	26
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamento externos do Governo Central (milhões de USD) ^{6, 7, 8}	0	0	0	0	0
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5, 6, 7, 8, 9}	0	0	0	0	0
Não: (i) introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais; (ii) introduzir ou alterar práticas de moeda múltipla; (iii) estabelecer acordos bilaterais de pagamento que violem o Artigo VIII; ou (iv) impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos		Contínuo			
Metas Indicativas:					
Teto da variação dos novos atrasados internos do Governo Central	-20	-30	-60	0	-20
Piso das despesas pró-pobre	300	450	600	0	315
Piso das receitas fiscais	700	1050	1400	344	751
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (em termos de valor atual em milhões de USD) ^{5, 7, 8, 10}	4	7	9	3	6
Por memória:					
Teto da base monetária em dobras (stock)	1,454	1,520	1,586	1,619	1,612
Transferência da CNA para o orçamento (milhões de USD)	3.2	3.0	3.2	2.7	2.7
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹	65	98	130	41	82
Apoio externo oficial ao programa ¹¹	105	105	261	148	148
Desembolso do programa do FMI	56	56	112	56	56
Donativos para apoio orçamental	49	49	149	92	92
Regularização dos atrasados internos (-, exclui pagamento da dívida à ENCO)	0	-10	-73
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	15	20	30	6	14
Teto dos custos com pessoal	599	770	1,070	260	519

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho na data de teste de junho de 2020 será avaliado na segunda avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais. A meta foi alterada para valor atual para refletir a nova política da dívida.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ Termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados nos parágrafos 12 e 17 do MTE.

¹⁰ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento.

¹¹ Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais para 2021

Objetivos e Medidas de Política	Calendário	Racional Macro	AT
Ações prévias			
Assinar o protocolo de troca de informações entre a Direção das Alfândegas e a Direção dos Impostos para permitir o início da cobrança do IVA nas Alfândegas.			
Reforço das Finanças Públicas			
Lançar o programa LED, conforme acordado anteriormente com o corpo técnico do FMI, para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED no país, nos termos dos parâmetros do programa LED.	Fim de dezembro de 2021	Conter o risco orçamental	Com o apoio do Banco Mundial
Introduzir o IVA de acordo com a lei de outubro de 2019 (MPEF 117).	Fim de outubro de 2021	Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial
Manter os atuais preços a retalho dos combustíveis inalterados desde que os custos (incluindo impostos e taxas) se mantenham abaixo dos preços e aumentar os preços se os custos aumentarem, em linha com o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, para impedir os subsídios aos combustíveis.	Contínuo	Aumentar as receitas	Sem AT
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF): i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1; ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019) (incluindo relacionados com a Covid-19); iii) a validação <i>ex post</i> da execução dos contratos – todos i) a iii) a serem publicados no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis para o COSSIL e; iv) o relatório mensal de despesas relacionadas com a Covid-19 no prazo de 45 dias (MPEF 122).	Contínuo	Aumentar a transparência e prestação de contas	Sem AT
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF) as informações sobre a propriedade e os beneficiários efetivos das empresas às quais são adjudicados contratos públicos (os mesmos contratos suprarreferidos), no prazo de duas semanas (MPEF 122).	Contínuo	Aumentar a transparência e prestação de contas	LEG
Reforço da Política Monetária e da Estabilidade Financeira			
Realizar testes de stress aos bancos, com o contributo do FMI, a fim de identificar possíveis pressões sobre o risco de crédito devido às consequências da pandemia da Covid-19.	Fim de dezembro de 2021	Apoiar a estabilidade do setor financeiro	MCM
Enviar a Lei Orgânica para a Assembleia Nacional (MPEF 127).	Fim de setembro de 2021	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG
Enviar a Lei das Instituições Financeiras revista para a Assembleia Nacional, que reforça o regime jurídico para a regulação e supervisão bancária, incluindo os poderes, as responsabilidades e as funções do BCSTP e os requisitos prudenciais para os bancos. O projeto de lei deve ser elaborado em consulta com o corpo técnico do FMI.	Fim de dezembro de 2021	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG
Ativar o kit de instrumentos de gestão da liquidez para reduzir o excesso de liquidez durante 2021, abaixo dos níveis do fim de 2020, incluindo mediante o roll-over dos CD existentes e a emissão de CD, conforme seja necessário.	Fim de dezembro de 2021	Estabilizar o excesso de liquidez e apoiar o regime de paridade cambial	MCM
Facilitar a Atividade Empresarial			
Elaborar um plano para retirar o país da lista de segurança aérea da União Europeia (MPEF 139).	Fim de dezembro de 2021	Facilitar a recuperação do setor do turismo	Com o apoio do Banco Mundial

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

- 1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e os mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídos na Tabela 3**, anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2019–23. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos acumulados a partir do início de cada ano civil.
- 2. A taxa de câmbio do programa** para efeitos do presente MTE¹ será aquela em vigor no final de 2018, nomeadamente 21,6925 novas dobras por USD, 24,5 novas dobras por euro, 29,17221 novas dobras por DSE e 30,1865 novas dobras por UC.

FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

- 3. Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas a critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI com a frequência descrita abaixo** (parágrafo 26), com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para os outros dados. Quaisquer revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. As autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre como medir e reportar variáveis relevantes para avaliar o desempenho relativamente aos objetivos do programa, mas que não constam especificamente no presente Memorando. Os critérios de desempenho incluídos no programa são definidos a seguir, especificamente: i) o limite inferior (piso) do saldo primário interno; ii) o limite superior (teto) da variação do financiamento bancário líquido do governo central; iii) o piso de reservas internacionais líquidas do banco central, iv) o teto do saldo de atrasados de pagamentos externos do governo central e v) o teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou o BCSTP.

DEFINIÇÕES

- 4. Para efeitos do presente MTE, externo e interno** serão definidos com base no princípio de residência.
- 5. O governo central, para efeitos do presente MTE**, inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades governamentais e outros organismos que constituem agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. O governo central não inclui as operações do sector empresarial público.

¹Este dado refere-se ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página do BCSTP na internet no último dia de 2018.

6. O termo dívida define-se em conformidade com o parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas através da Decisão n.º 16919-(20/103) do Conselho de Administração do FMI (28 de outubro de 2020).

“Por ‘dívida’ entende-se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e/ou juros decorrentes da obrigação contratual.”

7. A receita interna do Governo (incluindo a sobretaxa sobre os produtos petrolíferos e excluindo as receitas petrolíferas) inclui todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), exceto: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) quaisquer fluxos de entrada brutos para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado na Tabela de Operações Financeiras do Estado elaborada pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul.

8. A despesa primária interna abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e donativos externos para projetos, 2) o custo assumido pelo orçamento para o pagamento dos pequenos depositantes após a liquidação do Banco Equador e 3) os pagamentos de juros programados. A divulgação de dados sobre as despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do Orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul. Todas as despesas de capital financiadas por donativos de apoio orçamental (incluindo da União Europeia) são tratadas como parte da despesa primária interna, sem exceção.

São Tomé e Príncipe: Apoio externo oficial ao programa

	2020	2020	2021	2021	2022	2022	Moeda
	\$1		\$1		\$1		
Donativos projetados em apoio ao orçamento							
Banco Mundial	0,0	10,0	0,0	10,0	0,0	6,06	milhões de USD
União Europeia	3,0	5,2	0,0	4,3	0,0	4,10	milhões de euros
Banco Africano de Desenvolvimento	0,0	13,5	1,8	0,0	3,7	0,0	milhões de UC
FMI, programa ECF	0,0	3,4	1,9	3,8	1,9	3,81	milhões de DSE
FMI, RCF	9,0	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	milhões de DSE

Fonte: Fontes: Autoridades são-tomenses; estimativas do BAfD, Banco Mundial e corpo técnico do FMI.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

9. Critério de desempenho relativo ao piso do saldo primário interno. Este critério de desempenho refere-se à diferença entre a receita interna (incluindo a sobretaxa do imposto petrolífero e excluindo as receitas petrolíferas) e a despesa primária interna do Governo. O pagamento planeado da dívida à ENCO (diferencial de preço) (parágrafo 22) é deduzido da receita da sobretaxa do imposto petrolífero. Por forma a controlar os gastos, o Ministério das Finanças não aprovará a tomada de empréstimos por qualquer entidade pública do governo central a não ser o Tesouro (MPEF, parágrafos 14, 17). Por conseguinte, para fins de monitorização do programa, o endividamento contraído por qualquer entidade pública que não o Tesouro registado na síntese monetária como empréstimos ao governo central será acrescido ao défice primário interno como despesa adicional. A título de referência, o saldo primário interno no final de 2020 com base num **resultado hipotético** seria de -324 milhões de novas dobras, desagregado como segue:

São Tomé e Príncipe: Saldo primário interno (2020, milhões de novas dobras)				
		ECF	Estimativas	Dif.
		Segunda		
		aval.		
I	Total de receitas (=1+2)	1526	1596	69
I.A	d/q: Receitas públicas internas (=I-2.1+3)	1525	1565	39
1	Receitas fiscais	1300	1346	46
2	Receitas não fiscais	226	250	24
2.1	d/q: receita do petróleo	23	37	8
3	Amortização da dívida à ENCO	22	0	-22
II	Total de despesas internas (=4+5+6+7)	1997	1924	-73
II.A	d/q: Despesas primárias internas (=II-4.2)	1956	1889	-67
4	Despesas correntes	1774	1731	-43
4.1	Custos com pessoal	980	956	-24
4.2	Juros devidos	42	35	-7
4.3	Bens e serviços	255	237	-18
4.4	Transferências	318	325	7
4.5	Outras despesas correntes	179	178	-1
5	Despesas de capital internas	27	20	-7
5.1	Financiadas pelo Tesouro	28	20	-8
5.2	Financiadas por receitas de privatização	-1	0	1
6	Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	18	13	-5
7	Desp. rel. à Covid-19 financiadas pelo Tesouro 1/	178	160	-17
III	Saldo primário interno (= I.A-II.A)	-475	-324	150,5

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas do corpo técnico do FMI.
1/ Não inclui 23,6 milhões de novas dobras em salários e ordenados ligados à Covid-19, os quais estão incluídos nos custos com pessoal.

10. Critério de desempenho relativo ao teto da variação do financiamento bancário líquido do governo central (CLG). Este critério de desempenho refere-se ao aumento (diminuição) do financiamento bancário líquido do governo central, que corresponde ao stock de todos os créditos concedidos ao governo central detidos pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos o stock de todos os depósitos detidos pelo governo central no BCSTP e nas OSD, mais o aumento, se houver (com a aprovação do Ministério das Finanças) do crédito das OSD às entidades públicas. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP), os depósitos de donativos e empréstimos para projetos, os passivos contingentes e as operações da Segurança Social não são incluídos no CLG. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em novas dobras à taxa de câmbio do programa. Os dados pertinentes são reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. A título de referência, no final de 2018 o saldo do crédito bancário líquido ao governo central (excluindo a CNP) era de 482 milhões de novas dobras, e a variação do crédito bancário líquido era de -251 milhões de novas dobras, como se segue:

São Tomé e Príncipe: Financiamento bancário líquido
(milhões de novas dobras)

	2019	2020
I Crédito líquido ao governo pelo BCSTP (=I.1-I.2)	11	(132)
I.1 Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	305	280
I.2 Depósitos do governo no BCSTP (excluindo a CNP)	294	412
Contas do Tesouro em nova dobras	25	76
Contas do Tesouro em divisas (excluindo a CNP)	173	273
Depósitos de contrapartida	96	63
II Crédito líquido ao governo pelas OSD	722	615
II.1 Crédito das OSD ao governo	908	780
II.2 Depósitos do governo junto às OSD	186	165
III Financiamento bancário líquido ao governo (excl. a CNP) (=I+II)	733	482
IV Variação em 2020 no financiamento bancário líq. do governo central (CLG)	...	(251)

Fonte: Autoridades são-tomenses e cálculos do corpo técnico do FMI.

11. Critério de desempenho relativo ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP. Para efeitos de monitorização do programa, as RIL do BCSTP são definidas como ativos externos transacionáveis do BCSTP de curto prazo (ou seja, maturidades originais iguais ou inferiores a um ano) menos os passivos externos de curto prazo, incluindo todas as obrigações junto ao FMI. Todos os ativos externos de curto prazo que não sejam integralmente conversíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os ativos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC em DSE, e os ativos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Os títulos cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original serão avaliados pelo seu valor corrente de mercado, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. Os saldos: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos

bancários relacionados às exigências de fundos próprios ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira, são excluídos da definição do programa das RIL. Todos os valores serão convertidos para dólares dos Estados Unidos ao ponto médio efetivo das taxas de câmbio de mercado vigentes à data de teste. A título de referência, no final de 2020 as RIL ascendiam a 813 milhões de novas dobras (ou 37 milhões de USD, à taxa de câmbio de 21,6925 nova dobras por USD), calculadas da seguinte forma:

São Tomé e Príncipe: Reservas internacionais		Dez/20
(milhões de novas dobras)		
I	Reservas internacionais brutas	1502
	Numerário	35
	Depósitos à ordem	851
	Depósitos a prazo (excl. Conta Nacional do Petróleo)	243
	Títulos exceto ações	371
	Juros decorridos de títulos	-21
	Posição de reserva no FMI	0
	Haveres em DSE	23
II	Passivos cambiais	689
	Passivos bilaterais de curto prazo	20
	Passivos para com o FMI	537
	Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	133
	Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira	0
III	Reservas internacionais líquidas (RIL) (=I - II)	813
IV	Outros ativos externos líquidos	281
	Outros ativos externos	485
	Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afetação de DSE)	204
	Ativos externos líquidos (III+IV)	1094
	<i>Por memória:</i> Conta Nacional do Petróleo (CNP)	329

Fonte: Autoridades são-tomenses e cálculos do corpo técnico do FMI.

12. Critério de desempenho relativo ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP. Esse critério de desempenho contínuo engloba a contratação ou garantia de nova dívida externa com qualquer maturidade (incluindo posições a descoberto, mas excluindo o crédito de curto prazo ligado à importação e a fornecedores) pelo governo central e/ou pelo BCSTP. Uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35%. O elemento concessional ou de donativo é a diferença entre o valor nominal da dívida e o seu valor atual líquido, expresso como percentagem do valor nominal. O teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional aplica-se ao valor atual de toda a nova dívida externa não concessional. O valor atual líquido da dívida na data da sua contratação é calculado descontando-se os fluxos de pagamentos do serviço da dívida no momento da sua contratação. A taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%. Para os fins

do programa, considera-se que a dívida é contraída na data de assinatura do contrato, salvo se especificado no contrato que ela entra em vigor após a sua ratificação pelo Parlamento. Neste caso, considera-se que a dívida é contraída na data da sua ratificação pelo Parlamento. Este critério de desempenho não se aplica aos recursos do FMI. A dívida em processo de reescalonamento ou reestruturação está excluída deste teto, na medida em que essa dívida não concessional seja utilizada em operações de gestão da dívida que visem melhorar o perfil da dívida pública global. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (conforme apropriado), calculada em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio vigentes publicadas pelo BCSTP. O Governo consultará o corpo técnico do FMI antes de contrair ou garantir novas obrigações de dívida.

13. Critério de desempenho relativo ao teto da acumulação de novos atrasados de pagamentos externos do governo central. Trata-se de um critério de desempenho contínuo.

Os novos atrasados de pagamentos externos do governo central são obrigações do serviço da dívida externa (capital e juros) que não foram pagas no momento devido, conforme estabelecido no acordo contratual, sujeitas a qualquer período de carência aplicável. Este critério de desempenho não se aplica a atrasados resultantes do não pagamento do serviço da dívida para o qual tenha sido firmado um quadro de regularização assinado pelo devedor e o credor antes do vencimento do pagamento pertinente ou para o qual o Governo tenha tentado obter um acordo de reescalonamento ou reestruturação até março de 2019.

METAS INDICATIVAS

14. O teto relativo a novos atrasados internos do governo central é definido como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos em base de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

15. Dentro da despesa primária interna, o piso relativo às despesas pró-pobres diz respeito ao piso dos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito direto na redução da pobreza, tal como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de investimento, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes pró-pobres:** Abrangem as seguintes classificações funcionais e categorias de despesas (por código orçamental) descritas na matriz a seguir:
- b. **Despesas de capital pró-pobres financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projetos que se considere terem um impacto direto no alívio da pobreza nos seguintes setores: educação, saúde, redes de proteção social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável e eletrificação.

Classificação económica das despesas								
Código	Classificação económica das despesas correntes	Educação	Saúde	Segurança e Assistência Social	Habituação e Serviços Comunitários	Cultura e Desporto	Combustíveis e Energia	Agricultura e Pescas
310000	Despesas com Pessoal	X	X					
331210	Bens Duradouros de Especialidade	X	X					
331290	Outros Bens Duradouros	X	X					
331120	Combustíveis e Lubrificantes ¹	X	X					
331130	Viveres, Géneros Alimentícios ¹ e Alojamento	X	X					
331140	Material de Consumo Corrente Especializado (Específicos de Cada Sector)	X	X					
331190	Outros Bens de Consumo Não Duradouros	X	X					
332110	Serviços de Água e Energia	X	X					
332120	Serviços de Comunicação	X	X					
332130	Serviços de saúde	X	X					
332220	Serviços de Manutenção e Conservação	X	X					
333900	Outras Despesas Correntes Diversas	X	X	X				
352200	Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos (Particulares)		X	X				
352310	Pensão de Reforma e Antigos Combatentes		X	X				
352320	Abono de Família		X	X				
352330	Bolsas de Estudos	X						
352390	Outras Transferências Correntes para Famílias		X	X				
353100	Fundo de Desemprego		X	X				
Código	Classificação económica das despesas de capital							
411110	Estudo de Viabilidade e Assistência Técnica	X	X	X	X	X	X	X
411120	Aquisição e Construção de Imóveis	X	X	X	X	X	X	X
411200	Obras de Reabilitação e Instalações	X	X	X	X	X	X	X
411300	Meios e Equipamentos de Transportes	X	X	X	X	X	X	X
411400	Máquinas e equipamentos	X	X	X	X	X	X	X
411900	Outros Bens de Capital Fixo	X	X	X	X	X	X	X
412000	Saldos	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Diário da República de São Tomé e Príncipe nº 21 - 27 de Maio de 2008, páginas 12-13.
¹ Excluem os gastos com combustíveis e lubrificantes destinados a fins administrativos. Excluem igualmente os alimentos, vestuário e calçados fornecidos ao pessoal administrativo.

16. O piso relativo às receitas fiscais aplica-se às receitas fiscais incluindo impostos diretos e indiretos, bem como a recuperação de impostos atrasados e esforços de arrecadação adicionais.

17. A nova dívida externa concessional contraída ou garantida pelo governo central ou o BCSTP mede o valor atual dessa dívida com um elemento concessional mínimo de 35%, e os limites a tal dívida são aplicados cumulativamente, a partir do início de cada ano civil. O teto da contratação ou garantia de nova dívida externa concessional aplica-se ao valor atual de toda a nova dívida externa concessional. O valor atual da dívida é calculado na data da sua contratação, descontando-se os fluxos de pagamentos futuros do serviço da dívida; a taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%.

POR MEMÓRIA

18. Os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa pelo governo central são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, conforme definido no critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central.

19. O apoio externo oficial ao programa é definido como donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, incluindo desembolsos do FMI no âmbito dos acordos ECF e RCF e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento. Os donativos de apoio orçamental incluem ajuda em espécie quando os produtos são vendidos pelo Governo e as receitas são usadas para financiar uma rubrica de despesa orçamental.

20. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro são parte da despesa primária interna e abrangem projetos de investimento público que não sejam diretamente financiados por donativos para projetos nem por empréstimos concessionais para projetos. Incluem a participação do Governo em projetos de investimento financiados sobretudo por donativos ou empréstimos. Incluem gastos em novas construções, reabilitação e manutenção. As despesas com vencimentos e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projetos não serão classificadas como despesa de capital.

21. O teto relativo à base monetária é definido como a soma da moeda emitida – que consiste em notas e moedas em poder do público e o numerário nos cofres-fortes – e das reservas bancárias expressas em novas dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais (em nova dobras) detidas no Banco Central e incluem as reservas excedentárias sobre as reservas mínimas de caixa.

22. Conforme discutido no parágrafo 9, **o pagamento planeado da dívida à ENCO** corresponde ao montante esperado que deve ser deduzido da sobretaxa do petróleo para o reembolso da dívida à ENCO no decorrer do ano. Os pagamentos em montantes superiores ao planeado não são excluídos da receita e serão incluídos no serviço da dívida interna. O pagamento anual planeado é de 1,2 milhões de USD e 1,3 milhões de USD em 2021 e 2022, respetivamente, e a metade desse montante será paga durante o primeiro semestre.

23. A regularização dos atrasados internos será medida como as variações no stock dos atrasados de pagamentos do Governo aos fornecedores internos, excluídos os pagamentos da dívida à ENCO, conforme definido no parágrafo 14.

24. O teto dos gastos com pessoal será o montante fixado como limite máximo para medir os custos com pessoal como parte das despesas correntes do governo central.

USO DOS FATORES DE AJUSTAMENTO

25. O critério de desempenho relativo ao saldo primário interno terá um fator de ajustamento. O piso do saldo primário interno será ajustado em alta se os donativos de apoio ao orçamento forem inferiores ao projetado, e em baixa se o Governo receber donativos de apoio ao orçamento e receitas de privatização em 2021 e em 2022 superiores ao projetado; o ajustamento em baixa será limitado a 26 milhões de novas dobras (um pouco mais de 0,25% do PIB de 2020) no segundo semestre de 2021 e a 26 milhões de novas dobras no primeiro semestre de 2022.² O ajustamento em alta será limitado a 51 milhões de novas dobras em 2021. Para fins do programa, projeta-se que os recursos de privatização sejam 0 em 2021 e 2022.

26. Os critérios de desempenho sobre o financiamento bancário líquido do governo central e as reservas internacionais líquidas do banco central serão objeto dos seguintes

² Os donativos e as despesas relacionadas com os custos da realização de eleições serão excluídos dos cálculos do défice primário interno.

ajustamentos, com base nos desvios calculados cumulativamente a partir do final de dezembro de 2020 ou do final de dezembro de 2021, conforme apropriado (Tabela 3 do MPEF, Anexo I):

- **Ajustamentos dos tetos da variação do crédito bancário líquido ao governo central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efetivos e projetados do recebimento das transferências da CNP, dos donativos de apoio ao orçamento, dos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e dos atrasados internos serão convertidas em novas dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2020 ou do final de dezembro de 2021, conforme apropriado, até à data de teste. O teto será ajustado:
 - i) em baixa (em alta) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa (excl. HIPC);
 - ii) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) nas transferências orçamentais da CNP;
 - iii) em baixa pelo desvio em alta dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 26 e 26 milhões de novas dobras no segundo semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022, respetivamente; em alta pelo desvio em baixa dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 51 milhões de novas dobras;
 - iv) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) dos atrasados internos;

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a 5 milhões de USD à taxa de câmbio do programa. Caso o FMI efetue uma nova afetação de DSE aos seus países membros, o teto das variações no CLG em 2022 será ajustado em alta pelo montante da afetação de DSE retrocedida ao governo central pelo BCSTP, mas o montante adicional não poderá exceder 8,1 milhões de USD.

- **Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos efetivos e projetados das transferências da CNP para o orçamento, os donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em novas dobras, serão convertidas em USD à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2020 ou do final de dezembro de 2021, conforme apropriado, até à data de teste. O piso será ajustado em alta (em baixa):
 - i) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa do Governo central;
 - ii) pelos desvios em alta (em baixa) das transferências orçamentais da CNP;
 - iii) pelos desvios em alta (em baixa) dos donativos e empréstimos em apoio ao orçamento. Projeta-se que os empréstimos de apoio ao orçamento sejam 0 em 2020 e 2021;

- iv) será ajustado em alta pelo montante de 10 milhões de USD se houver uma nova afetação de DSE para São Tomé e Príncipe em 2022, caso o FMI efetue uma nova afetação aos seus países membros.

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a 10 milhões de USD à taxa de câmbio do programa, com a ressalva de que, caso a afetação adicional de DSE ocorra, o limite será aumentado para 20 milhões de USD nos termos do fator de ajustamento iv) supra.

REPORTE DE DADOS

27. As informações a seguir listadas serão fornecidas ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

- 1) **Dados orçamentais:** As Direções do Tesouro e do Orçamento do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerão a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês ou trimestre, com exceção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:
 - Dados mensais sobre as operações do governo central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos consignados, em base de compromissos e de caixa.
 - Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP.
 - Dados mensais pormenorizados sobre receitas fiscais e não fiscais.
 - Dados mensais pormenorizados sobre a despesa de capital com financiamento interno, em base de compromissos e de caixa.
 - Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo e por credor.
 - Dados trimestrais sobre atrasados implícitos com a ENCO por conta dos preços dos combustíveis no retalho, não abrangendo os eventuais custos de importação, margens de distribuição e impostos aplicáveis.
 - Dados trimestrais sobre os atrasados da EMAE com a ENCO.
 - Dados mensais sobre o apoio externo oficial ao programa (não relacionado a projetos).
 - Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projeto e por fonte de financiamento.

- Dados trimestrais sobre a execução das despesas de investimento financiadas pelo Tesouro, por tipo de projeto, montante, cronograma de execução e progressos na execução.
- Dados trimestrais sobre donativos para projetos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC).
- Dados trimestrais sobre o alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC.
- Informação trimestral sobre a mais recente estrutura de preços de petróleo pendente e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana depois de estarem disponíveis).
- Dados trimestrais sobre as despesas pró-pobres.

2) **Dados monetários:** O BCSTP apresentará as suas contas monetárias ao corpo técnico do FMI no prazo de três semanas após o final de cada mês. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no caso de dados mensais; no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano, no caso de dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:

- Dados diários sobre as taxas de câmbio, a serem publicados na página do BCSTP na internet.
- Dados diários sobre as taxas de juro, a serem publicados na página do BCSTP na internet.
- Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo a base monetária (em nova dobras) e a moeda em circulação, a ser publicada na página do BCSTP na internet.
- Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada na página do BCSTP na internet.
- Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas).
- Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI).
- Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI).
- Agregados monetários mensais (no formulário 5SR do FMI).
- Dados mensais das taxas de juro do BCSTP e do mercado (no formulário 6SR do FMI).
- Dados mensais sobre os fluxos da CNP.
- Orçamento cambial mensal do BCSTP.
- Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira.

- Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, déficit, execução orçamental, etc.).
- 3) **Dados da dívida externa:** A Direção do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a seguinte informação:
- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor; montante pago, programado, em atraso e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado.
 - Dados trimestrais sobre desembolsos para projetos com financiamento externo e empréstimos de apoio ao programa.
 - Dados em base anual sobre os planos de endividamento futuro.
- 4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados a seguir serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:
- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no prazo de um mês após o final de cada mês.
 - Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de matérias-primas, fornecidos pela Direção das Alfândegas do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul, no prazo de dois meses após o final de cada mês.
 - Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direção das Alfândegas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

10 de agosto de 2021

TERCEIRA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO – ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Aprovado por
Vivek Arora e Anna Ilyina (FMI) e
Asad Aslam e Marcello Estevão (AID)

Elaborada pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento.

São Tomé e Príncipe: Análise Conjunta de Sustentabilidade da Dívida Banco Mundial-FMI	
Risco de sobre-endividamento externo	<i>Em sobre-endividamento</i>
Risco global de sobre-endividamento	<i>Em sobre-endividamento</i>
Granularidade na notação do risco	<i>Sustentável</i>
Aplicação de julgamento	<i>Não</i>

O país continua em situação de sobre-endividamento devido a atrasados externos de longa data por regularizar equivalentes a mais de 2% do PIB. Contudo, a dívida é considerada sustentável em virtude do nível de dívida baixo e decrescente após se ter em conta a concessionalidade, dos baixos indicadores do serviço da dívida e do esperado reforço das receitas internas e do setor energético ao abrigo do programa em curso com o FMI¹. Na avaliação do corpo técnico, o país dispõe da capacidade de regularizar os atrasados externos ao longo do tempo, conforme indicado pelos moderados rácios de dívida externa. Embora o rácio valor atual (VA) da dívida externa pública ou com garantia pública (PGP)/exportações esteja acima do respetivo limiar em 2021 e 2022 devido ao choque da Covid-19 e o rácio serviço da dívida/exportações esteja marginalmente acima do respetivo limiar em 2025, todos os outros indicadores do peso da dívida externa PGP continuam abaixo dos respetivos limiares ao longo do horizonte de projeção no cenário de base. O VA do total de dívida PGP (após se contabilizar os termos concessionais da dívida do Governo central e da dívida e atrasados da EMAE para com o fornecedor de combustíveis do país, a ENCO) deverá violar o parâmetro associado a uma fraca capacidade de endividamento (35% do PIB) até 2025. Como a sua trajetória descendente continua intacta, assente nos compromissos das autoridades relativos à implementação das reformas previstas na EMAE e à contração de empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado, a sustentabilidade da dívida pública é preservada, mas está sujeita a riscos importantes.

¹ A capacidade de endividamento do país é avaliada como fraca ao abrigo do indicador composto, tal como na anterior ASD da segunda avaliação da ECF (ver Tabela 2 do texto). O indicador composto é calculado com base nos dados do relatório WEO de abril de 2021 e da Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA, na sigla inglesa) de 2019 do Banco Mundial. Os limiares aplicáveis aos indicadores da dívida são os mesmos da última avaliação. A ASD utiliza o pressuposto baseado na residência relativo à dívida.

A probabilidade de materialização de passivos contingentes, sobretudo a dívida da ENCO à sua empresa-mãe, a Sonangol (uma empresa pública angolana), permanece baixa.

1. São Tomé e Príncipe continua numa situação de sobre-endividamento tal como na ASD anterior. Para efeitos da ASD de São Tomé e Príncipe, a dívida PGP inclui a dívida do Governo central e a dívida e os atrasados da EMAE (a empresa pública de água e eletricidade)². O total da dívida PGP atingiu 87% do PIB em 2020, incluindo dívida externa de 43% do PIB^{3,4}. A notação de sobre-endividamento reflete a regularização em curso dos atrasados soberanos posteriores à Iniciativa HIPC de São Tomé e Príncipe (a Angola, Brasil e Guiné Equatorial). Os atrasados ascendem a 10,7 milhões de USD (2,2% do PIB de 2020). O Governo procurou ativamente celebrar acordos de reescalonamento da dívida com Angola e a Guiné Equatorial através de cartas e reuniões de alto nível, tendo registado progressos positivos. Foi alcançado um acordo com o Governo do Brasil, que carece ainda de ratificação pelo Senado brasileiro. A existência de uma quantidade significativa de dívida e atrasados da EMAE ao seu fornecedor também reflete graves constrangimentos de liquidez no setor público. Na avaliação do corpo técnico, São Tomé e Príncipe dispõe da capacidade para reembolsar estes atrasados ao longo do tempo, desde que o país implemente reformas na EMAE, uma empresa pública deficitária, e continue a contrair empréstimos externos em termos concessionais. São Tomé e Príncipe continua a procurar ativamente celebrar acordos de reescalonamento da dívida com Angola, Brasil e Guiné Equatorial⁵.

Tabela 1 do texto. São Tomé e Príncipe: Cobertura da dívida pública no cenário de base¹

	Subsetores do setor público	Subsetores abrangidos
1	Governo central	X
2	Governos estaduais e locais	
3	Outros elementos na administração pública	X
4	D/q: Fundo da Segurança Social	X
5	D/q: Fundos extra-orçamentais	X
6	Garantias (a outras entidades nos setores público e privado, incl. empresas públicas)	X
7	Banco central (empréstimos contraídos em nome do Governo)	X
8	Dívida não garantida das empresas públicas	

Fontes: Corpo técnico do FMI e do Banco Mundial.

¹ Inclui a empresa de serviços públicos EMAE, que é altamente deficitária.

² A ASD inclui os termos concessionais da recente reestruturação da dívida da EMAE para com o fornecedor de combustíveis do país, a ENCO. A ENCO é uma empresa privada detida pela Sonangol (77,6% do capital), uma empresa pública angolana, sendo que o governo detém cerca de 16% do capital social da empresa. Em julho de 2019, a EMAE e a ENCO celebraram um acordo com vista à regularização dos atrasados da EMAE à ENCO que, naquela altura, cifravam-se em 104,4 milhões de USD.

³ Em conformidade com a ASD anterior, os atrasados anteriores à Iniciativa HIPC – a Angola (36 milhões de USD) e Itália (24,3 milhões de USD) – estão excluídos, dado que o país está a envidar os melhores esforços para alcançar um acordo compatível com o acordo representativo do Clube de Paris. Também exclui a dívida contestada à Nigéria (30 milhões de USD), uma vez que não existe um contrato assinado entre os dois países que estabelece as condições de reembolso. Os atrasados internos estão incluídos no cenário de base, nomeadamente os atrasados à empresa de telecomunicações CST (6,1 milhões de USD), à empresa de água e eletricidade EMAE (3,5 milhões de USD) e a outros fornecedores nacionais privados (35,4 milhões de USD, sobretudo empresas de construção).

⁴ O nível da dívida externa em 2020 reflete o efeito denominador de um maior PIB nominal e de um menor stock externo efetivo em relação aos valores projetados anteriormente na segunda avaliação.

⁵ São Tomé e Príncipe solicitou a participação na DSSI aos seus credores bilaterais oficiais em 2020. O cenário de base da ASD tem os mesmos pressupostos do que os termos da DSSI, tal como na avaliação anterior.

Tabela 2 do texto. São Tomé e Príncipe: Classificação da capacidade de endividamento

Final	Classificação baseada na ASD atual	Classificação baseada na ASD anterior	Classificação baseada nas duas ASD anteriores
Fraca	Fraca 2,663	Fraca 2,678	Média 2,685

Tabela 3 do texto. São Tomé e Príncipe: Cobertura do teste de stress dos passivos contingentes

1	A cobertura de dívida pública do país	Governo central, Banco Central e dívida com garantia pública. Não existe qualquer dívida por parte da Segurança Social nem contração de empréstimos por entidades extra-orçamentais.		
		Padrão	Usado para a análise	Razões para desvios às definições padrão
2	Outros elementos da administração pública não captados em 1	0 % do PIB	5,9% do PIB para a ASD pública; 48,7% do PIB para a ASD externa	Inclui o empréstimo contestado da Nigéria (5,9% do PIB) na ASD pública e externa, por questões de prudência. Inclui os atrasados da ENCO à Sonangol (40,4% do PIB) e a multa do Tribunal Permanente de Arbitragem (2,4% do PIB) na ASD externa ^{1/} .
3	Dívida das empresas públicas (garantida e não garantida pelo Estado)^{2/}	2 % do PIB	2% do PIB	
4	PPP	35 % do stock de PPP	0% do PIB	O projeto de PPP é anterior à Iniciativa HIPC e está excluído da ASD.
5	Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o valor mínimo)^{3/}	5 % do PIB	5% do PIB	
	Total (2+3+4+5) (em percentagem do PIB)		12,9% do PIB para a ASD pública e 55,7% do PIB para a ASD externa ^{4/} .	

^{1/} Incluímos a dívida da ENCO no teste de stress dos passivos contingentes, uma vez que a ENCO é parcialmente detida pelo Governo de São Tomé e Príncipe. O choque dos atrasados da ENCO à Sonangol não é aplicado à ASD pública porque os créditos da ENCO junto do Governo e da EMAE já estão incluídos na dívida interna PGP. O cenário de choque para a ASD externa também inclui a multa imposta em 2019 pelo Tribunal Permanente de Arbitragem no valor de 12,4 milhões de USD (2,4% do PIB), devido ao país ter apreendido indevidamente um navio maltês em 2013.

^{2/} O choque padrão de 2% do PIB será acionado para países cuja dívida com garantia pública não está totalmente captada na definição de dívida pública do país. Aqui os testes de stress usam valores padrão para a dívida de outras empresas públicas devido à falta de dados mais exatos e à sua dimensão relativamente pequena. A ENAPORT e a ENASA prosseguem os esforços em matéria de recolha de dados e futuramente incorporaremos as suas estatísticas da dívida na ASD, quando estiverem disponíveis.

^{3/} O valor padrão para os mercados financeiros é considerado adequado para São Tomé e Príncipe.

^{4/} A dimensão dos passivos contingentes é menor em percentagem do PIB face à avaliação anterior, sobretudo devido a um maior crescimento em 2020.

Fontes: Corpo técnico do FMI e do Banco Mundial.

2. Em 2020, o crescimento foi impulsionado pela despesa pública financiada com recursos externos. O crescimento do PIB real deverá situar-se nos 3% em 2020, em vez dos -6,5% projetados anteriormente. O crescimento real médio mantém-se em 3,8% e a inflação média foi revista em baixa para 2,6% ao longo do horizonte de projeção 2021–41 (face a 4% e 3,1% respetivamente na ASD anterior). Os níveis de dívida pública e externa melhoraram em relação à ASD anterior, sobretudo devido a um maior crescimento em 2020. O crescimento das exportações foi revisto em alta e o crescimento das importações foi revisto ligeiramente em baixa ao longo do horizonte de projeção. O défice primário interno situa-se em 1,3% do PIB ao longo do horizonte de projeção, tal como na ASD anterior. A economia deverá recuperar impulsionada pela implementação de projetos de construção há muito adiados e pela retoma no turismo e na procura mundial, enquanto as perspetivas económicas continuam sujeitas a um elevado grau de incerteza devido à pandemia, à crise energética e à falta de dados fiáveis de alta frequência.

3. Apesar da classificação de sobre-endividamento, a ASD indica que a dívida externa PGP total é sustentável no cenário de base do programa. No cenário de base⁶, o stock da dívida externa PGP e os rácios do serviço da dívida mantêm-se abaixo dos limiares da ASD ao longo do horizonte de projeção, exceto algumas quebras temporárias relacionadas com os reembolsos previstos ao FMI em 2024–25 (Figura 1). O rácio VA da dívida externa PGP/PIB mantém-se abaixo do limiar de 30% ao longo do período e o rácio VA da dívida externa PGP/exportações mantém-se abaixo do limiar de 140% do PIB a partir de 2023. A melhoria dos indicadores de solvabilidade e liquidez a médio prazo reflete a consolidação orçamental, a contração prudente de empréstimos externos, o crescimento económico e um melhor saldo de conta corrente. Os testes de stress sugerem a vulnerabilidade da dívida externa e as ferramentas de realismo não sinalizam preocupações com o cenário de base revisto. Um dos cenários de choque mais extremo é o choque combinado dos passivos contingentes (tanto nos indicadores de solvabilidade como no rácio serviço da dívida/receitas), o que sugere a importância da elaboração de planos para os passivos contingentes e os atrasados. O choque mais extremo para o rácio do serviço da dívida/exportações é o choque nas exportações.

4. No cenário de base, a dívida pública é considerada sustentável mas continua numa situação de sobre-endividamento. O VA da dívida PGP deverá ter uma trajetória descendente. Depois de se ter em conta os termos concessionais da dívida da EMAE à ENCO regidos pelo acordo de 2019 para o reembolso dos atrasados acumulados até à data (com pagamentos anuais fixos, isentos de juros e um elemento de donativo superior a 80%), o VA da dívida PGP deverá exceder o limiar de 35% da ASD até 2024, antes de diminuir gradualmente para cerca de 23% do PIB até 2031

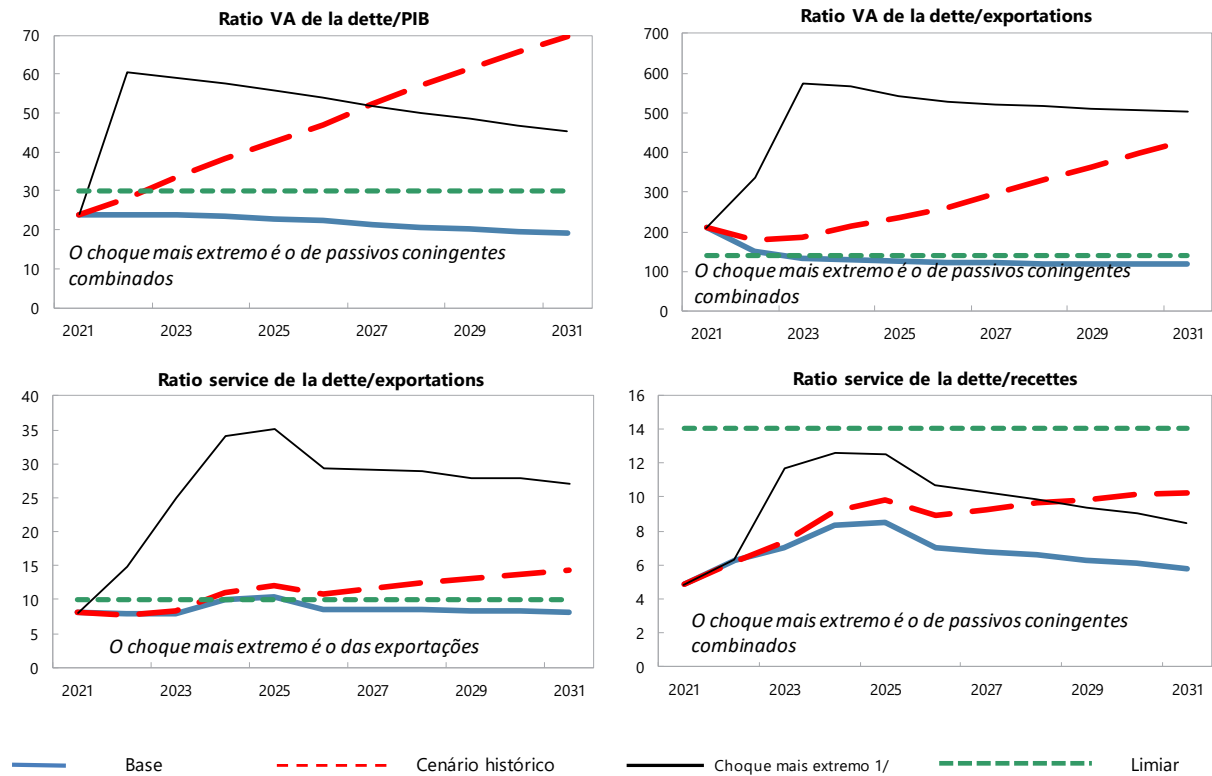
⁶ As projeções da dívida refletem o pressuposto atualizado de que parte dos desembolsos futuros das dotações anuais da AID são realizados em condições de crédito (com uma taxa de juro de 0,75% para uma economia pequena) e não como donativos. Os pressupostos de financiamento externo são uma taxa de desconto de 5%, uma taxa de juro de 0,25% para o financiamento do FMI, uma taxa de juro de 0,75% para o financiamento da AID a uma pequena economia e uma taxa de juro de 2% para os empréstimos junto de outros credores. Os pressupostos relativos ao financiamento interno incluem a utilização de bilhetes do Tesouro e crédito das outras sociedades de depósitos ao Governo com base no quadro macroeconómico.

(Figura 2⁷). O choque mais extremo é o choque no saldo primário para os indicadores de solvabilidade (rácio VA da dívida/PIB e rácio VA da dívida/receitas). O indicador de liquidez (rácio serviço da dívida/receitas) é mais sensível a um choque de crescimento. Como a sua trajetória descendente continua intacta, assente nos compromissos das autoridades relativos à continuação da consolidação orçamental, à implementação das reformas previstas na EMAE e à contração de empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado, a sustentabilidade da dívida pública é preservada, mas está sujeita a riscos consideráveis. Seria importante formular um plano ativo para, por um lado, reforçar gradualmente a capacidade de endividamento de STP à luz de uma conjuntura económica mundial muito incerta e, por outro, preservar a sustentabilidade da dívida. Caso os riscos descendentes se materializem e conduzam a uma maior deterioração da situação da dívida por comparação com o cenário de base do corpo técnico, as medidas contingentes para ajudar a salvaguardar a sustentabilidade da dívida incluiriam mais esforços orçamentais e uma melhoria da matriz de financiamento mais orientada para donativos e empréstimos altamente concessionais.

5. Em geral, a ASD destaca a importância de se dar continuidade às reformas orçamentais e manter políticas robustas para garantir a sustentabilidade da dívida. Para mitigar os riscos orçamentais, o país precisa de prosseguir políticas para, entre outras coisas, aprofundar e dar prioridade às reformas da EMAE, continuar a consolidação orçamental e a mobilização de receitas, evitar os empréstimos não concessionais, melhorar o ambiente empresarial para atrair fluxos que não geram dívida, reforçar as políticas macroeconómicas e promover o crescimento. Além disso, a contração de novos empréstimos concessionais e os desembolsos de dívida externa devem ser planeados cuidadosamente para ter em conta as preocupações em torno da sustentabilidade da dívida, ao mesmo tempo que atendem às grandes necessidades de investimento do país. Neste contexto, o país deve procurar financiar grandes projetos através de meios que não gerem dívida, incluindo donativos. As autoridades concordam com a avaliação do corpo técnico e estão empenhadas em envidar esforços para regularizar os atrasados e manter a sustentabilidade da dívida.

⁷ No primeiro gráfico da Figura 2, a linha azul mostra o cenário de base do VA da dívida PGP em linha com a metodologia do quadro de sustentabilidade da dívida que apresenta toda a dívida interna ao valor nominal. A linha tracejada do primeiro gráfico mostra o VA da dívida PGP após descontar a dívida da EMAE à ENCO com uma taxa de desconto de 5%, o que reflete a situação atual da dívida da EMAE à ENCO, em linha com o acordo de reembolso de 2019 que é, de facto, concessional.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores da dívida externa pública e com garantia pública em cenários alternativos, 2021–2031



Customization of Default Settings		
	Tamanho	Interações
Testes adaptados		
PC combinados	Sim	
Catástrofes naturais	No	No
Preços das mat.-primas 2/	n.a.	n.a.
Financiamento de mercado	n.a.	n.a.

Nota: "Sim" indica qualquer mudança na dimensão ou nas interações das configurações padrão dos testes de stress. "n.a." indica que o teste de stress não se aplica.

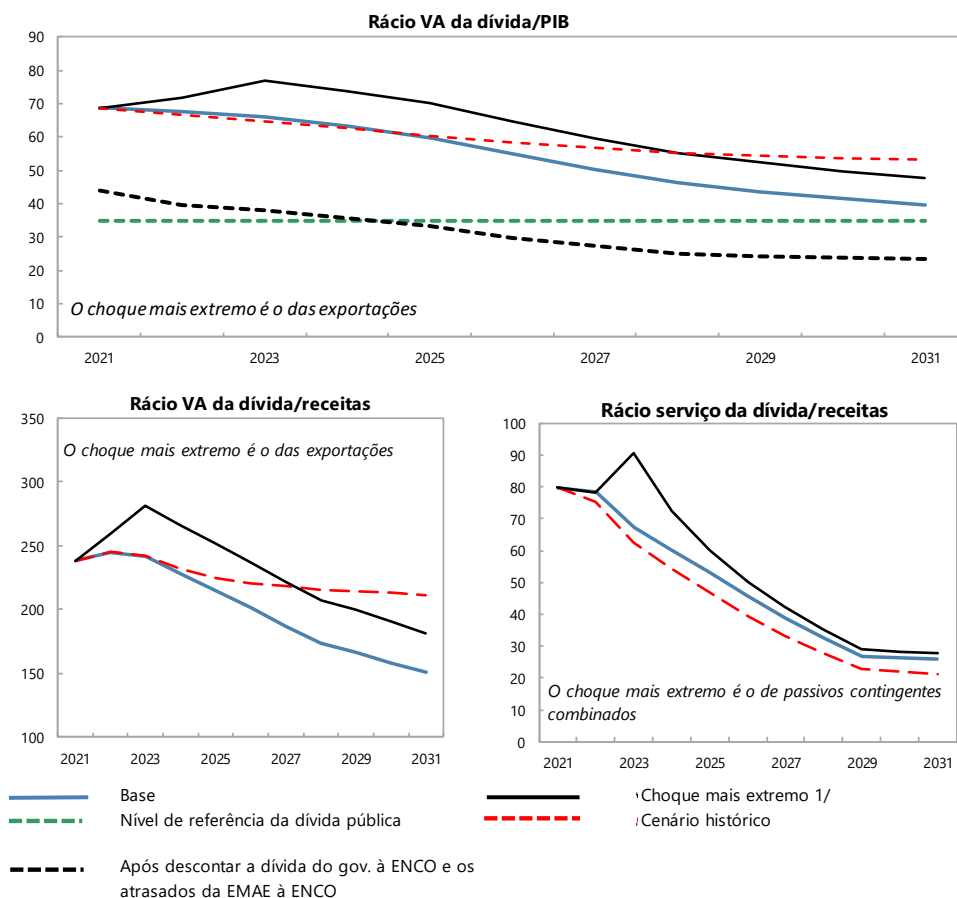
Pressupostos de endividamento para os testes de stress *		
	Padrão	Definidos pelo utilizador
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa PGP de MLP	100%	
Termos da dívida marginal		
Taxa de juro nominal média sobre novos emprést. em USD	1.9%	1.9%
Taxa de desconto em USD	5.0%	5.0%
Maturidade média (incl. período de graça)	24	24
Período de graça médio	9	9

* Nota: Presume-se que todas as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress são cobertas pela dívida externa PGP de médio e longo prazo na ASD externa. Os termos padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

^{1/}O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2031. Os testes de stress com quebras pontuais também são apresentados (se existirem), mas tais quebras são descartadas para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual é o choque mais extremo, mesmo após se ignorar tal quebra, apenas esse teste de stress (com uma quebra pontual) é apresentado.

^{2/} A magnitude dos choques usados para o teste de stress do choque nos preços das matérias-primas baseia-se nas perspetivas para os preços das matérias-primas elaboradas pelo Departamento de Estudos do FMI.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores da dívida pública em cenários alternativos, 2021–2031


Pressupostos de endividamento para os testes de stress *	Padrão	Definidos pelo utilizador
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa PGP de médio e longo prazo	95%	95%
Dívida interna de médio e longo prazo	11%	11%
Dívida interna de curto prazo	313%	52%
Termos da dívida marginal		
Dívida externa de médio e longo prazo		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.4%	1.4%
Maturidade média (incl. período de graça)	29	29
Período de graça médio	9	9
Dívida interna de médio e longo prazo		
Taxa de juro real média sobre novos empréstimos	-2.6%	-2.6%
Maturidade média (incl. período de graça)	100	100
Período de graça médio	99	99
Dívida interna curto prazo		
Taxa de juro real média	-3.0%	-3.0%

* Nota: Na ASD pública, as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress podem ser cobertas pelo financiamento interno. Os termos padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

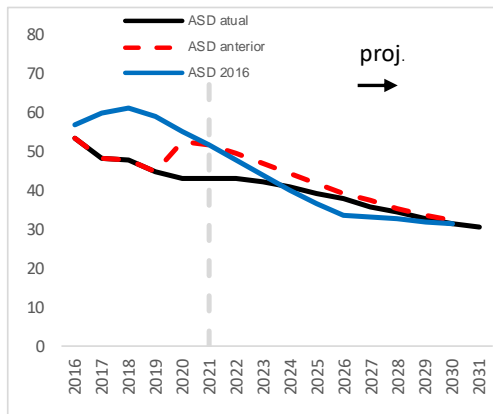
Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2031. É também apresentado o teste de stress com uma quebra pontual (se houver), embora tal quebra seja descartada para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais extremo mesmo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas este teste de stress (com o choque pontual).

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Determinantes da dinâmica da dívida – cenário de base

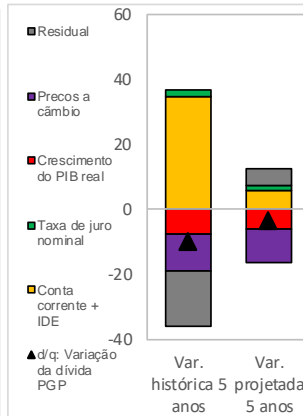
Dívida externa

Dívida externa nominal bruta PGP (em % do PIB; versões da ASD)

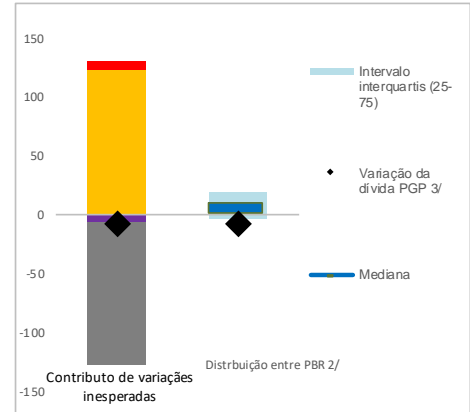


Dívida externa

Fluxos geradores de dívida (% do PIB)

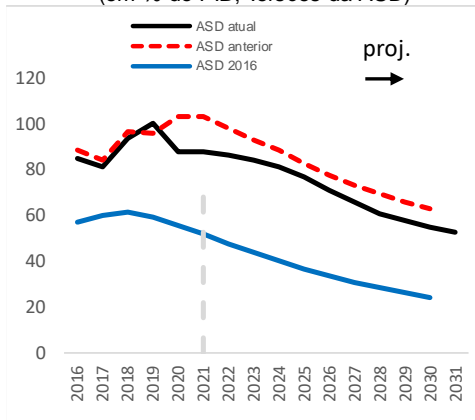


Variações inesperadas na dívida 1/ (últimos 5 anos, em % do PIB)

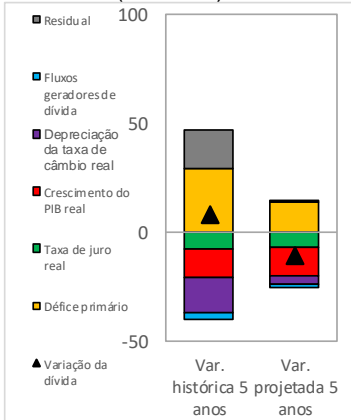


Dívida pública

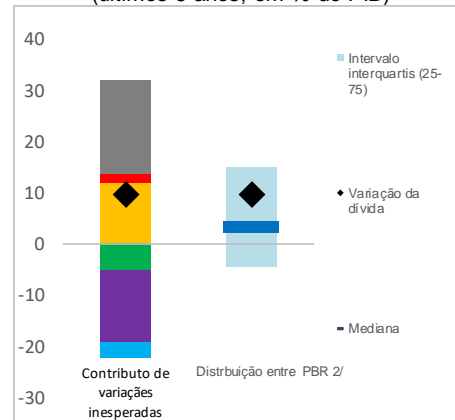
Dívida pública nominal bruta (em % do PIB; versões da ASD)



Fluxos geradores de dívida (% do PIB)



Variações inesperadas na dívida 1/ (últimos 5 anos, em % do PIB)



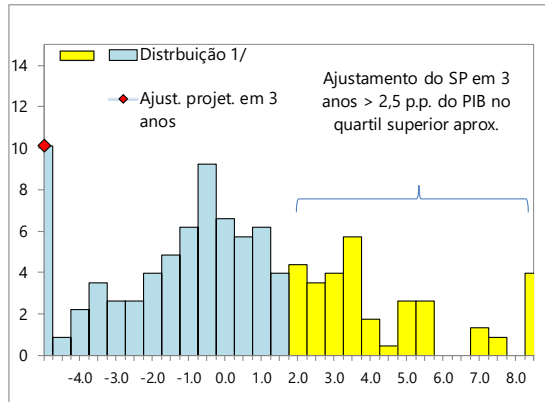
1/ A diferença entre os contributos previsto e efetivo para os rácios da dívida.

2/ A distribuição entre os PBR para os quais foram produzidas ASD PBR.

3/ Tendo em conta a dívida externa privada relativamente baixa na média dos países de baixo rendimento, uma variação percentual na dívida externa PGP deve ser largamente explicada pelos determinantes da equação da dinâmica da dívida externa.

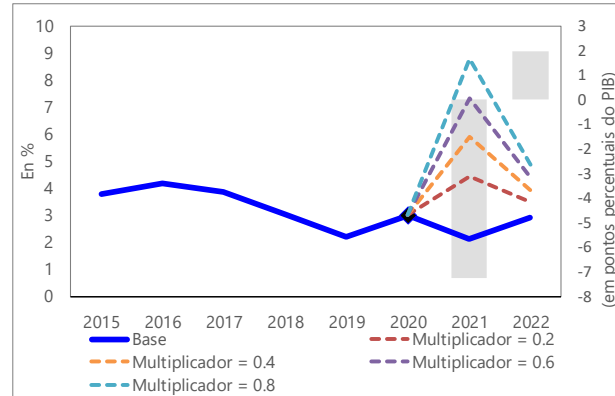
Figura 4. São Tomé e Príncipe: Ferramentas de realismo

Ajustamento do saldo primário em três anos (pontos percentuais do PIB)



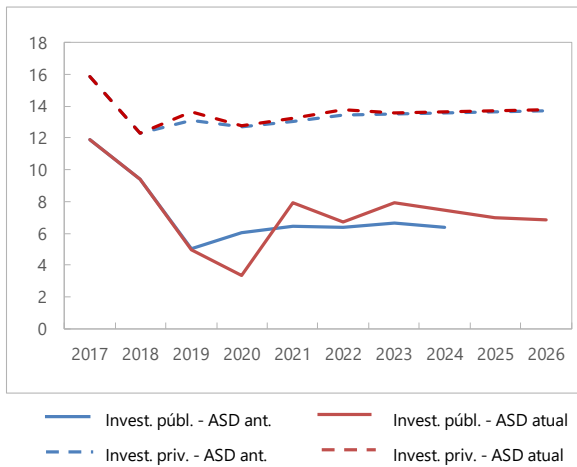
1/ Os dados abrangem programas apoiados pelo FMI para os PBR (excl. financiamento de emergência) aprovados desde 1990. A dimensão do ajustamento em 3 anos desde o início do programa encontra-se no eixo horizontal; a percentagem da amostra encontra-se no eixo vertical.

Ajustamento orçamental e possíveis trajetórias de crescimento 1/



1/ As barras referem-se ao ajustamento orçamental projetado (escala à direita) e as linhas mostram possíveis trajetórias de crescimento do PIB real com diferentes multiplicadores orçamentais (escala à esquerda).

Taxas de investimento público e privado (% do PIB)



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

Contributo para o crescimento do PIB real (% média de 5 anos)

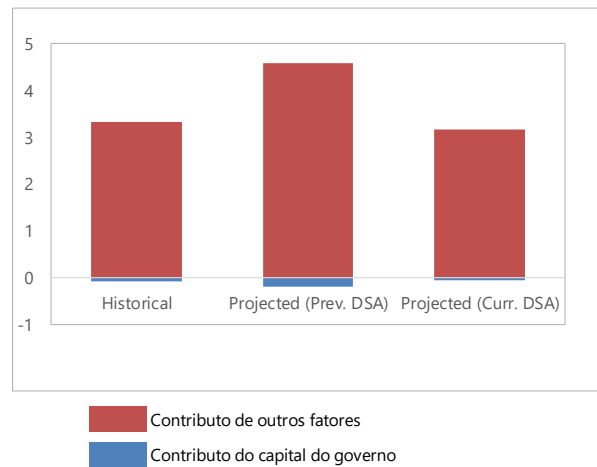
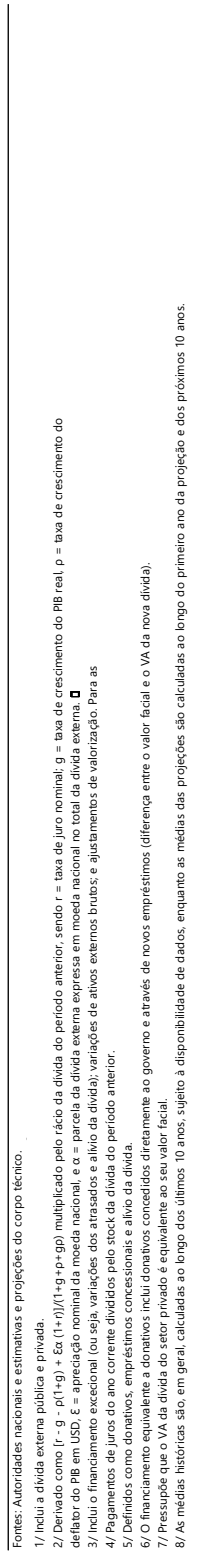


Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de sustentabilidade da dívida externa, cenário de base, 2019–2041
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efeito		Projeções										Média 8/	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2031	2041	Histórica	Projeções		
Dívida externa (nominal) 1/	44.7	43.1	43.3	43.1	42.1	40.8	39.4	37.9	30.6	27.2	43.7	37.5		
d/q: pública e com garantia pública (PGP)	44.7	43.1	43.3	43.1	42.1	40.8	39.4	37.9	30.6	27.2	43.7	37.5		
Definição da dívida externa Existe alguma diferença material entre os dois critérios?												Com base na residência	Sim	
Fluxos líquidos identificados geradores de dívida	3.5	4.9	5.2	0.2	-1.4	-1.8	-1.8	-2.0	-3.0	-1.9	5.3	-1.7		
Déficit da conta corrente excluindo juros	11.6	13.2	11.8	7.0	4.9	4.5	4.3	4.3	2.7	2.4	15.1	4.5		
Exportações	22.0	25.0	23.6	17.8	15.9	15.2	14.2	13.4	10.5	9.6	32.8	13.9		
Importações	22.3	10.8	11.5	15.8	18.1	17.9	18.2	32.4	16.2	14.5				
Transferências correntes líquidas (negativas = inflúo)	44.3	35.8	35.1	33.6	34.0	33.1	32.4	31.6	26.6	24.1				
d/q: oficiais	-6.4	-10.5	-9.9	-8.3	-8.3	-7.8	-7.0	-6.3	-4.7	-4.3	-17.4	-9.8		
Outros fluxos de conta corrente (negativos = inflúo líquido)	-0.2	0.3	1.0	0.7	0.4	0.3	0.3	0.4	0.1	0.0	-0.3	0.4		
IDE líquido (negativo = inflúo)	-7.0	-4.1	-5.7	-5.8	-5.5	-5.4	-5.3	-5.2	-5.0	-3.6	-6.7	-5.3		
Dinâmica endógena da dívida 2/	-1.1	-4.2	-0.9	-0.9	-0.8	-0.9	-0.9	-1.1	-0.8	-0.7				
Contributo da taxa de juro nominal	0.6	0.2	0.0	0.3	0.5	0.5	0.5	0.4	0.4	0.4				
Contributo do crescimento do PIB real	-1.0	-1.2	-0.8	-1.2	-1.3	-1.4	-1.4	-1.4	-1.4	-1.1				
Contributo das variações de preços e da taxa de câmbio	-0.6	-3.2				
Resultado 3/	-6.4	-6.6	-5.0	-0.4	0.4	0.5	0.5	0.4	1.9	0.2	-4.9	0.5		
d/q: financiamento excecional	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0				
Indicadores de sustentabilidade														
Rácio VA da dívida externa PGP/PIB	...	24.6	24.0	23.9	23.8	23.3	22.8	22.2	19.0	17.5				
Rácio VA da dívida externa PGP/exportações	...	227.6	209.2	151.4	131.4	130.1	124.9	122.2	117.4	120.7				
Rácio serviço da dívida PGP/exportações	4.5	5.0	8.0	7.9	8.0	10.0	10.5	8.5	8.0	7.6				
Rácio serviço da dívida PGP/recitas	5.6	2.9	4.9	6.3	7.0	8.3	8.5	7.0	5.8	4.8				
Necessidade bruta de financiamento externo (em milhões de USD)	24.2	45.9	37.4	13.8	5.4	5.9	7.0	4.9	-11.0	-3.2				
Principais pressupostos macroeconómicos														
Crescimento do PIB real (em %)	2.2	3.0	2.1	2.9	3.3	3.5	3.7	4.0	3.9	4.1	3.9	3.6		
Deflator do PIB em USD (variação percentual)	1.4	7.6	9.5	4.3	4.2	3.8	3.5	4.4	3.8	1.9	5.4	4.5		
Taxa de juro efetiva (%) 4/	1.2	0.5	0.1	0.6	1.2	1.3	1.3	1.0	1.3	1.6	0.8	1.0		
Crescimento das export. de bens e serviços (em USD, em %)	-1.9	-46.3	18.4	48.0	23.4	6.4	9.0	8.5	5.5	0.0	12.4	12.8		
Crescimento das import. de bens e serviços (em USD, em %)	-5.3	-10.4	9.4	2.9	8.9	4.5	5.0	5.8	6.9	0.0	4.7	5.4		
Elemento concessional dos novos empr. do setor público (em %)	35.6	35.5	34.5	34.5	34.5	34.5	34.5	34.5		
Receitas públicas (excl. donativos, em % do PIB)	18.0	18.3	18.9	20.0	20.7	21.6	22.3	22.3	22.5	22.8	17.2	21.6		
Fluxos de ajuda (em milhões de USD) 5/	33.8	85.7	58.0	48.5	40.7	40.6	39.4	38.5	41.9	67.5				
Financiamento equivalente a donativos (em % do PIB) 6/	10.9	8.5	7.6	7.1	6.5	5.9	4.4	4.0	...	6.4		
Financiamento equivalente a donativos (em % do fin. externo) 6/	86.1	83.2	80.0	79.2	78.0	76.8	76.9	76.3	...	79.3		
PIB nominal (em milhões de USD)	431	477	554	573	616	662	711	772	1,137	2,036				
Crescimento do PIB nominal (USD)	3.6	10.8	11.8	7.4	7.6	7.4	7.4	8.5	7.9	6.1	9.5	8.2		
Por memória:														
VA da dívida externa 7/	...	24.6	24.0	23.9	23.8	23.3	22.8	22.2	19.0	17.5				
Em % das exportações	...	227.6	209.2	151.4	131.4	130.1	124.9	122.2	117.4	120.7				
Rácio total do serviço da dívida externa/exportações	4.5	5.0	8.0	7.9	8.0	10.0	10.5	8.5	8.0	7.6				
VA da dívida externa PGP (em milhões de USD)	117.6	128.0	137.1	146.8	154.6	161.8	171.7	215.8	356.4	356.4				
(VA-VAT-1)/PIB-1 (em %)	2.2	1.7	1.7	1.3	1.1	1.4	1.0	1.0				
Déficit da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	14.5	14.8	11.6	7.2	5.9	5.8	5.7	5.8	3.9	4.1				



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.
 1/ Inclui a dívida externa pública e privada.
 2/ Derivado como $[r - g - p(1+g) - Ex(1+r)] / (1+g+p+gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo r = taxa de juro nominal, g = taxa de crescimento do PIB real, p = taxa de crescimento do deflator do PIB em USD, E = apreciação nominal da moeda nacional, e α = parcela da dívida externa expressa em moeda nacional no total da dívida externa.
 3/ Inclui o financiamento excecional (ou seja, variações dos atrasados e alívio da dívida); variações de ativos externos brutos; e ajustamentos de valorização. Para as
 4/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.
 5/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.
 6/ O financiamento equivalente a donativos inclui donativos concedidos diretamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).
 7/ Presupõe que o VA da dívida do setor privado é equivalente ao seu valor facial.
 8/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados; enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Quadro de sustentabilidade da dívida do setor público, cenário de base, 2019–2041
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo										Projeções										Média 6/													
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2031	2041	Historical	Projeções	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031									
Dívida do setor público 1/ do qual: dívida externa	99.9	87.4	87.9	86.5	84.3	80.9	76.8	71.2	52.6	40.3	74.8	70.8	44.7	43.1	43.3	43.1	42.1	40.8	39.4	37.9	30.6	27.2	43.7	37.5	70.8	37.5								
Variação da dívida do setor público	6.7	-12.6	0.6	-1.5	-2.2	-3.4	-4.1	-5.6	-2.4	-3.9	-0.8	-3.2	0.6	-16.2	0.0	-2.2	-1.9	-3.2	-3.9	-5.5	-2.5	-2.5	-0.8	-3.2	0.6	-16.2	0.0	-2.2	-1.9	-3.2	-3.9	-5.5	-2.5	-2.5
Fluxos geradores de dívida identificados	6.9	-2.3	5.0	3.0	3.4	2.0	1.0	0.1	1.2	-0.5	6.5	1.6	24.4	28.0	28.8	27.5	27.3	27.7	27.8	27.3	26.2	26.1	29.3	27.1	24.4	28.0	28.8	27.5	27.3	27.7	27.8	27.3	26.2	26.1
Receitas e donativos <i>d/q: donativos</i>	6.4	9.7	9.9	7.6	6.6	6.1	5.5	5.0	3.7	3.3	29.3	27.1	31.4	25.8	33.8	30.5	30.7	29.7	28.8	27.4	27.4	25.6	35.8	28.7	31.4	25.8	33.8	30.5	30.7	29.7	28.8	27.4	27.4	25.6
Dinâmica automática da dívida	-5.6	-13.6	-4.8	-4.7	-4.7	-4.7	-4.5	-5.3	-3.5	-1.9	35.8	28.7	-3.8	-4.8	-4.4	-4.0	-3.8	-3.8	-3.7	-3.9	-2.7	-1.3	35.8	28.7	-3.8	-4.8	-4.4	-4.0	-3.8	-3.8	-3.7	-3.9	-2.7	-1.3
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento <i>d/q: contributo da taxa de juro real média</i>	-1.8	-1.8	-2.6	-1.5	-1.0	-0.9	-0.8	-0.9	-0.6	0.4	35.8	28.7	-2.0	-2.9	-1.8	-2.5	-2.7	-2.9	-2.9	-2.9	-2.1	-1.7	35.8	28.7	-2.0	-2.9	-1.8	-2.5	-2.7	-2.9	-2.9	-2.1	-1.7	
<i>d/q: contributo do crescimento do PIB real</i>	-1.8	-8.8	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	35.8	28.7	-1.8	-8.8	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	35.8	28.7	-1.8	-8.8	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real Denominador = 1+g	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	35.8	28.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	35.8	28.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-0.8	-0.4	-0.2	-0.5	-0.5	-0.4	-0.4	-0.4	-0.2	-0.1	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Receitas de privatização (negativas)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Reconhecimento de passivos contingentes (ex., recapitalização bancária)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alívio da dívida (HIPC ou outro)	-0.8	-0.4	-0.2	-0.5	-0.5	-0.4	-0.4	-0.4	-0.2	-0.1	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros fluxos geradores ou redutores de dívida (queira especificar)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.7	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Resíduo	6.1	3.6	0.2	0.1	-1.3	-1.1	-1.0	-1.5	-0.8	-2.1	6.9	-0.8	6.1	3.6	0.2	0.1	-1.3	-1.1	-1.0	-1.5	-0.8	-2.1	6.9	-0.8	6.1	3.6	0.2	0.1	-1.3	-1.1	-1.0	-1.5	-0.8	-2.1
Indicadores de sustentabilidade	68.1	68.1	68.8	67.5	66.1	63.4	59.9	55.0	39.5	29.6	74.8	70.8	...	243.0	238.5	245.0	241.8	228.6	215.2	201.6	150.8	113.5	74.8	70.8	...	243.0	238.5	245.0	241.8	228.6	215.2	201.6	150.8	113.5
Rácio VA da dívida pública/PIB 2/	...	68.1	68.8	67.5	66.1	63.4	59.9	55.0	39.5	29.6	74.8	70.8	...	243.0	238.5	245.0	241.8	228.6	215.2	201.6	150.8	113.5	74.8	70.8	...	243.0	238.5	245.0	241.8	228.6	215.2	201.6	150.8	113.5
Rácio VA da dívida pública/receitas e donativos	...	243.0	238.5	245.0	241.8	228.6	215.2	201.6	150.8	113.5	74.8	70.8	...	243.0	238.5	245.0	241.8	228.6	215.2	201.6	150.8	113.5	74.8	70.8	...	243.0	238.5	245.0	241.8	228.6	215.2	201.6	150.8	113.5
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos 3/	79.7	78.3	67.1	60.1	53.2	45.7	25.8	24.4	43.7	37.5	79.7	78.3	67.1	60.1	53.2	45.7	25.8	24.4	43.7	37.5	79.7	78.3	67.1	60.1	53.2	45.7	25.8	24.4
Necessidade bruta de financiamento 4/	7.4	-1.7	2.78	2.40	2.12	1.82	1.54	1.22	7.7	5.8	29.3	27.1	2.78	2.40	2.12	1.82	1.54	1.22	7.7	5.8	29.3	27.1	2.78	2.40	2.12	1.82	1.54	1.22	7.7	5.8
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais																																		
Crescimento do PIB real (em %)	2.2	3.0	2.1	2.9	3.3	3.5	3.7	4.0	3.9	4.0	3.9	3.6	2.2	3.0	2.1	2.9	3.3	3.5	3.7	4.0	3.9	4.0	3.9	3.6	2.2	3.0	2.1	2.9	3.3	3.5	3.7	4.0	3.9	4.0
Taxa de juro nominal média sobre a dívida externa (em %)	1.3	0.5	-0.1	0.6	1.2	1.3	1.3	1.0	1.1	1.4	0.9	1.0	1.3	0.5	-0.1	0.6	1.2	1.3	1.3	1.0	1.1	1.4	0.9	1.0	1.3	0.5	-0.1	0.6	1.2	1.3	1.3	1.0	1.1	1.4
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	-6.5	-5.3	-2.1	-0.6	-1.5	-1.7	-1.8	-2.9	-3.0	-0.8	-6.0	-2.3	-6.5	-5.3	-2.1	-0.6	-1.5	-1.7	-1.8	-2.9	-3.0	-0.8	-6.0	-2.3	-6.5	-5.3	-2.1	-0.6	-1.5	-1.7	-1.8	-2.9	-3.0	-0.8
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	-2.5	-12.4	-3.7	...	-2.5	-12.4	-3.7	...	-2.5	-12.4	
Taxa de inflação (deflador do PIB, em %)	7.0	5.6	2.7	2.0	2.8	2.9	2.9	3.9	3.8	1.9	6.7	3.3	7.0	5.6	2.7	2.0	2.8	2.9	2.9	3.9	3.8	1.9	6.7	3.3	7.0	5.6	2.7	2.0	2.8	2.9	2.9	3.9	3.8	1.9
Crescimento da despesa primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %)	-3.4	-15.4	34.0	-7.1	3.8	0.2	0.8	-1.3	4.3	-1.9	-2.6	4.6	-3.4	-15.4	34.0	-7.1	3.8	0.2	0.8	-1.3	4.3	-1.9	-2.6	4.6	-3.4	-15.4	34.0	-7.1	3.8	0.2	0.8	-1.3	4.3	-1.9
Defície primário que estabiliza o rácio dívida/PIB 5/	0.3	10.3	4.4	4.5	5.4	5.1	5.8	3.7	3.4	2.2	2.2	4.7	0.3	10.3	4.4	4.5	5.4	5.1	5.8	3.7	3.4	2.2	2.2	4.7	0.3	10.3	4.4	4.5	5.4	5.1	5.8	3.7	3.4	
VA de passivos contingentes (não incl. na dívida do setor público)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Por memória																																		
Defície primário com os donativos HIPC e sem as perdas da EMAE	2.4	-8.9	4.8	-1.2	-0.6	-1.0	-1.1	-1.2	1.0	-0.5	3.5	0.1	2.4	-8.9	4.8	-1.2	-0.6	-1.0	-1.1	-1.2	1.0	-0.5	3.5	0.1	2.4	-8.9	4.8	-1.2	-0.6	-1.0	-1.1	-1.2	1.0	-0.5
Perdas da EMAE	3.7	6.3	0.0	3.7	3.4	2.5	1.7	0.9	0.0	0.0	1.7	1.1	3.7	6.3	0.0	3.7	3.4	2.5	1.7	0.9	0.0	0.0	1.7	1.1	3.7	6.3	0.0	3.7	3.4	2.5	1.7	0.9	0.0	0.0

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Cobertura da dívida: Governo central e fundos da segurança social e extraorçamentais, banco central, dívida garantida pelo governo. A dívida externa é definida com base na residência.

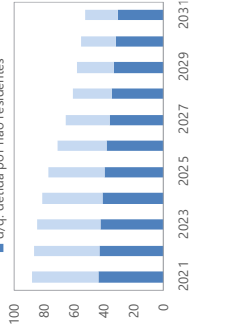
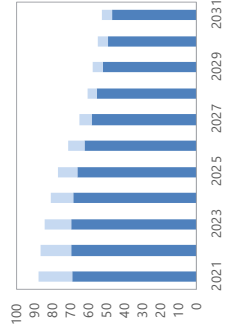
2/ O rácio subjacente VA da dívida externa/PIB na ASD pública difere da ASD externa; a magnitude da diferença depende das projeções das taxas de câmbio.

3/ O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortização da dívida de curto, médio e longo prazo.

4/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior e outros fluxos geradores/redutores de dívida.

5/ Definido como o défice primário menos uma variação do rácio dívida pública/PIB (-); um excedente primário, que estabilizaria o rácio da dívida apenas no ano em questão.

6/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.



d/q: dívida por residentes

d/q: dívida por não residentes

3.6

1.0

-2.3

...

3.3

6.7

-2.6

4.6

2.2

4.7

3.5

1.7

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida externa pública e com garantia pública, 2021–2031

	Projeções 1/□										
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Rácio VA da dívida/PIB□											
Base	24	24	24	23	23	22	21	21	20	19	19
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	24	28	33	38	43	47	52	57	61	66	70
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	24	24	25	24	24	23	22	22	21	20	20
B2. Saldo primário	24	29	34	33	32	31	30	29	28	27	27
B3. Exportações	24	29	37	36	35	34	33	32	31	30	29
B4. Outros fluxos 3/	24	29	35	34	33	32	31	30	29	28	27
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	24	30	25	25	24	24	23	22	21	21	20
B6. Combinação de B1-B5	24	33	34	34	33	32	30	30	29	28	27
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	24	60	59	58	56	54	52	50	48	47	45
C2. Catástrofes naturais	24	31	31	30	30	29	28	28	27	26	26
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Rácio VA da dívida/exportações□											
Base	209	151	131	130	125	122	121	120	119	118	117
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	209	179	185	213	234	259	296	330	363	398	431
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	209	151	131	130	125	122	121	120	119	118	117
B2. Saldo primário	209	185	187	185	177	172	170	169	167	165	164
B3. Exportações	209	338	575	567	543	528	522	517	511	506	503
B4. Outros fluxos 3/	209	186	190	188	180	175	173	171	170	168	167
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	209	151	111	110	106	104	103	102	101	101	100
B6. Combinação de B1-B5	209	300	177	345	331	322	319	315	312	309	307
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	209	382	326	320	307	297	293	290	286	283	281
C2. Catástrofes naturais	209	198	172	171	165	162	162	161	161	161	161
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140
Rácio serviço da dívida/exportações□											
Base	8	8	8	10	10	9	9	9	8	8	8
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	8	8	8	11	12	11	12	12	13	14	14
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	8	8	8	10	10	9	9	9	8	8	8
B2. Saldo primário	8	8	9	11	12	10	10	10	9	9	9
B3. Exportações	8	15	25	34	35	29	29	29	28	28	27
B4. Outros fluxos 3/	8	8	9	12	12	10	10	10	10	9	9
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	8	8	8	9	10	8	8	8	8	8	8
B6. Combinação de B1-B5	8	12	18	22	23	19	19	19	18	18	18
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	8	8	13	15	15	13	13	13	12	12	12
C2. Catástrofes naturais	8	8	9	11	12	10	10	10	9	9	9
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Rácio serviço da dívida/receitas□											
Base	5	6	7	8	9	7	7	7	6	6	6
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	5	6	7	9	10	9	9	10	10	10	10
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	5	6	7	9	9	7	7	7	6	6	6
B2. Saldo primário	5	6	8	10	10	8	8	8	7	7	7
B3. Exportações	5	6	8	10	10	9	8	8	8	7	7
B4. Outros fluxos 3/	5	6	8	10	10	8	8	8	7	7	7
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	5	8	9	10	10	8	8	8	7	7	7
B6. Combinação de B1-B5	5	7	8	10	10	8	8	8	7	7	7
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	5	6	12	13	12	11	10	10	9	9	8
C2. Catástrofes naturais	5	6	8	9	9	8	8	7	7	7	6
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Os valores a negrito indicam a ultrapassagem do limiar.

2/ As variáveis são o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

3/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida pública, 2021–2031

	Projeções 1/										
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Rácio VA da dívida/PIB											
Base	69	67	66	63	60	55	50	46	44	41	39
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	69	67	65	63	60	58	57	55	54	54	53
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	69	70	70	68	65	60	56	52	49	47	45
B2. Saldo primário	69	73	75	70	65	60	55	51	32	32	36
B3. Exportações	69	72	77	74	70	65	60	55	52	50	48
B4. Outros fluxos 3/	69	72	75	73	69	63	58	54	51	49	47
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	69	71	68	64	59	53	47	42	39	35	32
B6. Combinação de B1-B5	69	72	71	62	58	54	49	45	42	40	38
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	69	76	72	68	64	59	54	50	47	45	43
C2. Catástrofes naturais	69	75	72	69	65	60	55	51	48	46	44
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	\	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Nível de referência da dívida pública	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Rácio VA da dívida/receitas											
Base	239	245	242	229	215	202	187	174	167	158	151
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	239	246	242	232	224	221	218	215	215	213	212
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	239	252	255	243	231	219	206	193	187	179	172
B2. Saldo primário	239	266	275	252	235	220	205	191	122	136	139
B3. Exportações	239	260	281	266	252	237	222	207	200	190	181
B4. Outros fluxos 3/	239	262	276	262	247	233	218	203	195	186	178
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	239	263	255	236	217	198	179	161	149	136	124
B6. Combinação de B1-B5	239	263	260	225	211	198	183	169	162	153	145
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	239	275	263	245	230	216	201	188	181	172	165
C2. Catástrofes naturais	239	272	263	246	232	218	204	190	183	175	167
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rácio serviço da dívida/receitas											
Base	80	78	67	60	53	46	39	33	27	26	26
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	80	75	62	54	47	39	33	28	23	22	21
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	80	79	69	62	55	47	40	34	28	28	27
B2. Saldo primário	80	78	83	84	66	54	44	37	30	-23	1
B3. Exportações	80	78	67	61	54	47	39	33	27	27	26
B4. Outros fluxos 3/	80	78	68	61	54	46	39	33	27	27	26
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	80	75	65	59	52	45	38	32	27	26	25
B6. Combinação de B1-B5	80	76	66	60	52	45	38	32	26	26	25
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	80	78	91	72	60	50	42	35	29	28	28
C2. Catástrofes naturais	80	79	87	71	60	51	43	37	30	30	29
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Os valores a negrito indicam a ultrapassagem do parâmetro de referência.

2/ As variáveis são o crescimento do PIB real, o deflador do PIB e o déficit primário em percentagem do PIB.

3/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

**Declaração do Representante do Corpo Técnico sobre
a República Democrática de São Tomé e Príncipe
Reunião do Conselho de Administração
27 de agosto de 2021**

A presente declaração contém informações que confirmam a implementação da ação prévia. Ela não altera o teor da avaliação do corpo técnico.

A ação prévia foi implementada. O protocolo sobre a troca de informações entre as Direções das Alfândegas e dos Impostos para iniciar a cobrança do IVA nas Alfândegas foi assinado em 13 de julho de 2021. O protocolo apoiará a realização de inspeções conjuntas e a monitorização das cobranças de IVA. A Direção das Alfândegas será responsável pela cobrança do IVA sobre as importações, e o imposto pago sobre as importações será creditado como uma entrada na declaração de IVA correspondente; a Direção dos Impostos receberá informações sobre esta entrada na forma estipulada no protocolo para a troca de informações. Além da assinatura do protocolo, foram concluídas outras etapas preparatórias para a cobrança do IVA na Direção das Alfândegas: nomeação de uma equipa dedicada a trabalhar na cobrança do IVA, emissão de circulares e regulamentos, operacionalização do apuramento automático do IVA com base na classificação pautal das mercadorias declaradas e parametrização do sistema informático aduaneiro. A cobrança do IVA na Direção das Alfândegas deve começar em outubro de 2021.

Declaração dos Srs. Aivo Andrianarivelo, Administrador; Facinet Sylla, Administrador Suplente; e Kelvio Carvalho da Silveira, Conselheiro do Administrador para a República Democrática de São Tomé e Príncipe
27 de agosto de 2021

Introdução

1. As autoridades de São Tomé e Príncipe (STP) gostariam de expressar o seu agradecimento à Administração e ao corpo técnico pelas discussões sinceras e frutíferas no contexto da terceira avaliação do acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla inglesa), assim como pelo relatório muito equilibrado. As autoridades concordam, de um modo geral, com a avaliação da economia e as recomendações sobre políticas do corpo técnico para o período vindouro. Agradecem o contínuo envolvimento do FMI e congratulam-se bastante com a decisão de reabrir o tão necessário escritório do Representante Residente em São Tomé para ajudar a aprofundar o diálogo e apoiar a implementação do programa. Ainda que subsistam desafios, incluindo aqueles decorrentes da pandemia da Covid-19, as autoridades reiteram o seu forte compromisso para com os objetivos do programa: apoiar a recuperação, alcançar a estabilidade macroeconómica e promover o crescimento inclusivo.

Desenvolvimentos recentes

2. As eleições presidenciais de 18 de julho decorreram num ambiente de tranquilidade e paz. Após a decisão do Tribunal Constitucional que apresentou o resultado da primeira volta das eleições, a Assembleia Nacional definiu, por meio de uma lei excecional, a data de 5 de setembro para a realização da segunda volta, apesar das objeções dos deputados do maior partido da oposição. Ainda que a data proposta tenha criado um impasse constitucional no país, os partidos políticos anunciaram o apoio à prorrogação do mandato do Presidente cessante, se necessário, para permitir uma transição tranquila.

3. São Tomé e Príncipe registou alguns progressos no seu programa de vacinação, em linha com o Plano Nacional de Vacinação, mas são necessários mais esforços para atingir a meta de vacinação. Com o apoio da iniciativa COVAX, do Banco Mundial e de outros doadores, cerca de 32.000 pessoas (aproximadamente 16% da população) receberam a primeira dose da vacina durante a primeira fase da campanha de vacinação. O número de pessoas que receberam as duas doses cifrou-se em 11.000 (6% da população). Embora o objetivo continue a ser alcançar a imunidade de grupo com uma taxa de vacinação de 70% da população até meados de 2022, as autoridades estão preocupadas com o fornecimento das vacinas necessárias para cumprir o objetivo. Não obstante estes desenvolvimentos positivos, o recente aumento no número de casos diários de Covid-19 e a confirmação da presença da variante Delta no país conduziram a uma prorrogação do Estado de Emergência até 31 de agosto de 2021. Durante este período, continuam a vigorar as medidas de prevenção e contenção.

4. Apesar das perturbações provocadas pela pandemia da Covid-19, a economia de STP cresceu 3% em 2020, o que compara com 1,3% em 2019, impulsionada pelas despesas públicas com financiamento externo, incluído um aumento do investimento público e da assistência às famílias e empresas vulneráveis. Embora o pacote de medidas fiscais de 2019 tenha melhorado as receitas orçamentais e proporcionado espaço orçamental, não foi suficiente para cobrir a despesa pública adicional para fazer face à pandemia num contexto de finanças públicas sob pressão e de um elevado nível de endividamento. Por conseguinte, o défice orçamental passou de 1,8% do PIB em 2019 para cerca de 3,8% no final de 2020. A inflação também avançou para cerca de 9,4% em 2020, embora deva recuar gradualmente ao longo do tempo. Além disso, o défice de conta corrente subiu de 12,1% em 2019 para 14,1% em 2020, devido, principalmente, ao choque registado no setor do turismo. O crescimento do crédito ao setor privado também abrandou durante o período.

Perspetivas

5. A recuperação económica deverá continuar, embora a um ritmo mais lento no curto prazo. As autoridades esperam que o crescimento do PIB real modere para 2% em 2021 com a descida da despesa pública de emergência e com o setor do turismo a manter-se em níveis reduzidos. Contudo, o crescimento deverá fixar-se em torno de 4% a médio prazo com a recuperação do turismo e do setor dos serviços. As autoridades estão cientes dos riscos descendentes decorrentes de um progresso lento na vacinação, uma pandemia mais prolongada com a nova variante do vírus, assim como de contratempos ao ajustamento orçamental e à implementação de importantes reformas estruturais no setor energético. Estão conscientes dos riscos significativos e reiteram o seu compromisso para com as reformas ao abrigo do programa e a sua disponibilidade para tomar medidas adicionais caso os riscos se materializem. Há que mencionar que desde o início de 2021 que STP enfrenta uma crise energética causada por frequentes falhas de energia. O impacto na economia e na população tem sido grave e pode comprometer árduos ganhos de desenvolvimento, com perdas incomensuráveis para as famílias e pequenas empresas. As sucessivas falhas de energia constituem também uma ameaça à saúde pública. Embora a situação tenha melhorado nas últimas semanas, o governo tomou medidas para aumentar a produção de energia e a estabilidade no curto prazo, nomeadamente por meio da assinatura de contratos para a produção de eletricidade a partir da biomassa e energia solar.

Desempenho ao abrigo do acordo ECF

6. A implementação do programa, num pequeno Estado insular como STP, continua a deparar-se com fortes ventos contrários, incluindo pressões sociais, restrições por causa da Covid-19 e capacidade limitada. Contudo, as autoridades prosseguiram os esforços para manter o programa no bom caminho, com um desempenho relativamente forte. Todos os critérios de desempenho e as metas indicativas de final de dezembro de 2020 e março de 2021 foram cumpridos, exceto a meta indicativa de final de março de 2021 relativa ao piso das receitas. As autoridades reconhecem que os progressos ao nível dos indicadores de

referências estruturais têm sido algo limitados e sublinham que a pandemia e as limitações de capacidade afetaram a implementação das reformas da EMAE, o envio da Lei Orgânica do Banco Central e a Lei das Instituições Financeiras, a retirada do país da lista de segurança aérea da União Europeia (UE) e o desenvolvimento do sistema informático para o IVA. Relativamente a este último ponto, as autoridades completaram uma ação prévia ao celebrarem um protocolo sobre a troca de informações entre a Direção das Alfândegas e a Direção dos Impostos que permite o início da cobrança do IVA nas Alfândegas. As autoridades também mantiveram os preços dos combustíveis inalterados para apoiar os esforços do lado da receita e asseguraram a transparência mediante a publicação dos contratos públicos e dos relatórios da despesa relativa à Covid-19, embora com ligeiro atraso.

Resposta de políticas para 2021 e anos seguintes

Política orçamental

7. A consolidação orçamental tem vindo a ganhar impulso com as metas orçamentais para o final de dezembro de 2020 e março de 2021 a serem atingidas. Apesar do défice de receitas no início do primeiro trimestre de 2021, as autoridades continuam empenhadas em adotar as medidas necessárias para atingir as metas do défice primário interno para o final de junho e final de dezembro de 2021.

8. Com vista à prossecução dos objetivos orçamentais de 2021, do lado da receita, estão a ser dados passos para introduzir um novo imposto ambiental e uma taxa de segurança aeroportuária, assim como para reforçar a cobrança de atrasados das empresas públicas cobrando as obrigações fiscais suspensas durante a pandemia, assim como aproveitando as capacidades de análise do sistema e-Fatura. A introdução do IVA nas Alfândegas em outubro de 2021 também será um marco importante. Além disso, para apoiar os esforços de implementação da plataforma de IVA na Direção dos Impostos até ao final de 2021, foi contratada uma empresa de desenvolvimento informático, e o Plano de Governação do Projeto do IVA foi elaborado com assistência do Banco Mundial e do FMI. O projeto de regulamento para o reembolso do IVA foi concluído e estão em curso trabalhos para finalizar um acordo com os bancos de modo a que estes recebam os pagamentos de IVA. Estes esforços serão complementados por donativos e empréstimos concessionais dos parceiros de desenvolvimento.

9. Por outro lado, o governo continuará os esforços de racionalização da despesa, inclusive através de um corte de 30% nos custos administrativos e o congelamento de novas contratações e promoções na função pública. As despesas relacionadas com a Covid-19 serão suprimidas quando as condições o permitirem. No que toca à transparência, o governo reitera o seu compromisso para continuar a publicar informações sobre os contratos públicos e as despesas relativas à Covid-19 numa base mensal, incluindo informações sobre os beneficiários efetivos. O governo reconhece que a ausência de um sistema integrado, assim como outros constrangimentos jurídicos e operacionais em matéria de recolha e processamento das informações, geraram atrasos na publicação de algumas informações. A

este respeito, o Banco Mundial e o FMI estão a prestar assistência técnica para assegurar que o enquadramento jurídico é adaptado a fim de permitir a recolha e publicação de todas as informações necessárias.

10. A médio prazo, serão empreendidas ações para: i) reduzir gradualmente a massa salarial para perto de 10% do PIB até 2023, limitando as novas contratações e suspendendo os ajustamentos indexados à inflação; ii) manter as transferências e as outras despesas correntes constantes em termos nominais; e iii) reforçar a gestão das finanças públicas e a administração fiscal em linha com as recomendações do FMI. Relativamente a este último ponto, as autoridades planeiam realizar um abrangente diagnóstico da administração fiscal até ao final de 2022.

11. As autoridades tomaram boa nota da Análise da Sustentabilidade da Dívida, que indica que a dívida externa é sustentável, apesar da classificação de sobre-endividamento. Permanecem empenhadas em manter os esforços de consolidação orçamental tal como previsto ao abrigo do programa e a intensificar as reformas do setor energético para manter a dívida numa trajetória descendente e preservar a sua sustentabilidade. Além disso, as autoridades continuarão a realizar uma gestão prudente da dívida e a prosseguir os contactos com os credores, de uma forma aberta e transparente, com vista à regularização dos atrasados e à reestruturação de toda a dívida pendente.

Políticas monetária e cambial

12. A política monetária continuará a estar centrada em manter a estabilidade dos preços, reforçar as reservas internacionais, salvaguardar o regime de paridade cambial e apoiar a recuperação. Para aliviar o excesso de liquidez, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) ajustou em alta os requisitos de reservas mínimas de caixa e irá proceder ao refinanciamento de mais um leilão de certificados de depósito (CD) em 2021 para assegurar a redução gradual do excesso de liquidez. Com assistência técnica do FMI, o BCSTP pretende aperfeiçoar o mecanismo existente de CD e elaborar um quadro de taxa diretora que reflita as circunstâncias do país. Além disso, o BCSTP lançou um leilão de bilhetes do Tesouro a taxa variável para ajudar a promover o desenvolvimento do mercado. Estão em curso várias ações para a divulgação online, de forma regular, do calendário anual de emissões de bilhetes do Tesouro, em linha com as previsões de tesouraria e os planos de endividamento. O BCSTP continuará a monitorizar de perto a liquidez do sistema para impedir tensões de liquidez e está pronto para ajustar a política monetária a fim de proteger o regime de paridade cambial.

13. As autoridades estão ainda determinadas em prosseguir a implementação das recomendações pendentes da avaliação de salvaguardas com vista a reforçar a independência e transparência do BCSTP. A este respeito, os relatórios auditados das demonstrações financeiras foram publicados em maio de 2021. Estão em curso esforços para retomar a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) com assistência do Banco do Brasil, assim que as condições o permitam. Embora as restrições relacionadas com

a pandemia e as limitações de capacidade tenham travado mais progressos e comprometido os calendários previstos, as autoridades continuaram a trabalhar no reforço do seu quadro jurídico. O projeto da Lei Orgânica foi finalizado e aprovado pelo Conselho de Administração do BCSTP e será enviado para a Assembleia Nacional até setembro de 2021. O projeto da Lei das Instituições Financeiras será enviado para a Assembleia Nacional até dezembro de 2021. As autoridades também consideram que é essencial assegurar que o país continue a ser membro do Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais da África Ocidental (GIABA) para proteger a integridade do seu sistema financeiro.

Setor financeiro

14. O BCSTP continua totalmente empenhado em garantir que o setor financeiro é resiliente face às vulnerabilidades causadas pela Covid-19. A este respeito, introduziu medidas para evitar pressões sobre a liquidez e envidou esforços para implementar as recomendações da avaliação da qualidade dos ativos. Neste âmbito, as autoridades ficaram satisfeitas por observar que a qualidade dos ativos do setor bancário melhorou, o que está patente no aumento da rentabilidade geral e no declínio do rácio de crédito malparado do sistema, entre setembro de 2020 e março de 2021. Apesar dos atrasos provocados pelas limitações de pessoal, o BCSTP tomou medidas para reforçar a capacidade de supervisão com a realização dos testes de stress em março de 2021. O BCSTP espera que a assistência técnica do FMI lhe permita apurar se é necessário um plano de contingência. O BCSTP irá contratar novos funcionários para apoiar as atividades de supervisão à distância e *in situ* e irá levar a cabo testes no terreno do manual de supervisão bancária até junho de 2022.

Reformas estruturais

15. O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020-2024 continua a nortear a visão para o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do país a fim de concretizar o potencial de crescimento, fomentar um ambiente empresarial competitivo e o investimento, promover a inclusão de género, desenvolver as capacidades e aumentar a resiliência a choques. Em 2021 foram concretizados alguns projetos de infraestruturas, incluindo a construção de estradas, habitações sociais, escolas e centros de saúde, assim como obras de reabilitação e adaptação costeira em determinadas partes do país. Além disso, estão a ser dados passos sólidos ao nível do desenvolvimento de um portal online para a criação de empresas, da revisão da lei que governa as atividades hoteleiras e da criação de uma escola de turismo no país. A implementação bem-sucedida do novo sistema de pagamentos para cartões de crédito internacionais em abril de 2021 representou um marco importante para o desenvolvimento do turismo e dos serviços. A este respeito, em junho de 2021 também foi adotada a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira. Centrar-se-á nos serviços financeiros digitais, financiamento verde e inclusivo, inclusão financeira das mulheres, empoderamento dos consumidores e literacia financeira. As perturbações causadas pela pandemia afetaram a concretização do plano para retirar o país da lista de segurança aérea da UE. Não obstante, as leis e os regulamentos estão a ser atualizados de modo a que

cumpram as diretrizes da UE, e as autoridades esperam finalizar este trabalho até dezembro de 2021.

16. As autoridades reconhecem que os progressos foram limitados e concordam plenamente com o corpo técnico sobre a importância de acelerar as reformas da empresa pública de água e eletricidade (EMAE) e do setor energético a fim de assegurar a sustentabilidade da dívida pública. Embora a implementação do Plano de Produção de Energia ao Menor Custo e do Plano de Melhoria da Gestão continue a ser crucial para assegurar a recuperação total dos custos e contribuir para a transição para as energias renováveis, as constantes falhas de energia levaram as autoridades a rever a sua estratégia e reformular os planos para atenuar as necessidades mais prementes.

Conclusão

O apoio firme dos parceiros de desenvolvimento e o papel catalisador do FMI têm sido fundamentais durante estes tempos sem paralelo. Com este apoio, as autoridades de São Tomé e Príncipe registaram progressos sólidos e gostariam de reafirmar o seu compromisso para com a agenda de reformas ao abrigo do programa apoiado pelo acordo ECF. Aguardam com expectativa que o Conselho de Administração aprove a conclusão da terceira avaliação do acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).